

A PAH: MANUAL DE USO

APRENDIZAGEM PARA A AÇÃO
COLETIVA A PARTIR DA LUTA PELO
DIREITO À MORADIA

JOÃO FRANÇA

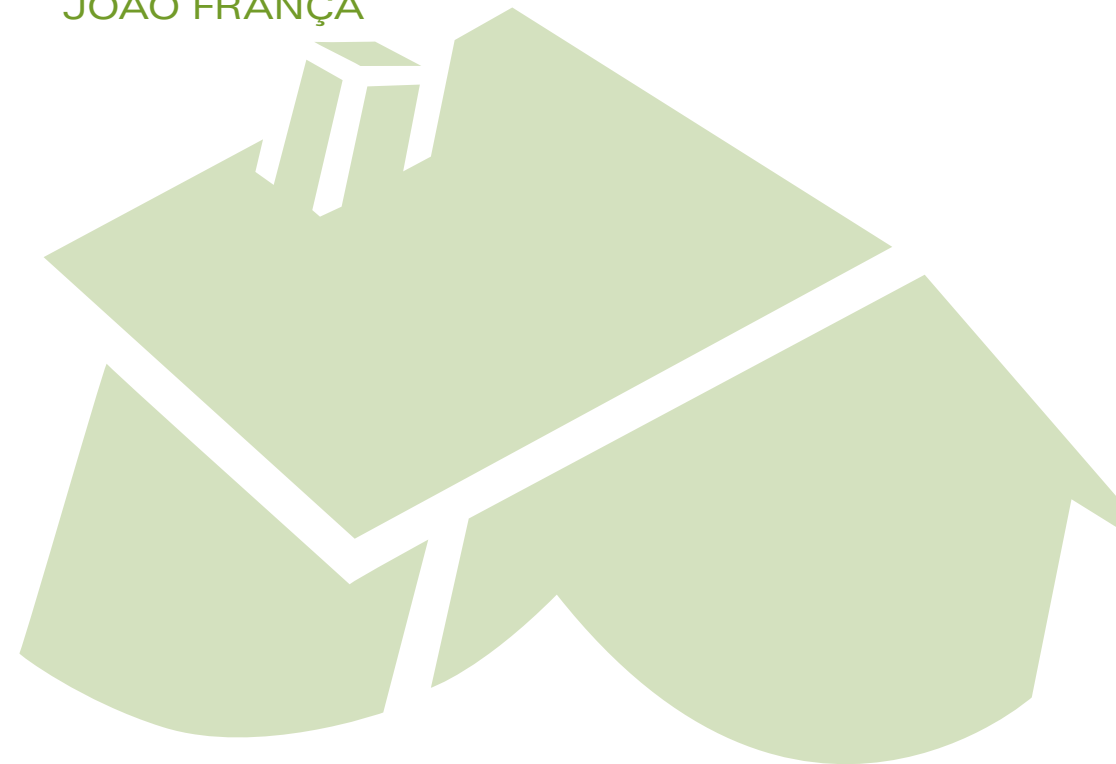




A PAH: MANUAL DE USO

APRENDIZAGEM PARA A AÇÃO
COLETIVA A PARTIR DA LUTA PELO
DIREITO À MORADIA

JOÃO FRANÇA





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA	9
PREFÁCIO À EDIÇÃO ESPANHOLA	15
INTRODUÇÃO: FAZER ALGO	19
1. COMO SE ORGANIZAR DE MANEIRA ACOLHEDORA	25
2. COMO RESOLVER PROBLEMAS POR MEIO DO ACESSORAMENTO COLETIVO	33
3. COMO ORGANIZAR UM MOVIMENTO ASSEMBLEÁRIO	43
4. COMO FAZER CRESCER UM MOVIMENTO DESCENTRALIZADO	53
5. COMO GARANTIR DIREITOS POR MEIO DA DESOBEDIÊNCIA	63
6. COMO MUDAR NARRATIVAS COM OUTRA FORMA DE FAZER POLÍTICA	73
7. COMO FAZER OS PODEROSOS SENTAREM PARA NEGOCIAR	81
8. COMO TRANSFORMAR AS POLÍTICAS A PARTIR DAS RUAS	87
9. COMO ADMINISTRAR OS CONFLITOS	99
10. COMO E POR QUE TECER REDES COM OUTROS COLETIVOS	105
SIM, SE PODE	111
POSFÁCIO: ESPERANÇA E RESISTÊNCIA	115



APRESENTAÇÃO

Vera Bartolomé Díaz¹

Como dar boas-vindas nas assembleias? Como se organiza um movimento assembleário e descentralizado? Como se fazem ações diretas não violentas? Como negociar com o outro? Como transformar narrativas e percepções? Como aproveitar o poder das ruas? São perguntas que muitos movimentos respondem com o fazer; a proposta da Plataforma de Afetadas pela Hipoteca (PAH) que reunimos nesta obra contribui com esse debate a partir dessa experiência. A proposta aqui é sistematizar práticas que, não sem obstáculos, vêm tendo um impacto na sociedade espanhola tanto em perspectiva material, como ideológica de longo alcance.

Se há um movimento do Estado espanhol que teve um impacto internacional nos últimos dez anos, foi o movimento de moradia. Concretamente a PAH protagonizou não apenas uma mudança de paradigma sobre a maneira que entendemos a moradia como um direito humano inalienável, bem como demonstrou a potência da ação coletiva para conquistar mais justiça social. Colocou evidente que há formas de transformar o pessoal em político e de passar das lutas que poderiam ser dramas pessoais para grandes movimentos organizados que interpelam às administrações e à própria sociedade.

Neste volume queremos expor o que é a PAH, honrar sua história e sua luta por moradia para um público internacional que vê suas conquistas com esperança.

As seguintes páginas apresentam como se organiza um movimento de moradia vivo e horizontal que transforma as vidas das pessoas que o integram. Mais concretamente, passo a passo e pela mão dos integrantes da PAH de toda a Espanha os métodos de organização se aprofundam. O objetivo é, não somente parar despejos, mas abrir porta a uma reflexão coletiva sobre a moradia entendida como um bem comum.

Temos diante de nós o grande capital e suas dinâmicas monstruosas que jogam um papel duríssimo nas (contra) nossas vidas. No entanto, a luta por moradia mostra um caminho emancipador, cheio de grandes e pequenos êxitos. Estamos orgulhosas de ter contribuído humildemente para cristalizar nesta publicação *A PAH: manual de uso*.

Madri, 8 de fevereiro de 2021.

Andreas Behn¹ e Jorge Pereira Filho²

Se compartilhar a aprendizagem coletiva das lutas pelo direito à moradia de maneira horizontal e generosa é um princípio fundamental da Plataforma de Afetadas pela Hipoteca (PAH), esta obra não foge a esse espírito ao longo de suas páginas. A partir dos testemunhos das pessoas que constroem cotidianamente o principal movimento de luta por moradia (e direitos) na Espanha, João França revela com fluidez e de forma envolvente as práticas, a filosofia e as transformações do “método PAH” de constituir-se como uma organização, caracterizada pela ação direta e pelas formas democráticas e criativas de atuação. E o autor faz esse percurso sem cair na tentação de absolutizar as ferramentas da PAH, tomando o cuidado de contextualizar sua existência no tempo e no espaço, além de revelar as mudanças pelas quais a plataforma passou, bem como as contradições e os desafios que enfrentou.

Para o público brasileiro, esta obra tem valor indiscutível, uma vez que o movimento de moradia ao longo de nossa história tem se notabilizado em ser um dos protagonistas da luta por direitos coletivos. De certa maneira, reflexo da dimensão do problema da falta de habitação digna no país, resultado de uma combinação entre questões históricas, relacionadas à concentração fundiária e ao escravagismo, e de dilemas contemporâneos, com a dificuldade de se estabelecer políticas públicas efetivas que façam valer o direito constitucional à moradia digna.

Mais do que apresentar uma fórmula pronta a ser aplicada em qualquer realidade, este livro revela reflexões e lições de quem se propõe a enfrentar, com ousadia, uma realidade local, específica, mas que nem por isso deixa de responder às consequências que compartilhamos (e enfrentamos) conjuntamente do capitalismo internacional.

¹ Diretor do escritório de São Paulo da Fundação Rosa Luxemburgo.

² Coordenador de projetos do escritório de São Paulo da Fundação Rosa Luxemburgo.

¹ Coordenadora de projetos, escritório de Madri da Fundação Rosa Luxemburgo.

A mercantilização da moradia, o avanço da financeirização sobre os bens essenciais para a reprodução social, a precarização das relações trabalhistas, enfim, são várias as facetas globais de um modo de produção que neste início de século XXI revela sua incapacidade de responder às necessidades do nosso futuro.

É nesse sentido que a Fundação Rosa Luxemburgo, uma organização alemã vinculada ao partido Die Linke, tem se comprometido não só a estar em parceria com organizações como a PAH, que se insurgem contra as injustiças sociais, bem como a incentivar intercâmbios entre experiências similares. Com escritórios em 24 países, a Fundação atua a partir de um entendimento de que será apenas por meio da solidariedade internacional, da cumplicidade entre todas, todos e todes que partilham ideias de justiça social, em uma perspectiva democrática antirracista, feminista, ecológica e anticapitalista, que conseguiremos transformar não só nossa realidade local, mas também global.

A publicação desta obra, *A PAH: manual de uso*, se insere em uma gama de iniciativas que estimula parcerias entre movimentos sociais e formação política. Agradecemos, assim, às companheiras da PAH que não só embarcaram nessa jornada conosco, como dispuseram de seus corpos e seu tempo para vir ao Brasil participar das atividades propostas pelo escritório de São Paulo da Fundação Rosa Luxemburgo. Também agradecemos ao Movimento dos Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) que, além de organizar um intercâmbio com a PAH, abraçou solidariamente todo o conjunto de atividades propostas a partir desta publicação. Nosso reconhecimento a Marcia Falcão, que revisou cuidadosamente este livro e participou com generosidade e cumplicidade de toda a concepção deste projeto. Por fim, agradecemos a Vera Bartolomé Díaz por todo o empenho, abertura e compromisso com a PAH e este projeto, bem como a Anna Schröder, diretora de escritório de Bruxelas.

Desejamos, assim, que esta obra seja mais um passo em direção a um processo que não deve jamais ser interrompido, uma vez que nossos desafios são imensos, mas como já escreveu Rosa Luxemburgo: “Não estamos perdidos. Ao contrário, venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender”.

São Paulo, 25 de março de 2023.



PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

Nada mais oportuno do que evocar Rosa Luxemburgo para nos apoiar na empreitada em que consiste esta publicação colocada como um exercício de solidariedade internacional no compartilhamento de saberes apreendidos desde as práticas de lutas pelo direito à moradia e à cidade, desde a vivência da Plataforma de Afetadas pela Hipoteca, a PAH.

Rosa Luxemburgo ensinou que os mecanismos de expropriação¹, ao lado dos mecanismos de exploração da força de trabalho, sempre operaram de forma organicamente vinculadas e contínuas na história do capitalismo. A expulsão dos camponeses das terras e dos meios de produção para vender sua força de trabalho no mercado, da forma mais precária que o sistema pode impor a cada tempo, e o trabalho na esfera da reprodução social da vida não valorado foram e seguem sendo condições para a viabilização do capitalismo. Práticas que deram as condições para o surgimento e dominação do capitalismo como sistema global, descritas por Marx como a acumulação primitiva, seguem presentes como prática cotidiana, das mais variadas formas e em diferentes escalas, ora com mais intensidade e violência, ora com menos, mas sempre como um mecanismo sem o qual os níveis de acumulação para a manutenção do capitalismo não se viabilizariam.

A história da produção das cidades pelo capitalismo é uma história crivada por tais práticas de expropriação. David Harvey cunhou o termo depossessão, para designar o mesmo sentido de que tratou Rosa Luxemburgo com o termo expropriação. Trata-se de mecanismos de expulsão forçada de famílias e comunidades, legal ou ilegalmente, para usos mais rentáveis do solo urbano e da moradia por parte de agentes de mercado. Sempre que possível, os agentes de mercado contam com o instituto da propriedade privada para expropriar pela força do Estado: porém, se necessário, práticas informais

1 Ver mais em HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.20 e em FRASER, Nancy; JEAGGI, Rahel. *Capitalismo em debate – uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020, p.60/61.

que vão da pressão até atos criminosos e violentos de expulsão são acionadas. Exemplos disso são os casos dos narcopisos em Barcelona² e dos incêndios em terrenos de interesse do mercado em São Paulo³, ambos como forma de expulsão dos moradores para “liberar” o solo ou as moradias para usos mais rentáveis para o mercado. Trata-se da clássica estratégia de gentrificação operada em áreas urbanas para as quais se projeta o interesse imobiliário. Primeiro, o imóvel ou a área é abandonada para degradar física e socialmente, criando um ambiente em que moradores vão desistindo e vendendo a preços baixos os seus imóveis. Depois, são feitas reformas e a famosa revitalização que cria ambientes para novos padrões de consumidores.

Nessa esteira, as mais fundamentais necessidades humanas são alvo da disputa dos agentes de mercado, não só como patrimônio privado, mas patrimônio cada vez mais concentrado na lógica do monopólio, da especulação e financeirização. A moradia tem sido um exemplo paradigmático disso. A moradia é uma das demandas mais básicas para a manutenção da vida de indivíduos e suas famílias. A nossa espécie humana precisa e sempre precisou de um lar, un hogar no idioma espanhol, em alusão ao fogo onde, a sua volta, reuniam-se as famílias e comunidades para proteger-se do frio, dos perigos da noite, para preparar alimentos e cultivar relações e memórias. Seguimos lutando pela mesma necessidade básica: a segurança do acesso a um lar. Porém, numa sociedade urbana com elevados avanços técnicos, fruto da capacidade e trabalho socialmente produzidos, não cabe pensar a moradia como um abrigo de quatro paredes, um teto e um assoalho. Morar é dispor de um abrigo provido de um conjunto de infraestruturas e serviços urbanos que nos garantam o acesso as demandas fundamentais para a reprodução da vida. Esse abrigo precisa dispor de água potável de forma contínua, energia elétrica e internet, saneamento, ruas iluminadas e transitáveis servidas por transporte para ir e vir, equipamentos públicos de saúde, educação e cultura, praças e parques arborizados e bem equipados para brincar e praticar esportes, empregos dignos, memória material e imaterial preservadas, entre outros atributos que compõem o direito a morar na cidade. Recursos, equipamentos e serviços urbanos operam como

2 Os narcopisos são apartamentos de banco ou fundo de investimento – quase sempre expropriados por dívidas – que são deixados “abandonados”, facilitando – e, por meios não lícitos, estimulando – que traficantes os ocupem para a venda de drogas. Isso acontece em áreas de circulação de turistas. No caso de Barcelona, no chamado casco histórico da cidade. Com isso, o ambiente físico e social vai se degenerando – venda de drogas, insegurança –, de modo que os moradores vão, pouco a pouco, vendendo seus imóveis a preços desvalorizados. Após um tempo, o proprietário – banco ou fundo de investimento – faz reformas amplas destinadas a perfil de moradores mais abastados, mudando o padrão de preços não só dos imóveis como de todo o entorno. Para saber mais, acessar <<https://prouespeculacio.org/2021/07/01/blackstone-el-casero-buitre-global-de-los-alquileres-prottegidos-demadrid-a-los-narcopisos-de-barcelona/>>.

3 Trata-se de um padrão similar de incêndios na cidade de São Paulo. Eles ocorrem em ocupações urbanas em regiões onde o solo urbano tem importante valor imobiliário. Com o incêndio, as moradias precárias são queimadas com pertences, documentos, fotografias e, não raras vezes, com perdas humanas. Depois disso, é recorrente que apareçam estacionamentos no terreno e, algum tempo depois, ali se instala um grande empreendimento. Para saber mais sobre incêndios criminosos em São Paulo, ver o documentário *Limpa com fogo* (<https://www.youtube.com/watch?v=WAVqcCdF0os&ab_channel=Andr%C3%A9HenriqueFigueiredo>).

importante forma de redistribuição de renda não monetária. Então, cabe expandir nossa concepção e pauta para afirmar que reivindicamos o direito à cidade como uma grande moradia comum, como um bem comum produzido pelo trabalho das gerações que nos antecederam e como direito de nossa geração e das gerações que virão.

Como nunca, este ciclo de acumulação capitalista vem avançando sobre as cidades, concentrando o solo urbano e a moradia nas mãos de grandes grupos da aliança imobiliário-financeiro e privatizando os serviços básicos de saúde, educação, saneamento, transporte; até mesmos os parques e prédios históricos não escapam. E, uma vez que a maior parte da população do planeta vive nas médias e grandes cidades, é aí que se encontra o maior potencial de extração de todas as formas de riquezas do passado, presente e futuro para a acumulação capitalista. *A monopolização do solo urbano e da moradia é uma preciosa mina de extração dos valores gerados da produção do passado, presente e futuro, num mercado de trabalho cada vez mais precarizado.* Isso se dá via a especulação (retenção para valorização futura da área), o rentismo (do aluguel para moradia ou turismo via plataformas que não tributam na cidade e incidem na elevação dos preços do aluguel no mercado) e, talvez aqui o mais importante, via os juros (de financiamento imobiliário que drena os rendimentos de toda uma vida laboral, de 20, 30 ou 40 anos pagando não somente por um imóvel, mas por juros sempre ao gosto do mercado).⁴ Esses são alguns exemplos de mecanismos contínuos de expropriação, para assegurar a acumulação capitalista, hoje sob a dominância do sistema financeiro e com importante presença do setor imobiliário. Esses são exemplos de como ocorre a despossessão dentro da legalidade e respaldo do Estado neoliberal. Nem por isso deixam de ser mecanismos de expropriação.

É nesse contexto que se situam os processos de despejos em massa da crise hipotecária da Espanha,⁵ em que ao longo de pouco mais de uma década – 2008-2020 – mais de 1 milhão de famílias foram despejadas, segundo dados do Conselho Geral do Poder Judiciário.⁶ Num primeiro ciclo, por dívidas hipotecárias e, sobretudo pós 2014, por impossibilidade de arcar com os preços dos aluguéis.⁷ Com a participação ativa do

4 Outro papel importante da retenção do solo urbano e da moradia por bancos e fundos de investimentos é sua função de lastro para um sistema sob dominância financeira no qual o que circula é a promessa de créditos a receber ao longo do tempo; um capital fictício que não pode realizar-se por não haver correspondência com riquezas realmente produzidas. Ver mais em “As metrópoles e o capitalismo financeirizado”, publicado pelo *Observatório de Metrópoles* (2020). Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2020/08/As-metropoles-e-o-capitalismo-financeirizado.pdf>>.

5 Ver mais em COLAU, A.; ALEMANY, À. *Vidas Hipotecadas*, 2012.

6 Alguns dos dados publicados em 05 de outubro de 2022, pelo CGPJ, estão apresentados em gráficos em <<https://www.epdata.es/datos/desahucios-estadisticas-datos-hoy-graficos-cgpi/230/espana/106>>.

7 Sobre a elevação dos preços de aluguéis, ver em: <<https://www.elperiodico.com/es/economia/20200901/el-precio-de-la-vivienda-en-alquiler-se-dispara-el-52-en-los-ultimos-cinco-anos-8095063>> e <<https://elpais.com/economia/2020-09-01/el-precio-de-la-vivienda-en-alquiler-se-dispara-un-52-en-los-ultimos-cinco-anos-segun-fotocasa.html>>.

Estado, bancos credores e fundos de investimentos acumularam milhares de moradias para especulação e rentismo, fruto de despejos de famílias, majoritariamente de imigrantes e de mulheres chefes de famílias que perderam suas moradias após terem pago suas hipotecas por 10 ou mais anos. *Tamanho contradição exposta continua o germe de seu enfrentamento e, dialeticamente, do bojo da grave crise das hipotecas, forjou-se a Plataforma de Afetadas pela Hipoteca*, no ano de 2009, na cidade de Barcelona, uma das cidades mais atingidas pela crise hipotecária. Movimento social que, ao longo de mais de uma década, vem sustentando a luta pelo direito à moradia e à cidade, experiência da qual colheremos aprendizados e inspirações nas páginas deste livro.

No Brasil, somos herdeiras e herdeiros de um processo de urbanização acelerado e desordenado, sobretudo a partir dos anos 1950. De um lado, nossa urbanização é forçada pela expulsão do campesinato da terra, dada pela política de mecanização do campo e, de outro lado, pela esperança na promessa de inclusão no mundo dos direitos pela industrialização financiada pelo Estado. Pela ausência de uma política urbanística e de moradia por parte do Estado, nossas grandes cidades foram sendo autoconstruídas pelos pobres, via ocupações de áreas marginais e de risco e a autoconstrução de moradias precárias. Como sentenciou Milton Santos, nossas cidades foram fadadas a ser o palco de conflitos permanentes.⁸ Em toda sua história, o Brasil contou com duas políticas de Estado e de escala nacional de produção de moradias: nos anos 1970/80 as Cohabs, financiadas com recursos do FGTS, via BNH e, nos anos 2009, quando iniciou o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), programa esse desmontado pelas políticas neoliberais depois do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e encerrado em 2020. Ambos importantes programas, porém, são marcados pelas contradições do interesse privado. O que se deu pela execução majoritariamente feita por grandes empresas da construção civil, estendendo as cidades e gerando novas áreas para a especulação imobiliária, uma vez que construídos, em sua grande parte, às margens das cidades, em áreas mal servidas de infraestrutura urbana. Nessa trajetória continuada de urbanização precária, seguimos com déficit gigante de condições básicas. Água potável, rede de esgotamento, coleta regular de lixo, moradia, ruas transitáveis, transportes, serviços de saúde e educação, equipamentos de lazer e cultura, entre outros, ainda não são direitos assegurados à parcela significativa da população brasileira.

Tudo isso trata das mesmas contradições dadas pelo capitalismo, atualmente aprofundando sua fase neoliberal – ou ultraneoliberal –, conectando Sul e Norte global, Brasil e Espanha, pelas marcas históricas e atuais de estratégias de desenvolvimento desigual e combinado, hegemônico pelo poder dos agentes do capital, porém não sem resistência, não sem lutas. De um lado, um projeto que atua pela captura do solo urbano, da

8 Afirmação de Milton Santos no livro *A urbanização brasileira* (São Paulo: Edusp, 2013), quando literalmente diz “A cidade, onde tantas necessidades não podem ter respostas, está, desse modo fadada a ser tanto o palco de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções” (p.11).

moradia, dos serviços básicos, das heranças arquitetônicas e culturas locais, da própria cidade para a gestão privada do mercado, ancorado nos marcos legais da propriedade privada. De outro, a resistência e luta para que o solo urbano, a moradia, os serviços básicos e as memórias materiais e imateriais sejam considerados bens comuns e direito da população, ancorados nos marcos da função social do uso do solo e dos direitos fundamentais assegurados na Constituição⁹ e tratados internacionais. É a força da dialética movendo a história.

É por isso que as cidades e as lutas urbanas devem ser entendidas como uma importante frente da luta de classe contemporânea, uma vez que a cidade não só é palco e cenário, mas é também o objeto de conflitos entre os projetos antagônicos, de um lado da reprodução de capitais e, de outro, da cidade como morada e bem comum.¹⁰ E se, de um lado, o neoliberalismo corrói as condições materiais para uma vida digna das populações urbanas – e todas as populações – de outro, movimentos sociais resistem, atualizam-se e conectam-se em redes globais de solidariedade.

É nesse espírito que nós do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD –, em articulação com outros importantes movimentos da luta urbana brasileira, recebemos esta publicação como instrumento que nos ajuda a compreender com maior profundidade as tensões que envolvem nossas lutas urbanas no Brasil e na Espanha. Mais que isso, as páginas desse importante livro de partilha de experiências e saberes colhidos da prática concreta de mais de dez anos da PAH nos oferecem importantes pistas de caminhos metodológicos e de possibilidades de ação neste contexto complexo que é a luta urbana. Desejamos que este livro possa materializar pontes de solidariedade permanentes e o fortalecimento de nossas lutas, porque as lutas pelo direito à cidade são também o exercício concreto do uso do poder popular de moldar a nós mesmos, enquanto lutamos para moldar a cidade que queremos.

Agradecemos a João França, pela autoria deste diálogo de partilha de experiências tão bonito e prático, em que dez perguntas sobre dimensões muito concretas da construção do movimento são refletidas a partir da experiência de quem o constrói cotidianamente. Ao final de cada uma das perguntas, o autor oferece uma síntese em tópicos das principais lições extraídas da prática de luta da PAH. Começando por responder como organizar-se de forma acolhedora, as perguntas passam pela experiência organizativa descentralizada por assembleias e comissões, a metodologia do assessor

9 Artigo 6º, no caso do Brasil e artigo 47, no caso espanhol.

10 Segundo David Harvey, em *Cidades rebeldes* (2012, p.74), “A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos”.

ramento coletivo, as ações diretas de desobediência civil e a negociação de leis como formas de fazer política a partir das ruas. Por fim, as perguntas refletidas nos dizem sobre formas de gerir conflitos e criar redes de solidariedade com coletivos e lutas pela garantia do direito à morada e à cidade. Seguramente são lições compartilhadas importantes para o exercício de construção de nossos movimentos urbanos no Brasil. E mais importante ainda é a possibilidade de compartilharmos informações enquanto movimentos urbanos do Norte e Sul global, criando pontes de solidariedade a partir da publicação deste livro em português.

Por fim, agradecemos de forma especial à Fundação Rosa Luxemburgo do Brasil por possibilitar este encontro de saberes e criação de redes de solidariedade e articulação entre a PAH e os movimentos urbanos do Brasil, em especial do MTD. Que esta publicação e a articulação dela decorrente nos inspire e fortaleça nessa luta que é, ao mesmo tempo, global e local!

Brasil, dezembro de 2022.



PREFÁCIO DA EDIÇÃO ESPANHOLA

Leilani Fahra¹

Mais de 1,8 bilhão de pessoas em todo o mundo não têm uma moradia adequada e o número de pessoas que vivem em ocupações irregulares e impróprias já supera a marca de 1 bilhão. Calcula-se que 15 milhões de pessoas são despejadas de seus lares com o uso da força a cada ano e que 150 milhões de pessoas não têm um teto. Os investidores privados exercem um controle sem precedentes sobre o setor da moradia: a destituem de sua função social e a reduzem à condição de mera mercadoria para especulação. Por isso, os terrenos onde se localizam ocupações improvisados ou moradias de baixo custo se converteram em alvo de interesse para empresas de capital privado e para os fundos de pensão em busca de ativos subvalorizados, de modo que possam aplicar, multiplicar e alavancar seu capital, o que torna cada vez mais inacessíveis tanto as moradias quanto os terrenos. A atual crise mundial de moradia difere de qualquer crise anterior no setor. Ela não se deve a uma diminuição de recursos ou a uma desaceleração econômica, mas sim ao crescimento e à expansão da economia e à crescente desigualdade. A moradia se tornou um vetor chave da crescente desigualdade socioeconômica, já que multiplica a riqueza dos proprietários e empurra os que não têm imóvel a mais endividamento e pobreza.

Na Espanha isso também tem ocorrido, principalmente desde a crise financeira mundial de 2008. Depois da crise, o preço da moradia caiu drasticamente entre 2008 e 2014, cerca de 35%. Isso criou um ambiente propício para que empresas de capital privado, fundos de investimento e proprietários com grande patrimônio pessoal entrassem no mercado espanhol, o que foi acompanhado pela adoção de uma série de medidas administrativas, como a redução da duração legal mínima dos contratos de aluguel de cinco para três anos, a eliminação das medidas de controle do preço do aluguel, a aceleração do procedimento judicial para despejos, a instauração de desocupações expressas, a introdução do regime do “visto de ouro”, que concede visto de residência permanente

¹ Diretora mundial de The Shift, ex-relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada.

a estrangeiras e estrangeiros que comprarem moradias por um valor superior a 500 mil euros, assim como a criação de um novo marco jurídico e de um regime fiscal que beneficiam os fundos de investimento imobiliário (Socimis, Sociedades Cotizadas de Inversión Inmobiliaria) que atuam na Espanha.

Nesse mesmo período uma empresa transnacional de capital privado, a Blackstone, se converteu na maior proprietária particular de moradias públicas destinadas a aluguel social do país, com a venda de 1.860 unidades habitacionais por um preço baixo pelo governo de Madri, permitindo ao fundo um ganho de 227% em um curto período. Blackstone também comprou um grupo hipotecário espanhol, além de 100 mil hipotecas da CatalunyaCaixa.

Todas essas medidas tomadas em conjunto favoreceram a especulação do mercado imobiliário, tornando a moradia um direito inacessível para muitas famílias na Espanha. Calcula-se que entre 2013 e 2018 o valor dos alugueis aumentou 18,4% em todo o país, sendo 47,5% em Barcelona e 38% em Madri. E se estima que o aluguel das habitações sociais adquiridas por Blackstone em Madri em 2013 subiu 49%. Uma pesquisa preliminar realizada em 110 apartamentos da Blackstone em Barcelona apontou que o preço médio desses alugueis está 38% acima, em relação ao que é cobrado na média do bairro em que estão localizados. E essa cifra tende a aumentar com os novos contratos que Blackstone oferece a seus inquilinos em todo o país.

Não é de estranhar que a taxa de despejos na Espanha seja excepcionalmente elevada, com uma média de 75 mil desocupações por ano desde 2007. Nesse contexto surgiu a Plataforma de Afetadas pela Hipoteca (PAH). Desde 2009, se converteu em uma referência para a luta por direitos humanos e especificamente pelo direito à moradia. A PAH é uma organização de base que empodera quem precisa lutar contra os bancos, as empresas de capital privado ou os fundos abutres, pessoas que adquirem capacidade de luta contra os grandes proprietários, estes que quase sempre estão “sem rostos”. A PAH faz tudo isso e de maneira assembleária, partidária e gratuita.

A PAH é um exemplo de como se organizar e lutar de maneira conjunta, de como deixar de ver as pessoas como vítimas ou culpadas dos problemas que enfrentam, para começar a lutar contra o cerne da questão: a mercantilização da moradia. A PAH entende que a atual situação coloca desafios únicos para fazer efetivo esse direito à moradia. Tentar consertar um modelo não sustentável de desenvolvimento econômico é algo que não funcionará. A organização tem claro que o direito à moradia deve ser aplicado de maneira que transforme a forma em que a moradia é concebida, valorizada, produzida e regulada atualmente.

A PAH é um dos movimentos de base mais eficazes no tema da habitação. Seu êxito pode ser atribuído, ao menos em parte, pelo fato de se basear, de um lado, nas necessidades e realidades das pessoas e das famílias em matéria de moradia e, por outro lado,

nas obrigações em matéria de direitos humanos que possuem os governos e atores privados, tal e como estabelece o direito internacional. A PAH abriu caminho e demonstrou na prática as necessidades existentes em matéria do direito à moradia, segundo o marco estabelecido na legislação internacional de direitos humanos.

Este manual sobre a PAH reúne, como diz o subtítulo, certas “aprendizagens para a ação coletiva a partir da luta pelo direito à moradia”. Nas páginas seguintes, as pessoas da plataforma compartilham suas experiências e seus conhecimentos, que são um autêntico tesouro para as pessoas de todo o mundo que querem começar ou aprimorar sua ação coletiva. Espero que o modelo da PAH possa inspirar pessoas e coletivos, porque precisamos de fato de uma ação coletiva para lutar não só pelo direito à moradia, mas pelos direitos humanos no geral. A experiência dessa plataforma pode ser de utilidade independentemente do problema em questão, uma vez que, no fundo, trata-se de reunir pessoas com a finalidade de organizar-se para uma luta por direitos.

O direito internacional de direitos humanos constitui um importante instrumento para lutar contra a mercantilização da moradia. No entanto, para conseguir uma habitação adequada, segura e acessível para todos e todas são necessárias pessoas que se mobilizam e se organizam para reclamar seus direitos humanos.

Aprenda com a PAH e se coloque em movimento.





VOLTAR AO
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

FAZER ALGO

“É preciso fazer algo.”

Esta é uma frase que pode passar pela cabeça de qualquer um diante de um mundo repleto de injustiças e desigualdades. Mas *o que fazer? Como?* Às vezes, é fácil ver o que nos deixa indignadas e indignados, mas não é tão simples encontrar esse *algo* que fazer.

Na cidade de Barcelona, um grupo de pessoas tinha claro que era preciso fazer algo em 2009, quando cada vez mais famílias se viam obrigadas a deixar de pagar suas hipotecas por conta da crise. O que fizeram foi distribuir e colar cartazes convocando as pessoas que enfrentavam essa realidade para uma assembleia da Plataforma de Afetadas pela Hipoteca (PAH). Muitas pessoas atenderam ao chamado, mas a partir daí tiveram de ir descobrindo o que precisava ser feito.

Doze anos depois, a plataforma se multiplicou em mais de 200 núcleos que funcionam de modo autogerido por todo a Espanha, barrou milhares de despejos, negociou com bancos, conseguiu mudar leis, ocupou 50 edifícios e, sobretudo, resgatou milhares de pessoas que estavam à beira do abismo. Tudo isso sem ter atrás de si nenhum partido, sindicato ou grande ONG, sem profissionalização ou financiamento.

São muitos os êxitos na sua trajetória, mas a PAH segue tendo claro que é preciso fazer algo. Para algumas questões, ainda tentam encontrar esse *algo que fazer*, mas para muitos obstáculos que enfrentaram construíram aprendizagens que valem a pena serem colocadas em comum. Esse texto pretende compartilhar esse percurso a partir do testemunho de cerca de cinquenta ativistas da PAH e explicar como funciona a plataforma, para oferecer ferramentas a quem segue buscando *esse algo*. Porque, sem dúvida, é preciso fazer algo.

A PLATAFORMA DE AFETADAS PELA HIPOTECA

Mas o que é a PAH? É uma organização horizontal, gratuita, apartidária, que luta por direito à moradia por meio do apoio mútuo. Sua base de funcionamento é o assessoramento coletivo, o que significa que não está construída sobre um conhecimento de especialistas, mas sim a partir das próprias pessoas que se apoiam, que prestam assessoria a si mesmas, procurando soluções coletivas para seu problema individual.

As pessoas que não podem pagar a hipoteca – ou que têm qualquer outro problema relacionado com sua moradia – são protagonistas de sua própria luta na PAH. Longe do assistencialismo, precisam encarregar-se de seu próprio caso, porém, o fazem com apoio da assembleia. Na plataforma se dá um processo de empoderamento que encoraja a afetada – porque são as *mulheres* a maioria de quem se organiza na PAH – a lutar pelo seu problema. Nesse processo também se geram fortes vínculos, e muitas seguem ajudando outras pessoas nas assembleias anos depois de resolver seu próprio caso.

Cada assembleia da PAH funciona de maneira autônoma, mas se coordena entre si em nível regional ou nacional para articular o movimento. É útil para desenvolver ações e campanhas conjuntas, multiplicar forças, bem como para gerar incidência política para transformar tanto a narrativa pública como as políticas de moradia. A autonomia confere ao movimento grande diversidade. Além de compartilhar critérios básicos de funcionamento, cada plataforma possui suas particularidades. De fato, embora nem todas se chamem Plataforma de Afetadas pela Hipoteca – algumas se denominam PAHC, PAVPS (ver p.54) ou Stop Desahucios [Despejos] –, todas fazem parte de um mesmo movimento.

BREVE HISTÓRIA DA PAH

Não há uma fórmula mágica para a organização coletiva e, no caso da PAH, suas estratégias são fruto de anos de experiência, tentativa e erro, e também aprendizagem de movimentos sociais que a precederam. As pessoas que lançaram a plataforma já possuíam uma década de ativismo pelo direito à moradia. Vinham do movimento okupa, do altermundismo, de campanhas pelo direito à cidade, de propostas de sindicalismo social e de movimentos de grande impacto midiático pelo direito à moradia.¹ Nesses movimentos houve vitórias e fracassos. Estes últimos serviram especialmente de aprendizagem para pensar de que outra maneira fazer as coisas para colocar a PAH em movimento.

1 Para saber mais sobre a história dos antecedentes do movimento pelo direito à moradia em Barcelona, ver: FRANÇA, J. *Habitar la trinchera. Historias del movimiento por el derecho a la vivienda en Barcelona*. Barcelona: Octaedro, 2021.

O próprio nome é pensado com o objetivo de chegar às pessoas diretamente afetadas pelo problema, sem bagagem ativista. Algo claro, descritivo e direto: Plataforma de Afetadas pela Hipoteca. Embora as pessoas que iniciaram o coletivo esperassem encontrar cidadãos e cidadãs indignados por sofrer um golpe coletivo, prevalecia em quem chegava o sentimento de culpa e vergonha por ter fracassado. O primeiro desafio foi responder a isso e deixar claro que não era um problema individual.

Com os primeiros casos um grande problema começou a aparecer. No Estado espanhol a entrega da moradia não basta para quitar uma dívida hipotecária. O banco ficava pela casa por um valor abaixo de seu valor original e seguia exigindo que a família pagasse a diferença, uma dívida que dificilmente seria paga em vida. Isso arrastava outras pessoas que haviam dado aval para a hipoteca – no geral, pais e mães –, que, de sua parte, acabavam também perdendo a casa. O segundo desafio, então, foi reivindicar uma mudança na lei para que a entrega da moradia servisse como pagamento da dívida.²

Sem conseguir quitar a dívida com a entrega do imóvel – algo que segue sem estar previsto na lei –, os despejos começaram a chegar. Esgotado o processo jurídico por inadimplência, as afetadas começaram a ser notificadas da data que seriam expulsas de suas casas. Famílias que não conseguiam pagar por sua moradia dificilmente encontrariam uma alternativa, e muito menos carregando o peso da dívida. Esse novo desafio era urgente e, um ano e meio depois da criação da plataforma, começaram a bloquear os despejos. Em uma ação de desobediência civil não violenta, colocavam-se diante das portas para impedir que as famílias fossem colocadas na rua. O Stop Desahucios se tornou o grande símbolo do movimento, servindo também como exemplo. Começaram a surgir plataformas em outros municípios.

Em 15 de maio de 2011, um grupo de pessoas organizadas de maneira descentralizada pela internet convocou uma manifestação em várias cidades espanholas com o lema “Não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros”. A PAH, provocada pela causa, esteve presente. As manifestações formaram acampamentos nas praças de várias cidades, o que ficou conhecido como Movimento 15M³ ou indignados, uma mobilização horizontal, assembleária e diversificada contra a austeridade e a corrupção, em defesa dos direitos cidadãos.

2 Sobre a crise da moradia na Espanha e os primeiros passos da PAH, dois de seus fundadores escreveram: COLAU, A.; ALEMANY, A. *Vidas hipotecadas. De la burbuja inmobiliaria al derecho a la vivienda*. Barcelona: Cuadrilátero de libros, 2012. Disponível em: <<https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2013/01/vidas-hipotecadas.pdf>>. Tradução para o inglês: COLAU, A.; ALEMANY, A. *Mortgaged lives. From the Housing Bubble to the Right to Housing*. Los Angeles/Leipzig/Londres, *Journal of Aesthetics & Protest Press*, 2014. Disponível em: <<http://joaap.org/press/pah/mortgagedlives.pdf>> (12.02.2023).

3 O 15M, também conhecido como movimento dos indignados, surgiu quando diversos coletivos convocaram uma manifestação em 15 de maio de 2011 contra o domínio dos bancos e das corporações, bem como em defesa de uma democracia real. A ação teve ampla adesão, acampamentos se espalharam pelas praças públicas da Espanha onde realizavam assembleias, e deu origem a diversas outras lutas. (N. E.)

A combinação entre o 15M e a PAH multiplicou o movimento por moradia. Por um lado, parar os despejos era uma boa forma de canalizar a efervescência das praças; era uma ação coletiva que permitia uma vitória imediata e tangível. Por outro lado, a PAH começou uma coleta de assinaturas para promover um projeto de lei de iniciativa popular e grande parte do ativismo do 15M se prontificou a ajudar. Quando se esvaziaram as praças, algumas das pessoas que estiveram organizadas ali se vincularam a outras lutas, e em muitos casos isso significou criar uma Plataforma de Afetadas pela Hipoteca.

A partir da experiência do projeto de iniciativa popular se começou a articular com mais força o movimento das PAH, com assembleias nacionais e comissões de trabalho. A plataforma se converteu em um ator político de primeiro nível e uma referência em questões de direito à moradia. Naquela época, a inadimplência da hipoteca deixou de ser o principal problema habitacional e, nas assembleias da PAH, passaram a chegar muitos casos de pessoas que não conseguiam mais pagar o aluguel ou viviam em ocupações, sob constante ameaça de despejo. A plataforma não deixou de se reinventar para responder a essas realidades. Anos depois de sua criação, a PAH segue combinando propostas e incidência política com ativismo com pé no barro, que é o que sustenta o movimento: a cada dia, dar resposta a famílias pelas quais é preciso fazer algo.⁴

UM MANUAL DE USO

Quando chega alguém a uma assembleia, geralmente recebe a explicação logo de entrada do que não é a PAH: nem um espaço assistencialista, nem uma assessoria jurídica, nem um serviço para parar despejos. Seria conveniente começar também esse livro explicando do que essa publicação não se trata.

Nas páginas seguintes não há receitas mágicas universais, nem definitivas para a organização coletiva. Existem uma infinidade de realidades distintas que devem ser respondidas por meio do apoio mútuo, dificilmente há uma solução que possa ser aplicada de forma idêntica. Este manual parte de uma experiência concreta: a luta da PAH pelo direito à moradia no Estado espanhol. Isso implica uma problemática, um marco jurídico e um contexto político concretos.

O que se tenta aqui é compartilhar aprendizagens que possam ser inspirações para outros coletivos que queiram abordar outras realidades em contextos distintos. A questão da moradia é o que articula a luta da PAH, mas suas estratégias de assessoramento coletivo, organização, desobediência ou incidência podem ser úteis para enfrentar outras situações de violação de direitos.

Este não é tampouco um documento que sintetiza de forma definitiva o funcionamento da PAH. Embora a palavra *manual* possa levar a um engano – e que a plataforma tem seus próprios critérios básicos, protocolos e documentos úteis –, é preciso enfatizar que se trata de um “manual de uso”, que parte da experiência das pessoas que dão vida ao coletivo em distintos pontos da Espanha. Essa realidade é diversa e, de fato, é comum que distintas assembleias não respondam exatamente igual a uma mesma questão. Aqui se busca também mostrar essa diversidade e oferecer exemplos do que umas e outras fazem.

As páginas que seguem são fruto do conhecimento e das experiências que 49 ativistas, de 18 plataformas distintas, generosamente compartilharam. Os debates e as entrevistas foram realizados a distância, em plena pandemia da Covid-19. Nesses encontros as pessoas participantes expressaram sua preocupação por uma nova crise social que seguirá à pandemia e temem que esse novo cenário possa ser pior do que aquele quando surgiu a PAH. Agora ao menos já estão organizadas. Como o objetivo era compartilhar aprendizagens mais consolidadas, aqui não estão reunidas as preocupações com a nova crise e as dificuldades relacionadas aos confinamentos e ao distanciamento físico. Para tudo isso, a PAH vai inventando soluções em movimento.

De toda forma, está claro que é preciso fazer algo.



4 Para um exemplo dos distintos níveis de ação da PAH: FAUS, P. *Si se puede. Siete días en PAH*. 2014. Disponível em castelhano: <<https://vimeo.com/323426092>>. Versão em inglês disponível em: <<https://vimeo.com/323297000>> (12.02.2023).



1. COMO SE ORGANIZAR DE MANEIRA ACOLHEDORA

VOLTAR AO SUMÁRIO

Curro e Asun sempre pagaram religiosamente seus impostos, suas dívidas e especialmente as parcelas de sua hipoteca. Quando Curro ficou sem trabalho pela crise econômica, abriu seu próprio negócio, mas as coisas não eram fáceis. Precisou tomar empréstimos e ofereceu sua casa para como garantia para ter acesso a mais crédito. “Em plena crise, meu negócio faliu e tinha a hipoteca e mais dois empréstimos para pagar”, lembra. Os dois não tinham como pagar. O banco os cobrava a casa e seguia cobrando-os mesmo depois que a entregaram.

“Toda a vida pagando e de repente tudo era como um castelo de cartas, em que quando se tira uma caem todas”, diz Asun. “Você bate numa porta, em outra, em outra... e nada. Não pode acreditar que a solução é juntar suas coisas e ir para a rua”. Eles lembram que nessa época não conseguiam nem dormir. E não era apenas isso. Curro faz uma lista do que passou a sentir: “Não conseguia nem respirar direito, meu cabelo caía, não conseguia digerir direito, sentia azia...”. Sua esposa arrumou alguns trabalhos de limpeza, que não resolviam o problema. Mas foi em um desses serviços, em um prédio recém construído, que algo aconteceu. Ao ver Asun chorar enquanto limpava, uma companheira lhe perguntou o que estava acontecendo. Depois de ouvir a história do casal comentou da Plataforma de Afetadas pela Hipoteca.

“Você se sente em um buraco tão fundo, em que ninguém a ajuda ou escuta, e de repente chega a um lugar onde oferecem um ouvido e lhe dão esperança”, recorda Asun. Depois de três semanas indo às assembleias da PAH de Málaga, ela e seu marido conseguiram voltar a dormir. “Não é que prometam algo, porque sabem que há casos muito difíceis, mas nos escutam, o que já é algo, e fomos nos dando conta de que muitíssimas famílias mantiveram suas casas graças à PAH, e então vi que portas bem pequenas estavam sendo abertas”.

A IMPORTÂNCIA DE ESCUTAR

Uma das coisas que as pessoas mais se lembram de seus primeiros passos na PAH – não só em Málaga, mas também em todas as partes – é justamente que foram ouvidas. Pela primeira vez, depois de encontrar muitas portas fechadas, seja no banco ou poder público, alguém mostrou um interesse genuíno pelos seus problemas e permitiu que se aliviassem. “É fazer a pessoa sentir que a situação dela nos importa; a proximidade, dizer ‘o que posso ajudar?’, são coisas muito simples, mas que tocam profundamente quando alguém precisa realmente ser ouvido”, destaca Delia quase uma década depois da primeira vez que lhe prestaram atenção na PAH de Barcelona.

Ser escutado é um primeiro passo, mas como aconteceu com Asun também é importante o que acaba sendo descoberto em seguida: há luz no fim do túnel.

Quem chega com um problema de moradia a uma assembleia da PAH encontra pessoas em uma situação similar, e esse primeiro contato apresenta duas lições que são também lemas da plataforma: que “não está sozinha” e que “sim, se pode”. Não está sozinha porque há mais pessoas na mesma situação, e de fato conhecê-las ajuda a compreender que seu problema de acesso à moradia não é individual, mas sim que se trata de um problema estrutural, coletivo, resultado de determinadas políticas. É muito importante que esse contato ocorra por meio do assessoramento coletivo; não há alguém específico responsável por receber uma nova pessoa ou por fazer o relato de que há mais gente na mesma situação. Quem está chegando em uma assembleia da PAH escuta os diálogos em que são compartilhados os problemas mas também as soluções que foram encontradas. Assim se descobre que, sim, se pode.

Esses dois lemas, “não está sozinha” e “sim, se pode”, ajudam na contraposição de sentimentos bastante presentes quando se chega pela primeira vez na PAH: a culpa, o medo e a vergonha.

SUPERAR BARREIRAS

Nem sempre é fácil. Um obstáculo desse processo, como destacam na PAH de Segovia, pode ser a vergonha. “As pessoas tentam esconder ao máximo o que se passa em casa; o que menos querem é que o vizinho saiba que estão sendo ameaçados pelo banco. De fato, muita gente prefere entregar a chave no banco ou aos tribunais antes de que outros saibam”, lamenta Amanda.

Por mais que se tente criar um espaço acolhedor, para muitas pessoas o primeiro contato com uma assembleia da PAH pode ser impactante. “Onde é que fui me meter?”, se perguntou Nicole, da PAH de Castelló, no primeiro dia. Mas depois de um tempo decidiu voltar e seguir. Muitas vezes, a barreira pode ser os preconceitos das próprias pessoas novatas. Isso foi notado, por exemplo, na PAHC da região do Bages, cuja assembleia é

composta principalmente por pessoas de origem marroquina. “Se as pessoas chegam com um perfil mais de classe média que talvez tenham problemas com seu aluguel, percebem a condição de classe e de raça da maior parte da assembleia e talvez não retornem, isso nos preocupa”, afirma Berni.

“Existe um medo de ser pobre ou que possa ser considerado como tal”, aponta Maria, da PAH de Segovia. Ou também pode haver quem creia que, por cair de uma posição mais privilegiada, tenha um problema maior, e se gaba de tudo o que teve. Quando isso acontece, é preciso lembrar à pessoa que na PAH não importa de onde se vem, mas sim que todos e todas estão no mesmo barco.

“A PAH mudou minha forma de ser. Eu tinha um pequeno negócio e era daquelas pessoas que pensavam que ninguém iria resolver seus problemas, desde que não fosse diretamente afetado. Quando perdi o negócio, perdi a casa, e vi que, sim, há gente que vai lhe ajudar sem pedir nada em troca”, assegura Francisco, da PAH Barcelona. E justamente a diversidade é uma das primeiras coisas que ele destaca de sua experiência na PAH: “Conheci pessoas de vários cantos do mundo e gosto muito de conversar com elas; sem viajar, aprendi muitas coisas de outras partes do planeta”. As assembleias da PAH permitem o encontro de pessoas que, por distintos motivos, dificilmente se encontrariam de outra maneira e constroem vínculos tão inesperados quanto fortes entre si.

RECEBER COM CUIDADO

A vergonha, apesar de tudo, nem sempre é uma barreira intransponível. No geral, é apenas uma dificuldade a superar com cuidado. Cada PAH trata desse tema de sua maneira e dentro de suas possibilidades – porque algumas possuem poucas pessoas envolvidas e outras recebem muita gente nova a cada semana –, mas todas desenvolvem estratégias para amenizar o impacto de quem chega.

Na PAHC do Bages, por exemplo, as pessoas que chegam pela primeira vez possuem uma recepção à parte da assembleia. “Como nas assembleias há entre 50 e 80 pessoas geralmente, é normal que muita gente que participe pela primeira vez tenha vergonha de falar diante de tanto público; assim, criamos um espaço de mais intimidade com quem está começando, no qual se fala igualmente de forma coletiva e não individual, o que é importante”, conta Bernat. Ishaan assim relembra: “O dia que cheguei não podia falar, estava muito assustada e não sabia o que iria acontecer. Falei em árabe e as meninas que estavam ali traduziram, porque tinha muita vergonha e não sabia como começar, mas as meninas foram me explicando e eu fui ficando mais tranquila”.

Depois de quebrar o gelo, o passo seguinte é contar sua história na semana posterior – ou no mesmo dia, se o caso for urgente – durante a assembleia de assessoramento coletivo. No Bages, a cada semana alguém da assembleia assume o papel de fazer a tradução para facilitar o diálogo.

Já em Barcelona destaca-se um gesto que é considerado tão simples quanto fundamental. Lili assumiu o papel de estar na porta, atenta às pessoas que chegam. Ela pergunta sempre se é a primeira vez e indica onde podem se sentar ou conta um pouco sobre como funciona a assembleia. “Esse primeiro gesto de carinho, essa primeira descoberta que está em um espaço onde será cuidado e cuidada, é muito importante”, lembra Santi. E Edu acrescenta que “estamos acostumados ao assistencialismo, de chegar a lugares procurando alguém com quem temos que apresentar nosso problema e mesmo que indiquemos que tem de sentar para aguardar a assembleia costumam insistir: ‘Não, é que meu caso é diferente’. Por isso é preciso ter alguém com afeto e paciência para assumir essa função todas as semanas, porque uma palavra mal colocada ou um simples ‘não posso’ pode fazer com que alguém não retorne”.

Apesar disso, a acolhida é “carinhosa, mas também bastante dura”, como destaca Berni, da PAHC do Bages. “Falamos para as pessoas que não podemos lhes dar as chaves de um apartamento, que não é um espaço assistencialista, que, se querem algo, vão ter que se esforçar para isso... As portas estão abertas, mas também já são estabelecidos alguns limites desde o início, limites que são fortes, porque estamos acostumados com a caridade e o assistencialismo”.

De fato, geralmente no primeiro contato, quem chega já recebe deveres. “Quando tenho de fazer o acolhimento, tento passar tarefas para que as realizem durante a semana; por exemplo, ir aos tribunais e entregar um formulário. As tarefas às vezes não são tão úteis, mas as pessoas já saem com algo a fazer para contar na assembleia da semana seguinte, e isso gera um vínculo por envolver-se”, afirma Berni. Lídia passou por isso e agradece pela oportunidade de ter tido essa experiência: “É algo bom, porque você se sente bloqueada se ficar sentada ali sem saber o que fazer”.

Tania, da PAH de Barcelona, acrescenta que as tarefas são, sim, úteis e que demandar algo não deve ser incompatível com acolher: “Estive em outra organização e fui apenas uma vez, porque exigiam no mínimo estar indo às reuniões por dois meses, e eu me sentia excluída. Ao contrário, na PAH você já sai com seus deveres para tentar resolver a ameaça de despejo que enfrenta naquele momento e, em muitos casos, com duas ou três recomendações que recebe pode paralisar o processo para seguir lutando, e aí começa a acreditar”. Em Barcelona, editaram o *Livro verde da PAH*, que é atualizado constantemente e distribuído às pessoas que chegam pela primeira vez à assembleia para que conheçam em detalhes todas as fases do processo que está vivenciando.¹

Tudo isso se relaciona com a primeira vez que alguém chega a uma PAH, mas para criar uma organização de fato acolhedora é preciso ir além do primeiro dia.

ESPAÇOS PARA SE ENVOLVER

Muitas das chaves têm a ver com o modelo de organização horizontal e assembleário; por exemplo, o fato de que todo mundo possa encontrar algo para fazer dentro de sua PAH. Há uma infinidade de tarefas, das mais visíveis, como dinamizar uma assembleia, participar em negociações ou formar parte da equipe de comunicação. Há outras menos visíveis, mas também fundamentais: acompanhar alguém que está passando mal, levar o alto-falante para um protesto ou a uma celebração, revisar a ortografia dos comunicados que serão publicados, explicar como funciona a plataforma para outros coletivos que assim solicitam, manter o espaço do encontro organizado, preparar uma celebração...

Sempre é possível fazer algo pelo coletivo e, de fato, a plataforma convida as pessoas a se perguntar, para além do que a PAH possa fazer por elas, o que cada um ou cada uma pode fazer pela PAH. “O primeiro dia que cheguei à assembleia estava um pouco perdido, mas na segunda vez me pediram para fazer a ata do encontro e como perceberam que fazia isso mais ou menos bem fiquei encarregado desta tarefa. Estava lá, com o meu laptop, anotava tudo e ia aprendendo sobre cada caso e as soluções; assim é como fui aprendendo todos os mecanismos para barrar os despejos”, recorda Juan Luis, da PAH de Torrevieja.

Bernat, da PAHC do Bages, destaca: “Dentro da plataforma, qualquer tarefa realizada é reconhecida. Isso é chave. Se alguém fica responsável de limpar os banheiros, esse trabalho é reconhecido; se uma pessoa vai colar cartazes e manda uma foto, todo o grupo aplaude... há um reconhecimento social dentro do coletivo. Talvez se dê muita importância às assembleias. E há pessoas que têm mais dificuldade de se expressar ou que não se sentem confortáveis nestes espaços, mas mesmo assim acompanham as companheiras todas as semanas, isso é imprescindível e é preciso ser devidamente valorizado”. E, para além dessa valorização, como lembra Lucía N., da PAH de Barcelona, todos e todas devem ter espaço na tomada de decisões: “Há coletivos com cérebros muito potentes, mas em que as formiguinhas não temos voz, nem voto; na PAH todos e todas, até a menor formiguinha, têm ideias e podem contribuir”.

OFERECER CALOR HUMANO

Por fim, também se pode ser acolhedor gerando direitos a partir dos cuidados, como defende Berni, da PAHC do Bages: “As instituições entendem os direitos a partir de um lugar determinado e não consideram que uma pessoa que está destrozada tenha direito a estar amparada. A PAH entende que uma companheira tem direito de estar acompanhada no tribunal, no banco, nos serviços sociais; temos que garantir o direito a esse calor humano. É algo muito potente e geralmente as pessoas chegam à assembleia pedindo isso: que sejam acompanhadas”.

¹ PAH Barcelona. *Livro verde de la PAH (Hipoteca)*. 2020. Disponível em castelhano em: <<https://pahbarcelona.org/wp-content/uploads/2020/07/Libro-Verde-HIPOTECA-PAH-2020-CAST.pdf>>. Primeira edição (2014) disponível em inglês em: <<https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2016/06/GreenBook-PAH-21juny.pdf>> (12.02.2023).

Muita gente conta que esse calor humano faz com que sigam na PAH. “Depois que escutam e acompanham você em um momento tão difícil, em que está tão mal, como vamos retribuir? Estamos tentando ajudar as pessoas que se encontram na mesma situação em que estivemos”, diz Asun, que lamenta não poder ir às assembleias porque trabalha às noites, mas seu marido segue participando.

Também há muita gente que não fica. A maioria. “Talvez uma pessoa que conseguiu parar um despejo não volte jamais, e isso no começo afeta você bastante, faz pensar em também abandonar. O que temos feito é aprender para que isso não nos frustre tanto, porque sempre há quem fica e com quem seguir lutando”, admite Berni.

A frustração e toda essa realidade dura também presente na PAH podem ser superadas quando há espaços de distração. “Quando voltamos de uma ação, Asun, Curro e outros começam a contar histórias e a brincar, isso faz você ver a vida de outra maneira e sorrir”, conta Chary, da PAH de Málaga. “Ou ir beber algo e fazer piadas ao sair de uma assembleia é uma válvula de escape, porque sem isso é muito difícil”, conclui sua companheira Pilar.



COMO SE ORGANIZAR DE MANEIRA ACOLHEDORA

Escutar e mostrar um interesse genuíno pela situação que está vivendo a pessoa que chega

Compartilhar vivências para mostrar que não se está só e que há soluções para os problemas que enfrenta

Deixar claro o que a organização oferece, quais são suas responsabilidades para enfrentar o problema e que sempre se pode fazer algo pelo coletivo

Gerar dinâmicas que permitam o cuidado e a atenção a quem chega pela primeira vez, mesmo que não exista um tratamento individualizado

Estabelecer tarefas concretas desde o primeiro momento para que a pessoa possa se encarregar de seu próprio problema

Valorizar todas as tarefas que são realizadas e gerar espaços de participação real para que todos e todas possam contribuir com seu grão de areia

Promover e compartilhar espaços de socialização que permitam gerar vínculos pessoais e afetivos para além das ações e das assembleias

Nem todo mundo vai permanecer e criar um vínculo, e por isso é importante questionar o que pode estar falhando, mas também saber administrar a frustração





VOLTAR AO
SUMÁRIO

2. COMO RESOLVER PROBLEMAS POR MEIO DO ASSESSORAMENTO COLETIVO

“Somos muitos e muitas que não têm nada, que recebemos quando trabalhamos, mas quando não trabalhamos estamos abandonados”, sentencia Aziza. É o que aconteceu com ela. Por décadas trabalhou na Catalunha, onde chegou vindo do Marrocos, mas quando não teve trabalho e não pôde pagar o aluguel acabou na rua. Ela se viu dormindo por três dias em frente à porta do hospital onde fazia tratamento contra um câncer e se lembra que sequer sabia que poderia recorrer aos serviços sociais. Até que alguém lhe comentou da PAH.

Hoje Aziza vive em um edifício ocupado pela PAHC do Bages e reivindica do poder público a concessão de um aluguel social correspondente aos parcos ingressos que obtém. “Tinha muita vergonha quando cheguei a primeira vez na PAHC, chorava e as palavras não saíam, não sabia nada, tinha todas as portas fechadas, mas fui aprendendo as coisas pouco a pouco: como falar com a assistente social, com a prefeitura, com o tribunal...”

O fato é que Aziza não apenas aprendeu como também jamais parou. A cada semana acompanha companheiras a esses lugares que não sabia ir e, sem saber ler nem escrever, ela ri quando conta tudo que aprendeu: “Um dia acompanhei ao tribunal um senhor mais velho que estava perdido, com uma criança pequena, passando frio, e quando chegamos em frente ao juiz comecei a dizer coisas que não havia conseguido dizer em minha vida; fiquei muito surpresa pela forma como essas palavras saíram de minha boca!”. Em seguida, um advogado lhe perguntou o que havia estudado para se colocar tão bem diante daquela situação. “Mas eu nunca havia estudado na minha vida! Na realidade, a PAHC me ensinou muitas coisas.”

Um dos elementos básicos do funcionamento das Plataformas de Afetadas pela Hipoteca é o assessoramento coletivo. Não se atende individualmente cada pessoa afetada, mas os casos são tratados de forma coletiva em uma assembleia em que todo mundo pode contribuir com respostas. Esse modelo permite o empoderamento das pessoas que chegam como afetadas, que descobrem como resolver os problemas por conta

própria e podem compartilhar esse conhecimento. É uma abordagem que rompe com a diferenciação habitual entre ativistas e afetadas. Por um lado, porque a PAH considera que todas as pessoas implicadas estão afetadas de uma maneira e de outra pela mercantilização da moradia, mas sobretudo porque qualquer pessoa que se envolva com a plataforma pode inspirar e ensinar outras que virão depois.

Isso permitiu à PAH crescer e se sustentar no tempo – de forma gratuita –, já que o movimento não depende de um grupo de profissionais, mas sim de pessoas que oferecem apoio mútuo. Ao mesmo tempo, dessa maneira atuam para estimular transformações profundas, incidindo no discurso hegemônico e nas políticas de moradia, já que de outra maneira não poderiam fazer nada além de atender casos individuais a todo o tempo.

ENCARREGAR-SE DE SEU PRÓPRIO CASO

As assembleias da PAH começam, no geral, explicando o que não é a plataforma: nem uma administradora de casos, nem um escritório de advocacia, nem um serviço para interromper um despejo. Mesmo que muitas pessoas cheguem com a esperança de falar com uma advogada ou um advogado para que se encarregue de seu caso, logo recebem o esclarecimento de que a PAH não é isso e que na maioria dos casos, de fato, a lei favorece o banco ou a propriedade da moradia, sendo que se elas dependerem apenas da ajuda legal dificilmente encontrarão uma solução. A resposta que apresenta a plataforma é a organização coletiva, e quem chega pela primeira vez já logo descobre que não está só, mas também que ninguém vai se encarregar de seu caso. “O mais importante é que você se informe sobre seu problema e como pode lutar para enfrentá-lo; e a partir daí, sim, todos apoiamos, o trabalho é coletivo”, resume Rosa, da PAH de Altea.

“Você sempre sai da assembleia com deveres, com algo para fazer, mesmo que seja enviar um email ou qualquer outro tipo de ação que a pessoa afetada precisa fazer dentro de suas possibilidades, porque não resolvemos nada fazendo o trabalho dos demais”, assinala Virginia, da PAH de Berriozar. Ela experimentou na própria pele: “Quando cheguei estava muito mal, acabada, e me exigiam bastante, não pegam leve”, lembra-se, rindo.

Ela sorri porque, com os conselhos da assembleia, tomou as rédeas de seu caso e conseguiu resolvê-lo. “Isso faz você crescer pessoalmente e, agora, mesmo quando me deparo com questões burocráticas que não têm a ver com a PAH estou bastante hábil. Minha situação não melhorou substancialmente desde que eu cheguei, mas eu, sim, melhorei nestes cinco anos”, conclui.

Nas trajetórias das pessoas que passam pela plataforma ocorrem vitórias de diversos níveis, mas com certeza a primeira é esse empoderamento, que está relacionado com

o fato de se encarregar de seu próprio caso. Como diz Ricardo, da PAH de Barcelona: “se chega uma pessoa aqui quebrada e alguém resolve seu caso com uma prática assistencialista, ficaria uma sensação de dívida, de que não se pode fazer as coisas por si só e de que alguém a está salvando, mas quando é a própria pessoa que se salva, isso muda tudo”.

Apesar disso, não se trata apenas de tomar as rédeas da situação que se vive. Isso seria cair em um individualismo que a PAH procura romper. Há uma responsabilidade individual, sim, mas é a articulação coletiva que torna possível enfrentar o problema.

CHAVES PARA O ACESSORAMENTO COLETIVO

ANTES	Organizar previamente as assembleias Preparar materiais informativos e de referência Repensar constantemente o funcionamento
NA ENTRADA	Acolher as pessoas novas e mostrar que é um espaço de confiança Escutar de forma ativa Esclarecer que é um espaço de apoio mútuo
DURANTE	Fazer assembleias dinâmicas tendo em conta as prioridades, os tempos e a ordem das falas Distribuir papeis e desenvolver uma dinâmica que as dúvidas sejam resolvidas coletivamente Valorizar os diversos conhecimentos das pessoas que participam na assembleia Perguntar ao grupo para que responda quem passou por situações semelhantes Compartilhar os recursos que permitam que cada pessoa avance em seu próprio caso
DEPOIS	Estabelecer tarefas que a pessoa possa fazer por sua própria conta Definir objetivos para a assembleia seguinte Acompanhar quando necessário

ENTRE IGUAIS

O assessoramento coletivo consiste na reunião em assembleias para que cada pessoa afetada possa explicar publicamente seu caso a fim de que se possa pensar coletivamente possíveis respostas com outras companheiras e outros companheiros envolvidos em questões de alguma maneira similares. Embora o funcionamento da assembleia de assessoramento coletivo possa variar segundo as necessidades ou possibilidades de cada PAH, há alguns elementos básicos.

Um grupo de pessoas se encarrega de tornar a assembleia dinâmica, distribuindo distintas funções como apresentar ou moderar o encontro, anotar a ordem das falas ou fazer a ata do encontro. Segundo a plataforma, podem existir funções mais específi-

cas, como a de tradutor, registrar no início quem tem data de despejo já definida ou cuidar das crianças para que as responsáveis possam participar com tranquilidade na assembleia. Quem chega pela primeira vez, além de ser informado do funcionamento da assembleia e do que não consiste a PAH, recebe indicações gerais que podem ser úteis em todos os casos, como por exemplo deixar claro quais são as etapas de um processo de execução hipotecária. A partir daí se costuma iniciar o assessoramento.

Cada PAH define dia, horário e formato que convocará sua assembleia de assessoramento. Em alguns casos, trata-se de um encontro diferente da assembleia de coordenação da mesma plataforma, embora ambas estejam abertas a qualquer pessoa. No Bages, é realizada apenas uma assembleia e o assessoramento coletivo é feito depois que se abordam as questões gerais, com o objetivo de favorecer o envolvimento das pessoas com o funcionamento da plataforma. Além disso, cada participante que gostaria de falar sobre seu caso no assessoramento registra seu nome em um papel inserido numa urna. Com exceção dos casos que demandam respostas urgentes como aqueles com datas definidas de despejo, um sorteio define a ordem das falas na assembleia.

Há algumas PAH em que a acolhida a quem vem pela primeira vez se dá antes, em um grupo reduzido; em outras, a acolhida faz parte da assembleia. Há diferentes formas de organizar a assembleia. Durante anos, quando havia muitos casos com pessoas que não conseguiam pagar pela hipoteca, grupos de assessoramento específicos foram criados para as pessoas endividadas com diferentes bancos. Com o tempo, essa forma de organização foi deixada de lado porque se considerou que não privilegiava o assessoramento coletivo. Anos mais tarde, com a diversidade de problemas que chegavam, a PAH de Barcelona começou a dividir parte de sua assembleia de assessoramento conforme a natureza dos casos: hipoteca, aluguel e ocupação. Eles tinham claro que, por experiência prévia, a divisão não deveria gerar assembleias paralelas; por isso, o início e o fim do encontro é feito de maneira conjunta.

No que se refere ao assessoramento coletivo, cada pessoa expõe o estágio em que se encontra naquela semana. Quem faz a moderação não responde diretamente à questão colocada, mas sim pergunta ao grupo como agiriam diante daquela situação e estimula a manifestação principalmente de quem vive ou já passou por situação similar.

Nesse processo as respostas são dadas por iguais. “Sempre dizemos que não se deve ter vergonha de falar porque na assembleia há uns poucos voluntários, mas a maioria somos afetados igualmente”, aponta Yaqoubi, da PAHC do Bages. “Assim se tenta passar alguma segurança, para que não se sintam sozinhos, e durante a assembleia há falas de quem acaba de chegar com um problema imenso mas também outras de quem já está perto de concretizar uma solução”, acrescenta Viriginia, da PAH de Berriozar.

Ver pessoas na mesma situação e que vão encontrando respostas é fundamental para o método “sim, se pode”, que é um dos principais lemas da plataforma. “As pessoas

escolhem a PAH e o assessoramento coletivo em vez de outras alternativas porque entendem que vai funcionar, que fulano conseguiu renovar seu aluguel social; então, essas pequenas vitórias são fundamentais também para que o assessoramento funcione”, assinala Diego, da PAH de Vallekas. É evidente que não se pode contar com isso desde o primeiro momento, mas a aposta deve ser conseguir vitórias, por menores que sejam, que possam ser compartilhadas.

COMPARTILHAR CONHECIMENTO

É importante estar consciente que o assessoramento se dá entre iguais, porque às vezes podem ocorrer comportamentos estimulados por inércias que vão em outra direção. “Já percebemos que, quando um companheiro em uma assembleia que, seja o que for, faz uma fala com linguagem de advogados, logo quando termina a assembleia as pessoas vão atrás dele para tratar de seu caso”, lamenta Diego.

Assim, quem é advogada precisa estar consciente de seu papel, além de saber falar com uma linguagem acessível. “No começo, talvez se esperasse que eu fosse resolver as dúvidas, mas conseguimos romper com isso; nas assembleias, as dúvidas se resolvem de maneira coletiva e eu normalmente costumo estar em segundo plano. Se faço uma intervenção é para que algo talvez seja mais eficaz, da forma que posso contribuir com meu conhecimento. Da mesma forma faz o encanador que contribui com seu conhecimento na recuperação de um edifício”, explica Alejandra, advogada, integrante da PAVPS de Madri.

O apoio de advogados e advogadas pode ser útil para a PAH, mas não durante o assessoramento. “Produzimos documentos e materiais úteis e os oferecemos ao movimento em geral; fazemos materiais genéricos que podem distribuir ou divulgar pela internet”, conta Alejandra. O que, de fato, se faz durante o assessoramento é apresentar esses documentos às pessoas para que os adaptem para seus casos e possam apresentá-los nos tribunais, no banco ou na prefeitura.¹

As pessoas que procuram a PAH geralmente têm direito à justiça gratuita e podem ser representadas por um defensor público. Mesmo assim, isso não impede que as respostas acabem vindo da assembleia. “Você vai ao advogado e diz o que deve ser feito, o advogado segue a orientação e dá resultado; isso dá esperança”, aponta Félix, da PAH de Málaga, que assinala que às vezes a pessoa afetada acaba sabendo mais do que quem a representa, que não é necessariamente um especialista na questão da

¹ O site da PAH tem uma seção específica que reúne uma multiplicidade de documentos úteis: <<https://afectadosporlahipototeca.com/asesoria-y-recursos>>. Diante do grande número de documentos, a PAH em Barcelona criou um guia com um PDF interativo que permite às pessoas afetadas acessar diretamente a documentação que necessitam para seu caso particular: PAH BARCELONA, ¿Conoces los Documentos Útiles de la PAH? (2020). Disponível em: <<https://pahbarcelona.org/wp-content/uploads/2020/09/Documentos-Utiles-PAHBCN.pdf>>. Acesso em 12.02.2023.



são realidades que mudam muito e é preciso contar com quem tem experiência direta com a questão”, comenta Diego. Ele acrescenta que não é apenas compartilhar esse conhecimento: “É que além disso a pessoa aprende a se comunicar melhor, e essa igualdade de posições é o que vai te ajudar a entender o que é a PAH na prática e o que é uma assembleia em abstrato. O apoio mútuo não é uma questão de discurso; ou você o vê, o toca, ou não funciona”.

ACOMPANHAR

Esse apoio mútuo entre iguais não termina na assembleia. Embora as afetadas se encarreguem de seu próprio caso, podem pedir a outras pessoas que as acompanhem porque não têm que fazer sozinhas. Os acompanhamentos são uma maneira de enfrentar inseguranças ou barreiras linguísticas, de contar com alguém que possui mais experiência nesse campo ou simplesmente de se sentir com uma companhia. E mesmo que sejam pessoas individualmente que as acompanham, isso se planeja na assembleia porque é parte de um processo coletivo.

Angelines, da PAVPS de Madri, lembra bem que a primeira vez que acompanhou uma companheira que sequer conhecia foi em uma ida ao banco para demandar um aluguel social. “Cheguei ao lugar onde havíamos combinado e vi uma mulher só, conversamos um pouco e a acompanhei caladinha, porque eu não sabia nada. No começo vai fazer número apenas, mas com o tempo vai aprendendo e se empoderando, e então já não faz apenas número, sendo capaz de começar a intervir.”

Os acompanhamentos são um espaço onde se formam vínculos e cumplicidades para além do espaço da assembleia, e são também uma forma de se sentir útil no contexto em que as pessoas chegam com muita insegurança e baixa autoestima. “Afora a solução do meu caso, para mim a PAH foi um medicamento que curou os piores males que eu tinha, sobretudo de insegurança, e me ensinou a entender a vida de forma diferente”, afirma Delia, da PAH de Barcelona. “Eu creio que há muitas pessoas com disposição de ajudar a próxima ou o próximo”, diz Francisco, da PAH de Barcelona, acrescentando que “muitas vezes deixa de lado seus problemas e vai ajudar os demais, até o ponto de que se esquece que o seu próprio não está solucionado”.

Rosa, da PAH de Altea, garante que “não se pode deixar jamais que a pessoa viva o problema sozinha, sempre é preciso acompanhá-la porque, ainda que esteja muito empoderada, seu próprio caso sempre dói”. E para que ninguém se esqueça de seu caso, a cada seis meses é feita uma assembleia para repassar a situação de todas as pessoas afetadas. Na PAH próxima de Elx-Crevillent vão além e tentam ter sempre alguém que se encarrega de um caso além do seu próprio para que possam, por exemplo, intercambiar mutualmente. “Não é que você seja uma pessoa especialmente boa, mas acaba vendo o problema tão grande que deixa o seu em segundo plano”, diz Marga.

moradia. “Com o que aprendi das leis, muitas vezes digo brincando para Alejandra que falta pouco para que me deem o título de advogada”, acrescenta Angelines, também da PAVPS de Madri.

Além dos conhecimentos compartilhados em assembleia, também são organizadas oficinas e cursos para que qualquer pessoa afetada possa ter mais formação sobre questões jurídicas ou negociações com os bancos, fortalecendo a sua confiança.

Por outro lado, os conhecimentos não apenas são colocados em comum, como também são aprimorados. “Quem já passou pelo que você está passando aprendeu e viu os erros que pode ter cometido, assim que cada vez mais se aperfeiçoa a estratégia e aprendemos do processo”, aponta Paco, da PAH de Murcia.

Diego destaca que, no processo do assessoramento entre iguais, a importância de valorizar os saberes não especializados, sobretudo nos territórios que recebem muita intervenção da assistência social, como o distrito de Puente de Vallecas em Madri, onde atua a sua PAH. “Todo mundo que chega passou antes por serviços sociais ou uma paróquia ou uma ONG, e é importante valorizar que há coisas que necessitamos que nenhuma dessas trabalhadoras sociais sabem, mas nós sabemos, coisas tão simples como ‘nesse telefone eles já não atendem, mas sim neste outro’. Esses saberes precisam estar presentes na assembleia; é muito difícil colocá-los em um manual porque

CARGA EMOCIONAL

Mesmo que seja um espaço de apoio mútuo e de empoderamento, o assessoramento coletivo também tem seu peso. As assembleias podem ser duras. “Quando há muitos casos enroscados, a gente chega mal em casa, não se sente bem, e às vezes vai remoendo a questão para ver se consegue solucioná-los”, afirma Chary, da PAH Málaga. “Temos nossos próprios problemas também; então às vezes é um caos, com seus problemas e com os dos demais, mas também é preciso aprender a separar e desconectar”, acrescenta sua companheira Pilar.

Na PAHC do Bages, como em muitas outras, compartilham uma reflexão. “Há casos que me fariam chorar, e de fato eu já cheguei em casa e assim o fiz, mas é preciso se blindar e se fortalecer”, assegura Lúcia. “E isso também tem um risco, aconteceu comigo, de normalizar tanto algumas situações que tal armadura acaba reduzindo sua empatia, e algum dia cheguei em casa preocupado por estar normalizando algumas coisas. Como construir essa proteção e, ao mesmo tempo, nos manter sendo humanos e ternos, que é como nos esperam as pessoas que chegam?”, se pergunta seu companheiro Berni depois de oito anos de assembleias. Àlex conclui apontando o desafio: “Na realidade nunca paramos de falar como isso nos afeta emocionalmente, cada um foi construindo essas armaduras em sua casa como foi possível, e se trata de um problema que precisaríamos pensar como abordar coletivamente”.



COMO RESOLVER PROBLEMAS POR MEIO DO ACESSORAMENTO COLETIVO

Não cair no assistencialismo e deixar claro para as pessoas que devem encarregar-se do seu próprio caso, porque não haverá uma pessoa dedicada profissionalmente a isso

Oferecer ferramentas para que as pessoas possam avançar de forma autônoma na solução de seu problema

Gerar um espaço horizontal para que possa existir um assessoramento entre iguais, valorizando as soluções que já funcionaram para outras pessoas em situação semelhante, que são a quem se pergunta na assembleia

Vigiar os comportamentos que por inércia possam romper com a lógica da horizontalidade e procurar estratégias para minimizar os discursos ou as atividades que possam ocupar um papel de especialista

Promover o acompanhamento como uma estratégia de empoderamento e aprendizagem tanto para a pessoa acompanhada como também para a acompanhante

Gerar mecanismos para que a ajuda aos demais não signifique esquecer o próprio problema

Considerar o impacto emocional de fazer parte de uma assembleia em que com frequência as pessoas expõem situações dramáticas e difíceis





VOLTAR AO
SUMÁRIO

3. COMO ORGANIZAR UM MOVIMENTO ASSEMBLEÁRIO

O dia a dia de Angelines era parecido com o de muitas donas de casa: cuidar de seus filhos, levar a mais velha à escola, fazer compras, cozinhar, arrumar a casa enquanto cuida do menor... A primeira vez que viu um despejo ser barrado pela televisão, embora estivesse no mesmo bairro em que vive, Usera, em Madri. “Foi muito falado porque a polícia desceu o pau em muitos que hoje são meus companheiros, mas eu então via aquilo e me perguntava como é que poderiam expulsar as pessoas de sua própria casa daquela maneira”, lembra.

Angelines não demorou para se envolver com movimentos de moradia. Quando sua avó morreu, ficou na sua habitação, uma moradia pública da Comunidade de Madri, e com o tempo conseguiu ser regularizada inquilina. A diferença é que sua avó pagava 90 euros por mês e ela, 500. Com a crise, não conseguiu mais pagar o aluguel e passou a acumular dívidas até que a Prefeitura a ameaçou com despejo. Foi então que uma mãe da escola da sua filha comentou da assembleia de moradia de Usera, e assim Angelines chegou à PAVPS de Madri. Hoje segue na sua casa e paga 140 euros por mês entre o aluguel e a dívida que está quitando de acordo com suas possibilidades.

Sua vida hoje tem pouco a ver com a de antes. “Mudou muitíssimo, já não é aquela rotina de deixar a filha na escola e limpar a casa, agora eu a deixo na escola e vou discutir com o poder público, vou parar um despejo, reunir-me com o responsável pela política de moradia ou o diretor não sei do quê”, conta. Seu filho pequeno tinha dois anos quando ela começou sua militância pelo direito à moradia. Quando ia ao colégio, um dia perguntaram a ele o que seus pais faziam e respondeu que o pai era pedreiro e sua mãe trabalhava parando despejos. “Meu filho o entendia como um trabalho, porque realmente todos os dias depois de deixá-los na escola tinha algo para fazer.”

A PAH não é apenas assessoramento coletivo semanal ou quinzenal. A maioria das plataformas possuem uma atividade frenética durante toda a semana, e isso requer muita organização. Cada núcleo local da PAH tem autonomia e define sua organização e o funcionamento mais adequados dentro de seu contexto e suas possibilidades, mas

existem alguns critérios básicos. O principal é que a organização deve ser horizontal para promover a tomada de decisões coletivas, a socialização da informação e a divisão de tarefas e responsabilidades. As decisões em uma PAH são tomadas em uma assembleia semanal ou quinzenal aberta a todas as participantes. Em paralelo, é normal haver comissões ou grupos de trabalho, também abertos, que permitem tratar de algumas questões com mais regularidades ou profundidade. Tais espaços nascem da assembleia e apenas podem tomar decisões no escopo definido pela própria.

Em uma PAH grande como a de Barcelona pode haver quase 20 comissões, embora a organização mude constantemente. Tratam de questões tão diversas como a organização de ações reivindicativas, formas de arrecadação de recursos, a participação em debates para os quais a PAH foi convidada, a dinamização das assembleias, a comunicação nas redes sociais ou com a imprensa, o desenvolvimento de novas estratégias ou a organização de festas. Nem sempre há musculatura organizativa para dar conta de tanta diversidade. Na PAH de Berriozar, por exemplo, Jesús conta que, embora antes houvesse várias comissões, quando há menos pessoas envolvidas no dia a dia, a maioria das questões são tratadas diretamente nas assembleias.

DINAMIZAR A HORIZONTALIDADE

É fundamental que as assembleias sejam dinâmicas para que a lógica horizontal funcione. Isso requer que questões muito diversas sejam consideradas, que vão desde o compartilhamento prévio da pauta da reunião até gerar um ambiente propício para escutar todas as opiniões.¹ “Há uma equipe de coordenação na própria PAH que se encarrega de organizar um pouco a estrutura das assembleias para construir os temas do encontro”, conta Rosa, da PAH de Altea. Saskia, da PAH de Torrevieja, conta que, no seu caso, a pauta da assembleia é construída por meio do WhatsApp: “Cada um expõe um pouco os temas que gostaria de tratar e no momento da assembleia vamos tratando deles”.

Há algumas PAH, como a do Bages ou a de Sabadell, que apostam por não ter uma comissão de coordenação para descentralizar o trabalho; outras, como a de Barcelona, possuem não só esta comissão, como também um grupo mais específico para dinamizar as assembleias. Por meio do correio eletrônico, recebem as sugestões de questões que devem ser tratadas no encontro e, um dia antes, encaminham a pauta da reunião. Fazem isso guardando certa flexibilidade para que a assembleia possa ser adaptada conforme as necessidades colocadas pelas participantes, inclusive incorporando novos assuntos.

¹ As PAHs catalãs elaboraram, em 2014, um manual de facilitação com colaborações externas a partir de oficinas de formação da plataforma: PARERA, M. *Manual de facilitación para la Plataforma de Afectados/das por la Hipoteca*. 2014. Disponível em: <<https://pahbarcelona.files.wordpress.com/2017/05/1manualpah-cast.pdf>> (12.02.2023).

Para um bom funcionamento é importante que todo mundo saiba em que momento se está na assembleia – e, para isso, é interessante por exemplo registrar a pauta da reunião em uma lousa – e qual a duração prevista. “Em determinado momento, chegávamos a encerrar a assembleia às onze da noite do domingo, precisando estar de pé no dia seguinte às sete. E isso não era bom. Quando colocamos um limite para o término da reunião, às nove da noite, a assembleia seguiu funcionando”, lembra Alex, da PAHC do Bages. Os horários também ajudam a separar distintas partes da assembleia. “Combinamos parar às oito em ponto para tratar das ações e dos despejos, e então há coisas que precisamos deixar para a semana seguinte”, disse Edu, da PAH de Barcelona.

“Eu destacaria a complexidade organizacional da PAH como algo positivo; tudo está bastante estruturado, embora no primeiro dia possa parecer difícil entender por completo, as comissões e os protocolos, mas ter claramente uma estrutura e repeti-la em toda assembleia permite que cada um a interiorize, e em todos estes anos a gente também vai explicando o que já escutou, adaptou e transmitiu”, acrescenta Edu. Também é fundamental que se registre em ata o que foi discutido na assembleia, bem como deixar este documento acessível para consulta.

O papel de quem dinamiza não é simples. Por um lado, há uma pauta a ser cumprida; por outro, é preciso garantir que todas as opiniões sejam expressadas. Edu agradece, por exemplo, o fato de ter uma linguagem de sinais compartilhada por toda a assembleia. “No papel de dinamizador, é difícil cortar as pessoas, mas a linguagem me ajuda, porque, se alguém faz sinais porque uma pessoa está se perdendo em sua fala ou desviando-se do assunto, posso dizer que estão pedindo que voltemos para o foco. Às vezes, quando o tema gera muito debate ou dá origem a outras discussões sugerimos que o assunto seja colocado na pauta da próxima assembleia.”

Os sinais também contribuem para que se vá medindo a temperatura da assembleia, já que se procura evitar decisões por votação, privilegiando caminhos que apontem para um consenso generalizado. “A PAH me ensinou a respeitar as diferentes opiniões, é muito difícil que em uma reunião de 60 pessoas todas estejam de acordo; seguimos aquilo que é decidido em uma assembleia, mesmo que eu não esteja de acordo”, destaca Delia, da PAH de Barcelona. “Eu muitas vezes digo coisas que são contrárias ao que todo mundo pensa. Eu me posiciono, mas fui aprendendo que, se as pessoas não estão de acordo, não é por isso que devo ficar com raiva”, acrescenta seu companheiro Francisco.

INTELIGÊNCIA COLETIVA

E a questão não é apenas respeitar a diversidade, mas valorizá-la. “O que a PAH mais me ensinou no âmbito pessoal foi perceber a capacidade de trabalho da inteligência coletiva”, destaca Santi, também da PAH de Barcelona. “É impressionante como as coi-

sas se transformam quando não são só quatro pessoas pensando, se permite que todo mundo se expresse e os debates vão sendo gerados e já não sabe quem contribuiu com o quê. Às vezes, olha um item na pauta da assembleia e já tem muito claro como deve fazê-lo, mas logo as pessoas começam a falar e você se dá conta de que o que sai dali é muito mais forte do que se imaginou inicialmente.”

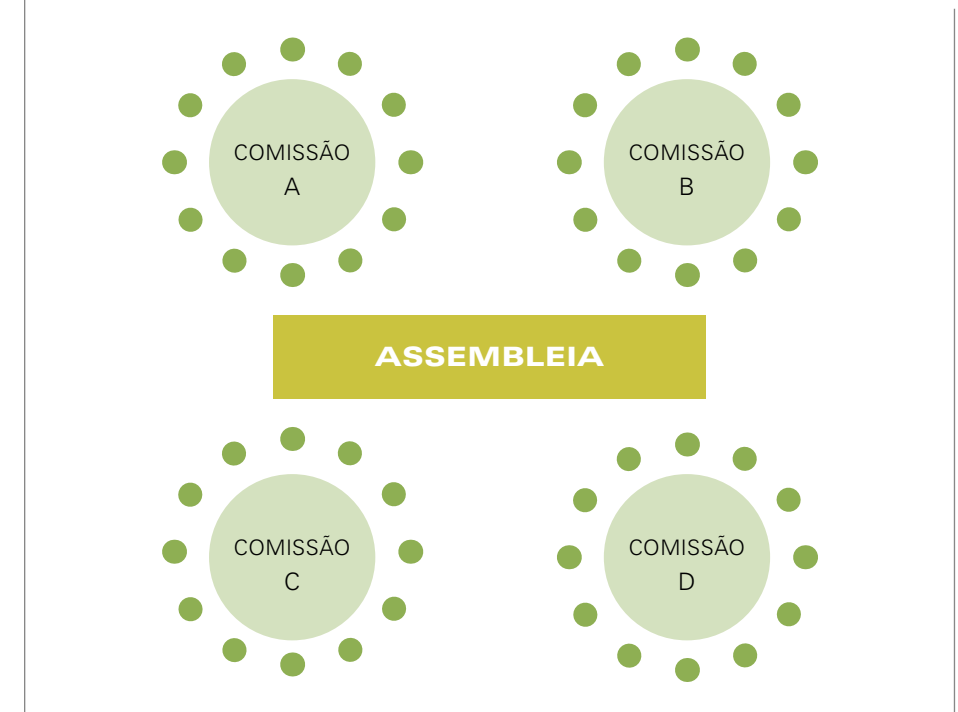
Por outro lado, “o fato de que não há uma direção ou um coordenador facilita que as pessoas possam se envolver e assumir um papel, especialmente as mulheres, que na maioria das vezes são as que dinamizam as comissões; na plataforma temos uma maneira de somar e construir que empodera as mulheres”, aponta Marcia, da mesma PAH de Barcelona. “Quando você tem um problema de moradia, você se sente mal, tem baixa estima, pensa que não vale nada, não sabe nada, e a assembleia nos faz sentir importantes, nossa opinião pode ser levada em conta, isso é muito bonito”, acrescenta sua companheira Lucía N.

Um desafio constante, no entanto, é evitar as hierarquias. Em qualquer organização podem surgir lideranças, o que não é necessariamente negativo, mas é preciso tomar cuidado para que a horizontalidade não seja prejudicada. “As pessoas mais empoderadas que dedicam mais tempo à PAH costumavam formar um grupo e sentar-se no mesmo lugar, próximas da lousa, assim que nos propomos a não estar sempre os mesmos ali”, exemplifica Edu. De pouco ajuda se colocar em círculo em vez de ficar em fileira diante de um palco se todo o conhecimento parece vir de um mesmo ponto. Da mesma maneira, Edu também assinala que é desejável que a pessoa encarregada de dinamizar a assembleia não seja alguém comprometido com muitas outras responsabilidades, como porta-voz ou estando presente em muitas outras comissões.

“A assembleia tem muito potencial e funciona muito bem, mas há o risco do sofista ou do manipulador, de alguém que quer aproveitar a força coletiva para seu interesse pessoal”, alerta Àlex, da PAHC do Bages. “Quem põe limite é a própria assembleia, que reage quando alguém faz coisas estranhas; mas esse risco sempre está colocado e às vezes o que existe são os autolimites.” Seu companheiro Bernat explica que “querendo ou não, há gente com certa liderança nos processos e às vezes a própria PAHC pede por mais pessoas assim, mas são elas próprias que acabam destacando o caráter assembleário da plataforma”. Manter a horizontalidade é, assim, um desafio permanente sobre o qual é preciso estar alerta.

TAREFAS DAS COMISSÕES

Decisões operativas e temáticas



TAREFAS DA ASSEMBLEIA GERAL

- Decisões estratégicas
- Decisões organizativas gerais
- Coordenação das comissões
- Decisões operativas sobre temas transversais

ADAPTAR-SE CONSTANTEMENTE

A PAH está sempre atenta para quando é necessário realizar mudanças, sejam elas questões simples ou de fundo. “Evidentemente, surgem papéis na assembleia, mas não temos um grupo de responsáveis; as decisões se tomam de forma coletiva e isso as torna mais fáceis de serem revisadas, porque não se trata de questionar a decisão de um grupo de pessoas concretas, uma vez que foi tomada por todas”, aponta Santi, da PAH de Barcelona. “Se precisamos mudar a assembleia de boas-vindas, voltamos a mudá-la; se começam a chegar muitos casos de ocupação, vemos como melhor aten-

der. Temos sabido nos adaptar bastante às diversas realidades e diria que isso explica por que duramos tantos anos”, destaca.

“Às vezes essas questões surgem tomando algo no bar logo depois da assembleia, e o que fazemos é comentar na semana seguinte, propor uma mudança e, caso se acumulem muitas mudanças, convocamos uma assembleia plenária e passamos todo um sábado pensando como podemos modificar algumas questões”, explica Berni no caso da PAHC do Bages. Embora o espaço para a tomada de decisões seja a assembleia, os espaços de encontros informais são fundamentais tanto para gerar vínculos como para que emergam inquietações.

Mas há questões que necessitam de mudanças que não surgem na própria assembleia, mas a partir de problemas externos. Por exemplo, quando os imóveis das pessoas endividadas não são apenas dos bancos, que possuem sedes locais onde se costuma ir para protestar, mas são de fundos de investimento internacionais. Por isso muitas PAH possuem também comissões específicas para propor estratégias de longo prazo para a assembleia. Também comissões de formação, que possibilitam que as pessoas organizem oficinas para se formar de acordo com as necessidades que surgem na assembleia.

ORGANIZAR-SE SEM RECURSOS

A capacidade de adaptação é especialmente relevante quando se organiza praticamente sem recursos. São muito poucas as PAH que possuem um local próprio, a maioria praticamente não tem gastos estruturais. “Funcionamos com muito pouco, costumamos estar em locais cedidos, ou instalações públicas, ou espaços de outros coletivos sociais”, explica Paco, da PAH de Murcia. Se há gastos, como a impressão de cartazes, fazer uma faixa ou comprar um megafone, os valores são arrecadados com a “venda de produtos da PAH ou de doações; por exemplo, na nossa assembleia temos uma caixa sobre a mesa onde cada um vai deixando contribuições financeiras de acordo com suas possibilidades, e com isso vamos funcionando, porque aqui não há liberados nem nenhum gasto deste tipo, o que existe é muita vontade de pessoas dispostas a ceder seu tempo”, conclui Paco.

O assessoramento coletivo e o assembleísmo permitem que a PAH possa funcionar sem pessoas dedicadas profissionalmente a isso. Este feito tem sido chave para sua sobrevivência sem necessidade de muitos recursos econômicos.

Apesar disso, contar com profissionais não é incompatível com o modelo da PAH. A de Vallekas, por exemplo, teve uma pessoa liberada durante um tempo graças à contribuição voluntária de alguns de seus integrantes. Outras PAH também contam com o apoio de entidades em defesa de direitos humanos, que liberam parte da jornada de trabalho de sua equipe para que apoiem a PAH. Também há quem se aproxime da PAH para fazer uma pesquisa acadêmica e nesse processo acaba se envolvendo com uma

dedicação que passa a fazer parte de seu trabalho acadêmico. Em qualquer caso, essas realidades são minoritárias no movimento e não estão isentas de debates internos.

Uma coisa está clara: mesmo que uma pessoa receba, direta ou indiretamente, para dedicar mais horas a sua plataforma, não tem mais poder de decisão, nem um papel de coordenação: as decisões na PAH se tomam sempre em assembleia.

GERAR COMPROMISSO

Para seguir crescendo, atuando por meio da desobediência, reinventando a forma de organizar-se e evitando que as pessoas envolvidas se prejudiquem, um dos principais desafios da PAH é conseguir que as pessoas que chegam como afetadas envolvam-se para além de seu caso. “O que estimula as pessoas a ficarem é seguir lutando por outras famílias que estão em situação parecida à sua, porque lembra do quanto chora quando chega a carta de que será despejada e isso incentiva você a seguir nessa luta para mudar as coisas porque começa a se conscientizar de todas as injustiças”, assegura Angelines, da PAVPS de Madri.

O vínculo se alimenta principalmente nos espaços informais. Em Barcelona, por exemplo, há um grupo de Telegram chamado “PAH Família”. “Depois de uma ou duas assembleias a pessoa é colocada no grupo; é uma maneira de que todas fiquem informadas de muitas coisas, como despejos, ações, mas também do aniversário de alguém”, explica Francisco. Não é um espaço de decisão, nem um canal oficial de informação, porque tudo isso já existe, mas um mecanismo mais informal que reúne cerca de 200 pessoas. “Para mim, cumpre uma boa função, apesar de tudo, porque às vezes há debates que se prolongam tanto que a uma da manhã você ainda está recebendo notificações”, conta ressignado.

Maria Antònia, da PAH de Cardedeu, um município de 18 mil habitantes, considera que é mais fácil gerar relações em PAHs pequenas. “A gestão dos casos é mais reduzida que em uma grande e as relações são mais pessoais; pode saber mais como as pessoas se sentem, como estão seus filhos, se há outros problemas além da questão da moradia...” Embora valorize esse fato de que as pessoas se sentem menos sozinhas, ela também ressalta que “as pequenas têm também um senão, porque é mais difícil que surja gente que se responsabilize pelas coisas”.

“No começo foi muito bem pensada a linguagem, as imagens, as mensagens claras e isso permitiu acrescentar pessoas que nunca haviam estado organizadas, que praticamente não tinha relações sociais, porque vivemos atomizados em núcleos familiares e a duras penas cumprimentamos o vizinho”, aponta Emma, da PAHC de Sabadell. “Para muitas, a PAH foi a primeira experiência de entrar em um coletivo organizado, de apoio mútuo, onde conhece muita gente e as ajuda, e isso faz que se crie uma ‘identidade PAH’, vai se sentindo parte de uma família enorme que estará ali quando precisar.” É

sobretudo esse sentimento que explica por que as pessoas sigam ali, anos depois de ter entrado pela porta.

Há pessoas que também conservam esse sentimento mesmo sem participar. “Há pessoas que estão há quatro anos sem poder vir pelo motivo que seja, mas seguem se sentindo PAH; quando necessário, nos perguntam se podem ajudar e creio que há gente que não deixará nunca de se sentir PAH porque está muito agradecida, não só porque teve resolvido um problema material, mas porque um novo campo em sua vida foi aberto”, assegura Jesús, da PAH de Berriozar. No entanto, ele alerta: “Também há quem veja a PAH como se fosse um fundo de investimento, que já não participa, mas se necessita de algo pede socorro a ela”.

Nas distintas PAH, apenas uma pequena parte das pessoas que chegam à PAH acaba se vinculando. Por outro lado, foi tanta gente que passou pelo assessoramento coletivo que, se todas tivessem ficado, seria difícil realizar assembleias com milhares de pessoas. O novo desafio da plataforma tem a ver com as mudanças nas questões de que trata. Quando a maioria das pessoas chegava com um problema de hipoteca, o processo judicial era lento e se passava mais de um ano indo às assembleias, de forma que a vinculação se gerava de uma maneira mais fácil. Depois dos anos mais duros da crise das hipotecas, no entanto, a maioria das pessoas afetadas têm problemas com aluguel ou porque vivem ocupando um espaço de forma precária. Costumam ser processos mais rápidos e nesse caso a PAH encontra um desafio para ir se reinventando.



COMO ORGANIZAR UM MOVIMENTO ASSEMBLEÁRIO

Tomar decisões em assembleias abertas e organizar o trabalho em comissões ou grupos de trabalho que respondam às próprias assembleias

Organizar a assembleia compartilhando previamente a pauta, expondo a informação a todo momento e administrando os tempos

Dinamizar os debates para abarcar toda a diversidade de posturas e ao mesmo tempo avançar nos itens da pauta, tendo claro quando um debate precisa continuar em outro encontro ou quando uma questão é urgente

Respeitar as posturas discordantes e valorizar a inteligência coletiva como forma de chegar a conclusões mais elaboradas que aquelas que poderiam ser propostas individualmente

Promover a tomada de decisão por meio de consensos em vez de sempre votar para eleger a proposta com mais apoios

Evitar dinâmicas hierárquicas que poderiam romper com a horizontalidade na tomada de decisões e se contrapor quando surjam

Questionar a organização e as estratégias sempre que seja necessário para corrigir problemas ou novos desafios que possam aparecer

Gerar espaços de encontro e relação que favoreçam a vinculação no longo prazo





VOLTAR AO
SUMÁRIO

4. COMO FAZER CRESCER UM MOVIMENTO DESCENTRALIZADO

“Estávamos na assembleia do 15M aqui em Segovia e muitas de nós éramos ativistas em outras lutas, no meu caso pacifistas e feministas, mas com o tempo o 15M começou a perder força e como surgiu a iniciativa legislativa popular da PAH (ILP) passamos a recolher assinaturas”, recorda Sole. Ela não tinha problema de moradia, mas algumas de suas companheiras, sim. Além disso, havia visto como haviam tirado a casa da namorada de seu filho. “Logo depois que nos somamos no processo da ILP, dissemos: ‘vamos criar uma PAH porque nos faz falta’”.

Elas procuraram a plataforma mais próxima, a de Valladolid, e lá explicaram como funcionava o movimento e as colocaram em contato com a rede estatal de plataformas. “Fizemos panfletos e fomos distribuir nas ruas todas as semanas e começaram a chegar pessoas afetadas. No começo, havia muitos casos e tivemos que aprender na prática, e para isso a PAH de Barcelona, a de Murcia e a de Valência nos ajudaram muitíssimo, por meio das trocas de e-mails, com os documentos que estão na internet, com cada problema que chegava formos aprendendo”, conta.

A PAH nasceu em Barcelona em 2009 e desde então passou a receber casos que vinham de diversas partes da Catalunha. Pouco a pouco outras plataformas foram sendo fundadas, até que veio a convulsão social do 15M e dezenas de PAH foram criadas em todo o país. A PAH de Murcia foi uma das pioneiras, antes que existisse qualquer tipo de coordenação nacional. “Éramos um grupo de pessoas que sempre estava envolvido em lutas sociais aqui em Murcia e, desde o final de 2009, começamos a ver amigos e amigas dizendo que iriam ser despejados pelo banco, e buscando respostas encontramos a PAH de Barcelona, ligamos para o telefone que estava na internet e já ficamos em contato”, rememora Paco.

“No começo, para montar uma PAH, você apenas escolhia um local, reservava dia, hora e periodicidade das reuniões e as pessoas começavam a chegar, mas com o tempo fomos gerando um processo de tutoria”, explica o veterano. Com os anos, o crescimento e alguns conflitos, o movimento desenvolveu critérios básicos de funcionamento, o que passou a ser chamado de “linhas vermelhas”. Definiu-se que para criar uma nova PAH é necessário

o acompanhamento de uma PAH próxima e consolidada que se encarrega de introduzi-la na dinâmica cotidiana, acompanhar as primeiras assembleias e resolver dúvidas.¹

UM MOVIMENTO DIVERSO

Mesmo que o espaço de atuação da PAH costume ser municipal, há distintas realidades. No Bages, por exemplo, há uma plataforma que tem como marco de referência toda uma comarca. Em Madri, por sua vez, há plataformas que atuam em distritos específicos da cidade e há plataformas especializadas em questões específicas, como a Plataforma de Afetadas pela Moradia Pública e Social (PAVPS, sigla em espanhol).

O fato de estabelecer claramente critérios de funcionamento permite incorporar coletivos ao movimento, não importa se tenham a denominação de PAH ou não. “As linhas vermelhas estabelecem requisitos mínimos muito importantes, como a horizontalidade, o apartidarismo e a gratuidade, que todas temos que cumprir, mas independentemente de como se identifica, se atende a esses itens, pode formar parte da rede nacional das PAH”, explica Toñi, da Stop Desahucios Móstoles. É o caso de muitas plataformas da Comunidade de Madri, surgidas no marco do 15M e que já cumpriam com critérios de funcionamento próprios de uma PAH embora não se chamassem assim.

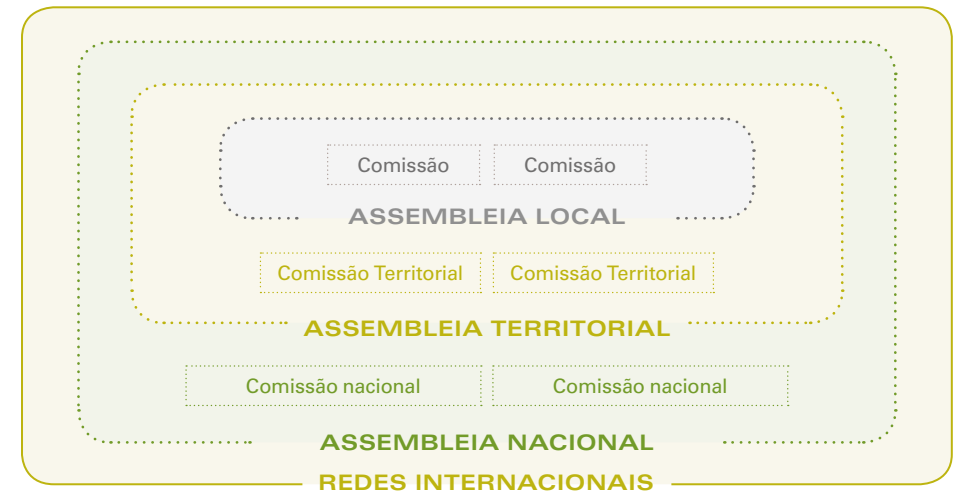
Para além desses critérios e de compartilhar uma estrutura de movimento, “cada plataforma é um mundo, em função do núcleo das pessoas que a criaram, o tipo de município, se é uma grande cidade ou um pequeno povoado, do espaço em que se reúne, da PAH que exerceu a tutoria”, assegura Emma, da PAHC de Sabadell. “Por exemplo, aqui começaram a chegar casos do Bages e fomos buscar pessoas que conhecíamos para dizer que precisávamos de uma PAH lá, assim que a PAHC do Bages foi criada à imagem e semelhança da de Sabadell, porque já tínhamos um caminho percorrido, com nossos erros e acertos, e isso se vai transmitindo.” Este fato se reflete nas siglas, embora em Sabadell PAHC significa Plataforma de Afetadas pela Hipoteca e pela Crise e no Bages se denominaram Plataforma de Afetadas pela Hipoteca e pelo Capitalismo.

O fato é que cada PAH dá ênfase ao discurso e à ação de acordo com seu perfil. Discurso de classe ou de direitos humanos, anticapitalismo, propostas legislativas, sindicalismo social, lobby cidadão... Tudo isso cabe na PAH, e cada assembleia lhe dá o devido peso. Sem essa autonomia e diversidade, dificilmente o movimento conseguiria ter se multiplicado como o fez. Ao mesmo tempo, todas têm em comum a horizontalidade, o apartidarismo, a gratuidade e, principalmente, que semana após semana apresentam respostas a famílias que correm o risco de acabar na rua, por meio do assessoramento coletivo e da desobediência civil.

¹ O documento conhecido no movimento como “linhas vermelhas” foi aprovado, depois de meses de debate, na assembleia estatal de julho de 2015. PAH. *Criterios básicos de funcionamiento de una PAH*. 2015. Disponível em: <<https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2022/07/CRITERIOS-BASICOS-FUNCIONAMIENTO-PAH-LI%CC%81NEAS-ROJAS-V2-2022.docx-1.pdf>> (13.02.2023).

“Em um movimento tão grande há maneiras distintas de ver as coisas, mas creio que na história da PAH aprendemos a ser bastante generosas, a ceder em certas coisas ou seguir nosso próprio caminho dentro dos limites que o movimento define, porque ao final o objetivo político é compartilhado; se é para somar, chegar a muita gente, que se deem conta de como funciona o sistema e lutem para mudá-lo, pois bem-vindas são as diferenças”, conclui Emma.

ESPAÇOS DE ORGANIZAÇÃO E DE TOMADAS DE DECISÕES



LOCAL	TERRITORIAL	NACIONAL	INTERNACIONAL
Assembleias autônomas em sua forma de organização e suas ações.	Espaço de coordenação para as questões que afetam a todas as plataformas de um território, como campanhas conjuntas ou processos de incidência política.	Espaço de coordenação de todas as plataformas. Define as linhas gerais do movimento que devem seguir todas as assembleias.	Espaço de participação e interlocução da plataforma em escala internacional.
A única limitação são as linhas gerais do movimento definidas pela assembleia nacional.	Encarrega-se de mediar conflitos entre assembleias ou que não possam se resolver em uma assembleia local.	Organiza e coordena campanhas ou processos de incidência política em escala nacional.	Depende das decisões tomadas na assembleia nacional e se organiza por meio de uma comissão.
A participação em outros níveis de organização parte da participação em uma assembleia local.			

CÓDIGO ABERTO

Da mesma forma que os documentos úteis para pessoas com problemas de moradia, o DNA da PAH é compartilhado publicamente e de maneira aberta. Os critérios de funcionamento, os logotipos da plataforma ou de suas campanhas, os protocolos de comunicação, um manual de facilitação das assembleias ou adaptações de canções famosas para serem cantadas em ações das diferentes PAH que inventam letras novas... Tudo isso se pode encontrar na página na internet da PAH.² Deixar esse conteúdo aberto favorece a descentralização, já que qualquer pessoa pode acessá-lo sem mediação de uma equipe técnica ou de uma coordenação que responde aos pedidos individualmente. Além disso, são úteis não apenas para as PAH, mas para outras pessoas ou coletivos que queiram recorrer a eles.

A descentralização permite também que cada assembleia gere ferramentas por conta própria e as compartilhe quando funcionam. De fato, assim se desenvolveram as primeiras PAH depois da de Barcelona. “Havia muito de tentativa e erro; Barcelona dizia como se organizavam lá, mas não precisava necessariamente seguir do mesmo jeito”, rememora Jesús, da PAH de Berriozar.

“Queremos que as pessoas se auto-organizem, mas aproveitando ferramentas que já estão feitas”, explica Diego, da PAH de Vallekas. “Hoje já partimos do princípio que Stop Desahucios (despejos) é uma organização não violenta, mas isso porque as pessoas de Barcelona o idealizaram assim. Se foi replicado, é porque funciona; ao mesmo tempo, se o movimento houvesse iniciado com uma grande diversidade de grupos debatendo sobre o uso da violência, nunca chegaríamos a um acordo. Isso funcionou por experiência, e ter uma estrutura comum facilita que o legado seja comunicado e se torne mais orgânico”, assegura.

Para além do público, também há canais internos para compartilhar esses conhecimentos e entrar em questões mais concretas. Logo após o período da tutoria, uma nova PAH é incorporada a uma lista de e-mails nacional, onde estão outras PAH. Ali não estão e-mails pessoais, mas apenas os endereços das distintas plataformas e se espera que as mensagens ali estejam em nome da assembleia. “O correio é uma maneira de compartilhar conhecimento porque sempre há alguém que diz ter contato com um determinado banco, alguém que procura contatar com outro ou inclusive compartilhar

alguma coisa muito particular, do tipo “nós estamos lidando com uma hipoteca tipo *bullet*, o que sabem sobre isso?”, expõe Jesús.³

E tal qual há comissões internas em uma PAH local existem instâncias semelhantes de nível regional ou nacional. Para além dos objetivos concretos, são espaços em que se compartilham conhecimentos de maneira direta, que costumam se comunicar constantemente por meio do Telegram. “Estou na Comissão de Comunicação Nacional e, quando tenho uma dúvida, eu envio uma mensagem e logo alguém de outra PAH me responde explicando como fazer”, conta María, da PAH de Segovia. “Até mesmo uma assembleia pequena como a nossa, que recebe poucos casos, lida com muitas questões distintas. Por isso é fundamental coordenar-nos com outras PAH e seguir nos formando a partir do que produzem”, acrescenta Sole.

ORGANIZAÇÃO EM VÁRIOS NÍVEIS

Desde quando o movimento começou a crescer encontrou a necessidade da coordenação. “Muitos coletivos se concentram exclusivamente em sua realidade local, mas nós desde o começo entendemos que é preciso ir do local ao global”, assegura Santi, da PAH de Barcelona. “Tínhamos claro que queríamos mudar leis e, para isso, é preciso ser um movimento nacional; com essa finalidade, cuidamos desses espaços e da coordenação regional que nos permite chegar à nacional.” Além disso, há também a Comissão Internacional, da qual Santi faz parte, para levar a luta da PAH para além das fronteiras nacionais.

O primeiro nível de organização da PAH é o regional. Há coordenações territoriais que se reúnem mensal ou bimestralmente em uma assembleia. Possuem suas próprias comissões, que podem servir para preparar campanhas e estratégias conjuntas e também para cumprir um papel de interlocução com o governo, já que muitas dessas políticas de moradia vão além das áreas de atuação dos municípios.

A coordenação territorial nem sempre é fácil e, de fato, nem todas as regiões do país contam com uma. A realidade é muito diferente entre os territórios pequenos e com muitas plataformas, como Catalunha ou a Comunidade de Madri, em comparação com territórios mais extensos e com mais assembleias. “Andaluzia é uma região tremendamente grande, e então é complicado ir de um lado para outro, sobretudo porque os meios de transporte aqui estão péssimos e caríssimos”, exemplifica Chary, da PAH de Málaga. E a isso se soma a situação das pessoas da plataforma, como aponta sua

2 Os materiais são muito diversos. O cancionero da PAH inclui links para canções originais e letras adaptadas para as reivindicações da plataforma, e às vezes também a interpretação por membros da PAH, quase sempre dentro de uma sucursal bancária: PAH. *El cancionero de la PAH*. 16 de abril de 2014. Disponível em: <<https://afectadosporlahipoteca.com/2014/04/16/cancionero-pah>> (12.02.2023). Em relação aos recursos gráficos há, por exemplo, um manual para criar os símbolos Stop Desahucios usados nas ações: PAH. *Instrucciones Plantilla: Stop Desahucios*. 2012. Disponível em: <https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2012/01/Stop-Desahucios_Desnonaments_Evictions_plantillas_70x70cm+instrucciones.pdf> (12.02.2023).

3 A partir da experiência das jornadas organizadas em julho de 2012 pelos coletivos em defesa da cultura e dos softwares livres Xnet e Communia foi feito um manual do uso das listas de correio eletrônico da PAH: @teknosocial. *Manual para buen uso listas correo PAH*. 2013. Disponível em: <https://afectadosporlahipoteca.com/manual_pah> (13.02.2023).

companheira Asun: “Se me dissessem ‘vamos para Sevilha’, eu gostaria de ir sem pensar, mas é que eu não tenho como pagar essa viagem, estamos todos praticamente no limite”.

Em escala nacional, a PAH celebra uma assembleia presencial a cada quatro meses e é o principal espaço de decisão do movimento em relação a questões organizativas ou estratégicas ou com campanhas nacionais. Nessa instância, cada assembleia local pode enviar várias pessoas como representantes, mas apenas uma tem direito a voto – embora a prioridade seja chegar a um acordo por consenso; além disso, para quem não pode se deslocar, os debates são transmitidos virtualmente. Em um primeiro momento era possível participar a distância, mas essa possibilidade foi descartada porque gerava conflitos e debates paralelos em relação a quem estava presente fisicamente.

Uma comissão de coordenação define a pauta do dia com suficiente antecedência para que as assembleias locais possam debatê-lo, considerando que se reúnem uma vez por semana ou a cada quinze dias. “O objetivo não é que vá alguém de cada lugar para debater entre si, mas sim que cada um possa expor o consenso obtido em sua assembleia, para alcançar um outro consenso entre todas”, explica Ricardo, da PAH de Barcelona.

A assembleia decide a criação de comissões nacionais que trabalham para o conjunto do movimento. Algumas são mais estruturais, como as dedicadas à comunicação, às questões jurídicas, às relações internacionais ou ao desenvolvimento de estratégias. Outras se relacionam com campanhas ou temas específicos, como por exemplo a Obra Social la PAH, relacionada à ocupação de edifícios vazios, ou problemas de aluguel ou a pressão aos fundos abutres.⁴

A Comissão de Coordenação Nacional se reúne virtualmente a cada quinze dias. Integrada por representantes das distintas coordenações territoriais e de cada uma de suas comissões internas, tem como função encarregar-se de questões urgentes que afetam o movimento e que não podem esperar a realização da próxima assembleia nacional, assim como coordenar e dinamizar as comissões e os territórios, bem como preparar encontros nacionais. Uma mesma pessoa não pode compor esse espaço por mais de dois anos consecutivos, mas é feita uma rotação nas saídas para que sempre permaneça alguém com experiência.

As demais comissões estão abertas à participação de qualquer pessoa indicada por sua assembleia local, porém a própria comissão em questão revisa e aprova a indicação. “Uma comissão é um espaço de trabalho autônomo, nos dedicamos a uma série de temas que são do dia a dia, a alguns é preciso responder de imediato, sendo que em

4 Terminologia usada para designar fundos de investimento que compram bens, participação em companhias ou ativos de dívidas por um valor irrisório com o objetivo de obter altos retornos no futuro. (N. E.)

cada assembleia nacional há uma prestação de contas”, explica Maka, que participa da Comissão Internacional pela PAH de Barcelona. Ela complementa: “Há certas decisões que extrapolam o escopo da comissão e, nesse caso, é necessário um sistema de aprovação por parte da PAH, que idealmente seria feito em assembleias, como quando por exemplo decidimos participar em uma iniciativa legislativa em nível europeu; isso precisava ser decidido em uma assembleia nacional”.

E como saber quando uma questão excede a autonomia da própria comissão? Isso depende mais da inteligência coletiva que de mecanismos formais. “Creio que contar com 16 pessoas dentro de uma comissão permite que se tenha um pensamento coletivo; nunca é a decisão de uma pessoa, mas esse encontro entre pessoas com mais de uma década de PAH e o olhar fresco de quem chegou mais recentemente, e pessoas que estão em distintas assembleias, em outras comissões, nas quais estão em contato com 20 pessoas mais”, assinala Maka.

Santi, também da PAH de Barcelona e da Comissão Internacional, destaca a importância de ferramentas digitais para manter essa coordenação. Muitas delas, como as conferências por Mumble⁵ que permitem reunir comissões nacionais com regularidade, são heranças da articulação nacional do 15M. “O grupo de Telegram onde estamos em contato é o exemplo mais evidente, mas também são importantes os documentos compartilhados em que todo mundo sente que pode contribuir; não é que alguém escreva o documento, mas que essas ferramentas permitem socializar o trabalho e que seja compartilhado desde o início”, destaca.

FORÇA DE MOVIMENTO

Para além do que estimular em escala nacional, como as mudanças em legislações, o fato de dispor de estrutura como movimento é especialmente útil para reforçar cada PAH local. A começar pelo pessoal. Para Gabriele, da PAH de Barcelona, um dos momentos mais emocionantes que recorda foi a primeira assembleia nacional em que participou, justo a que celebrava o décimo aniversário da plataforma. “Fui muito intenso ver que para além de Barcelona há um movimento em todo o país, bastante capilarizado, e encontrar toda essa gente.”

De fato, para Marga, da PAH de Elx-Crevillent, são fundamentais os vínculos com suas companheiras da coordenação de Comunidade Valenciana: “Para além do contato virtual, é muito importante o contato presencial que temos, pele com pele, porque mais que companheiros, somos amigos, nos preocupamos sobre como estamos e há bastante união entre as diferentes PAH”. Há momentos de encontro que são marcantes. Quando em 2013, cerca de 800 pessoas das PAH da Catalunha e também de alguns

5 Software livre que permite a realização de conferências on line. (N. E.)

outros pontos do país passaram uma noite juntas para evitar o despejo de um conjunto em Salt que abrigava 36 pessoas, sendo 17 menores, que não tinham para onde ir.⁶

O espaço da coordenação também permite a ampliação de reivindicações locais. Quando em Segovia denunciaram que a prefeitura não queria regularizar a situação de duas famílias que viviam em ocupações precárias, “o prefeito recebeu mensagens de Mallorca, Málaga, Barcelona... Essa dimensão é uma das forças mais importantes da PAH”, assegura Sole. Sua companheira Maria explica o mecanismo: “Preparamos um documento que explica o que pedimos, o objetivo e quando queremos fazer a campanha, e todas as PAH acompanham, todo mundo colabora, como uma companheira de La Rioja que nos fez memes para publicar com a campanha; um dia estamos com tua PAH; outro dia será com outra”.

O mesmo serve para as negociações, compartilhando contatos, por exemplo, que já possuem com diferentes bancos se não conseguem respostas nas sedes locais. E também nas ações de pressão. “Teve uma vez que fomos ao banco aqui em Málaga para apoiar companheiros de Granada; ou quando fomos protestar em frente ao Palácio da Justiça aqui em Málaga contra um julgamento que estava correndo em Sevilha contra companheiras que paralisaram um despejo”, aponta Chary.

Por outro lado, para além do que precisa cada PAH e da solidariedade mútua, as campanhas que se definem em escala nacional ou regional contam com um importante nível de penetração territorial. “Essas campanhas nacionais às vezes começam com um ato central, mas vão se desenvolvendo em cada território, e não apenas nas capitais dos estados, mas em cada povo, e quando fazemos campanhas para apresentar moções nas prefeituras, as PAH de povoados menores também podem exigir que o poder público local atue dentro de suas competências”, destaca Paco, da PAH de Murcia.

A organização do movimento nem sempre é fácil e pode ocorrer muitas diferenças, mas apesar de tudo as plataformas consideram que vale a pena. “Claro que pelas diferenças poderíamos ter escolhido deixar de nos identificar como PAH e ser o Movimento pela Moradia de Sabadell, mas isso também tem um custo. Levar adiante o nome da PAH é um orgulho pela história que temos e também ajuda a chegar a mais gente, porque já a viram na televisão e em determinado momento todo mundo conhecia a PAH. Isso dá legitimidade diante das pessoas, das instituições, dos bancos...”, assegura Emma.

6 A PAH viabilizou o prédio ao lado do ocupado, que também estava vazio, para receber ativistas e organizou um jantar e uma noite de apresentações musicais. Pela manhã, uma resolução do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos paralisou o despejo. A plataforma publicou um vídeo do resumo da jornada: PAH. PAH vs SAREB: *Crónica de una victoria*. 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/LzDLk1R22Sc>> (13.02.2022).



COMO FAZER CRESCER UM MOVIMENTO DESCENTRALIZADO

Facilitar a criação de novos núcleos que podem funcionar de forma autônoma e acompanhá-los de forma descentralizada, com um núcleo próximo que se encarregue dessa responsabilidade

Estabelecer critérios claros e em consenso, mas também simples e flexíveis, do que pode e do que não pode formar parte do movimento

Compartilhar de maneira pública a informação e os recursos necessários para o funcionamento de um núcleo

Transmitir as ferramentas que cada núcleo gerou e validou por meio da sua própria experiência

Gerar espaços virtuais para o intercâmbio cotidiano de dúvidas e experiências que permitam que os núcleos se assessorem entre si

Coordenar-se em distintos níveis administrativos para responder a diferentes necessidades

Contar com uma assembleia periódica para compartilhar os debates dos núcleos locais e das comissões de trabalho que dependem dela para que possam funcionar de forma autônoma

Aproveitar as ferramentas digitais para permitir o trabalho coletivo para que todo mundo possa participar em vários territórios ao mesmo tempo

Ampliar e apoiar as ações e as reivindicações dos núcleos locais para demonstrar a força do movimento

Abordar as diferenças por meio da generosidade e priorizando os objetivos comuns





VOLTAR AO
SUMÁRIO

5. COMO GARANTIR DIREITOS POR MEIO DA DESOBEDIÊNCIA

A PAH não nasceu fazendo aquilo pelo qual é mais conhecida, a paralisação de despejos. Esse passo foi tomado por necessidade. Os processos de execução de hipotecas possuem um ritmo lento e havia muitas questões a serem enfrentadas até que um despejo fosse iminente. Em 2010 Lluís chegou à PAH de Barcelona, um vizinho de La Bisbal del Penedès que já tinha uma data marcada para que fosse expulso de casa. Estava desesperado e estava convicto de que iria encher sua casa de botijões de gás e explodir tudo antes de entregá-la ao banco. A plataforma tinha claro que precisava buscar outra resposta.

As pessoas que começaram a plataforma entendiam que em algum momento era preciso começar a evitar despejos por meio da ação direta, mas não se viam capazes de fazê-lo. Até que enfrentaram a necessidade. Para interromper o despejo de Lluís se armaram tanto discursivamente, reunindo argumentos legais e éticos contra a desapropriação, quanto comunicativamente, com cartazes e faixas, avisando aos meios de comunicação e filmando toda a ação.

Também tinham claro que era preciso atuar por meio da não violência, mas quando chegou a comitiva judicial avisaram que não iriam sair da porta. Pouco podiam fazer os dois policiais ali presentes diante da concentração, e o despejo foi adiado. Dois dias depois publicaram o vídeo da ação, que serviu como prova do que depois seria um lema da PAH: “Sim, se pode”.¹

APROVEITAR A LEGITIMIDADE

Esse acabou sendo o pão de cada dia da PAH. “Está tão normalizado que o que temos que fazer é parar os despejos que, quando comentamos em uma assembleia, não o colo-

¹ PAH. *La PAH impide un desalojo. Stop Desahucios!* 14 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://youtu.be/FwrPYc1Uzwwg>> (12.02.2023). Meses depois, a plataforma passou a parar despejos com frequência e com a presença dos elementos que a identifica, ou seja, as camisetas verdes e o símbolo de Stop Desahucios, como se pode ver no vídeo de uma ação posterior: PAH. *Stop Desahucios! VII- 3 desahucios bloqueados. Paremos el del jueves 1 de septiembre!!* 19 de junho de 2011. Disponível em: <<https://youtu.be/keECLmhimwE>> (12.02.2023).

camos em termos de ‘vamos fazer uma ação de desobediência civil’, embora seja o que fazemos, e talvez deveríamos dar essa importância”, reflete Berni, da PAHC do Bages. “A PAH surge em um contexto em que há milhares de despejos por falta de pagamento de hipoteca, um problema que afetava muita gente, inclusive quem acreditava ser classe média, e no discurso público todo mundo via que isso era um drama e era injusta. Foi nesse contexto que um grupo de pessoas apontando essa injustiça e adotando mecanismos de desobediência civil não violenta, mas ativa, obteve sucesso e aceitação social com essas formas de atuar da PAH”, conclui Emma, da PAHC de Sabadel.

Preservar essa legitimidade é chave para o êxito das ações de desobediência da plataforma. Isso implica ser capazes de justificar cada ação como legítima. Mesmo que em alguma ocasião possa reagir a alguma ação de emergência, a PAH apenas atua em despejos de pessoas envolvidas com a plataforma. Em suas assembleias deixam claro que não são um serviço de paralisação de despejos, mas sim que trabalham a partir do apoio mútuo e que apenas agem para impedir despejos quando se trata da moradia de pessoas que não possuem alternativa habitacional.

Para além da receita geral – resistir pacificamente na porta para impedir o cumprimento da ordem judicial –, é necessário planejar a ação e dividir tarefas para ter um desempenho melhor. Se a família possui menores de idade, é preciso procurar alternativas para que não estejam em casa na hora marcada para o despejo. É fundamental o acompanhamento dessa família, que pode estar na rua com suas companheiras ou pode preferir estar resistindo dentro de sua casa, mas como a ação é de seu interesse, deve estar sempre informada sobre o que está acontecendo a fim de que possa tomar decisões se necessário.

Do lado de fora, é preciso manter a disposição, às vezes por toda a manhã, enquanto se espera a chegada do oficial de justiça, e por isso é importante que pessoas fiquem encarregadas de dinamizar a concentração da maneira mais criativa possível e também dar orientações, se for o caso. Embora o grupo possa se movimentar de um lugar para outro, é fundamental que alguém se encarregue de garantir que a porta de entrada sempre esteja protegida. Por outro lado, também é importante definir previamente quem ficará responsável pela interlocução com as autoridades e com os meios de comunicação, e não deixar isso a cargo do improviso.²

A relação com os meios de comunicação, assim como a presença nas redes sociais, possui um papel importante para a PAH, já que são ferramentas para ampliar suas denúncias e reforçar essa legitimidade. Por isso, é fundamental planejar antes de que

2 O 15M provocou um grande crescimento nas ações para interromper despejos e pouco tempo depois a PAH publicou um documento para explicar como tinha sucesso em suas ações. Embora a estratégia tenha se modificado desde então, pode servir de referência: COLAU, A. *Cómo se para un desahucio. La experiencia de la Plataforma de Afectadas por la Hipoteca*. 2011. Disponível em: <https://afectadosporlahipoteca.files.wordpress.com/2011/07/como-parar-desahucio_a-colau1.pdf> (12.02.2023). Versão em inglês disponível em: <<https://traduccionesindignadas.files.wordpress.com/2015/01/how-to-stop-an-eviction-final.pdf>> (12.02.2023).

forma comunicar a ação, sua razão de ser e sua legitimidade, preparando também a pessoa afetada para lidar com a imprensa quando necessário.

AÇÕES EMPODERADORAS

O repertório de ações da PAH vai além de parar despejos. De fato, impedir uma desocupação não costuma ser a solução definitiva, mas uma forma de ganhar tempo para que se busque respostas ao problema. Isso pode exigir ações em relação às entidades financeiras, prefeituras, companhias de água, luz, gás... Além disso, também se planejam ações para chamar a atenção do papel das entidades responsáveis pelos problemas de muitas famílias.

“Eu me lembro da primeira ocupação que fizemos em um banco, em 2010 ou 2011, que ocupamos Caixa Catalunya e chegou a Tropa de Choque para nos expulsar dali; foi um êxtase total, muita adrenalina, e adeus medo. O fato de 50 pessoas estarem protestando dentro de um banco faz que se sintam plena, você perde o medo e é como se você se empoderasse naquele instante”, conta Delia da PAH de Barcelona. Muita gente destaca a força que as ações proporcionam; às vezes o simples fato de ir colar cartazes de protesto em uma agência bancária é muito significativo. “Colar cartazes é um êxtase, uma descarga de raiva; pode despejar todo o ódio que tem acumulado dentro de si colando-o uma entidade”, assegura Juan Luis, da PAH de Torrevieja.³

O tom festivo e a criatividade das ações da PAH têm a ver com isso. Mesmo que se proteste por situações vitais que podem ser muito duras, alegria não pode faltar.⁴ Se uma agência bancária é ocupada, os folhetos distribuídos na rua podem virar confete, pode-se levar música, bandeiras... “Eu perdi o medo que tinha do banco quando vi que todos os trabalhadores poderiam ir embora e deixar a agência sozinha, ocupadas apenas pelos ativistas”, assegura Juan Luis. A PAH consegue paralisar a atividade de uma agência sem enfrentar ninguém, nem mesmo atrair diretamente seu trabalho. Simplesmente faz notar sua presença em tal medida que a entidade não está disposta a seguir a atividade naquelas condições.⁵

3 A PAH produziu adesivos com o lema “Este banco engana, trapaceia e expulsa as pessoas de sua casa”, que cada plataforma podia produzir e colar nos bancos da sua cidade, como fizeram, por exemplo, em: PAH Lanzarote. *Acción Banca/Bankia Playa Blanca*. 5 de julho de 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/6MqM1EVGc3M>> (12.02.2023). O vídeo mostra uma ação em que se envelopou uma agência, colando cartazes nos vidros da entrada.

4 O ambiente festivo de uma ocupação pode ser tal que se pode aproveitar para gravar um videoclipe, como esta versão da canção de *O maluco no pedaço*: Plataforma de Afectadas por la Hipoteca (28 de julho de 2016). *Rap de la PAH*. Disponível em: <<https://youtu.be/w1PKRrk2Y6c>> (12.02.2023).

5 Por exemplo, essa ocupação em uma agência de Bankia em 2013 para exigir que se negociasse uma quitação da dívida da hipoteca com a entrega do bem: PAH. *PAHbcn presenta: Acción a Bankia*. 7 de abril de 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/vtjMSTIOkqY>> (12.03.2023).

Há que considerar que cada qual experimenta as ações à sua maneira, e por isso em Madri, por exemplo, organizam o que chamam de “oficinas de medo”. “São oficinas para que as pessoas aprendam como atuar em uma ação, como não se deixar tomar pelos nervos, como se apoiar em companheiros e companheiras ou como não cair nas provocações da polícia; em suma, como apesar do medo, conseguir apoiar a ação porque, ao final, em 90% dos casos nada vai acontecer contra alguém”, explica Alejandra, da PAVPS de Madri.

Também é preciso saber como cuidar das pessoas nessas ações. Isso pode ocorrer, por exemplo, para avisar quando se sabe que a polícia vai intervir e se recomenda para as pessoas que estejam em situação administrativa irregular que fiquem fora para evitar riscos desnecessários. “Ou, mais que isso, se ensina como agir ou como segurar outra pessoa para que não lhe machuquem quando estão tentando retirá-lo à força”, acrescenta Francisco, da PAH de Barcelona.

GARANTIR DIREITOS

A PAH tem conseguido paralisar a maioria dos despejos quando se propõe a fazê-lo, mas há ocasiões em que não se consegue tal resultado. Nesses casos, a pessoa afetada não pode ficar ao léu. Nesses casos a desobediência não serve apenas para evitar que seus direitos sejam violados, mas para garanti-los diretamente. O caso mais evidente é a Obra Social la PAH – uma campanha cujo nome faz referência a ações sociais promovidas pelas mesmas entidades que despejam famílias vulneráveis – e consiste em realocar famílias despejadas ou que não têm para onde ir em edifícios vazios propriedades de entidades financeiras.

Quando a campanha foi lançada, o foco foi abrir os apartamentos dos quais as famílias haviam sido despejadas, mas nem sempre isso foi possível. “Apostamos em recuperar prédios vazios por completo e realocar ali as famílias das nossas assembleias que estão sem alternativa, também porque é mais fácil defender coletivamente um conjunto inteiro que um apartamento disperso”, conta Emma, da PAHC de Sabadell.

Ocupar prédios vazios é uma prática com muita história entre os movimentos sociais, mas outra vez entra em jogo a legitimidade da PAH para fazê-lo. “Há pessoas que reivindicamos chamar de *okupação*, com k,⁶ porque consideramos que há que romper com o estigma e que também viemos desse movimento *okupa*, mas é verdade que para a opinião pública isso se relacionava com um perfil concreto de ocupações, de gente jovem, com um aspecto determinado... Assim que se optou por falar de ‘recuperação’ de apartamentos ou de blocos”, explica Emma. O termo *recuperação* procura assinalar

6 O termo *okupação*, escrito com k, não se refere apenas ao fato de ocupar um imóvel vazio, mas se vincula a uma tradição política, a do movimento *okupa*, autônoma e anticapitalista, e também estigmatizada no discurso público e midiático.

que esses imóveis já foram financiados por meio de recursos públicos e também que ali moravam famílias que financiaram aquela moradia, mas perderam suas casas. “A ideia é destacar o relato de algo legítimo: os bancos são responsáveis de expulsar as famílias com hipotecas abusivas e práticas nefastas, e não é certo que esses imóveis fiquem vazios enquanto há famílias sem teto. O que se reivindicava era acesso a um aluguel social para essas famílias”, acrescenta.⁷

“A campanha Obra Social foi construída a partir da diversidade política do movimento; enquanto no Bages e em Sabadell defendíamos que se chamasse *okupação*, em Barcelona diziam que de maneira nenhuma teria esse nome, e isso deu origem a uma série de debates em que soubemos encontrar pontos de equilíbrio, com um caráter muito transversal. Para mim, isso é o que explica que pudemos fazer coisas muito radicais, como ocupar mais de 50 prédios, com uma linguagem muito cotidiana, bastante tranquila”, lembra Berni

Por exemplo, um programa de televisão transmitido no horário nobre gravou pessoas encapuçadas entrando em um dos sete prédios ocupados no Bages, e isso teve grande aceitação social.⁸ “Há um aspecto negativo, que é criar diferenças entre as ocupações da PAH e as ocupações que pessoas dizem que são feitas por delinquentes, mas no momento conseguimos que, ao menos quando somos nós que questionamos a propriedade privada, as pessoas nos entendam; nenhum partido político representado na prefeitura de Manresa (capital do Bages) sairá publicamente para se posicionar contra a ocupação de um bloco pela PAHC”, conclui.

A legitimidade passa também por demonstrar a falta de alternativas. “Demos muito destaque para o objetivo de conseguir um aluguel social para não alimentar a ideia de que ‘essa gente quer viver sem pagar nada’”. A Obra Social da PAH é uma solução real material para conseguir abrigo a uma família que não tem onde viver e também é uma forma de pressionar para conseguir uma resposta mais estável”, assegura Emma. Por outro lado, Berni acrescenta a importância de poder demonstrar que as pessoas que vivem nos blocos da PAH percorreram todos os caminhos indicados pelo poder público: “Explicamos que é uma necessidade, que toda a estrutura do Estado fracassou para garantir um teto e que, se essa pessoa tem uma moradia, é porque o movimento coletivo está lhe garantindo, e creio que isso é o *xequemate*”. Para além dos casos concretos, o discurso incide em questões gerais que justificam a ocupação, como o fato de que se socorreu os bancos com dinheiro público e mesmo assim uma grande

7 A PAH preparou uma animação que explica com linguagem bastante simples tudo aquilo que legitimava a ação da Obra Social: PAH. *La PAH presenta: de la burbuja a la Obra Social*. 9 de julho de 2013. Disponível em espanhol com legendas em inglês: <<https://youtu.be/TkrM-zBGjBQ>> (13.03.2023).

8 *La Sexta. Así ha okupado la PAH un edificio vacío en Manresa – Salvados*. 26 de abril del 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/P5UhtGlxCY4>> (12.02.2023).



quantidade de moradias permaneciam vazias, além de não haver um conjunto público de construções para atender às necessidades das famílias.

O problema habitacional excede a capacidade de resposta da PAH e, como em outros casos, a plataforma coloca suas ferramentas e aprendizagens à disposição de quem precisa. Por isso desenvolveram um manual da Obra Social la PAH para o conjunto das plataformas e para que as pessoas possam realizar por sua conta esse tipo de ações de desobediência.⁹

“Agora chega gente que diz ‘preciso de um lugar para morar’ e deixamos claro que não temos apartamentos, mas podemos transmitir esse conhecimento e dar ferramentas também, para que as pessoas que ocupam imóveis por sua conta o façam da maneira que acreditamos ser a mais efetiva e para evitar, por exemplo, que acabem pagando a uma máfia pelas chaves de um apartamento”, destaca Emma.

RESPONDER COLETIVAMENTE À REPRESSÃO

Apesar de todo esse trabalho de legitimação, às vezes a PAH também sofre a repressão. Não é comum que a polícia realize prisões ou use a força em suas ações. “A legitimidade acumulada permitiu flexibilizar um pouco a aplicação da norma e, do ponto de vista

⁹ OBRA Social la PAH. *Manual Obra Social la PAH*. 2013. Disponível: <<https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2013/07/MANUAL-OBRA-SOCIAL-WEB-ALTA.pdf>>. Versão em inglês disponível em: www.joaap.org/press/pah/Pah-Obra-Social-Manual.pdf (12.03.2023).

de impacto de imagem, para a polícia é mais difícil agir com violência contra senhoras de 70 anos, crianças e adolescentes do que a um grupo de homens”, assegura Àlex, da PAHC do Bages. Mesmo assim, isso pode ocorrer, sobretudo em despejos que foram bloqueados mais de uma vez. Também há a repressão financeira por meio de multas “e isso tem consequências claras, tendo desmobilizado companheiras”, comenta Àlex.

O poder também se adapta às formas da PAH e houve mudanças na legislação, como a Lei de Proteção da Segurança Cidadã, de 2015, conhecida como Lei Mordaça, que passou a punir ações não violentas características da plataforma e de outros coletivos vinculados ao 15M.¹⁰ “Desde que se aprovou a Lei Morçada tenho 9 mil euros de multas¹¹ nas minhas costas devido por ter protestado em espaços do poder público”, assegura Angelines, da PAVPS de Madri.

A plataforma procura evitar essa situação sempre que possível. “Às vezes, quando vemos que a polícia está a caminho, saímos por conta própria quando a coisa ainda está tranquila, conversamos e analisamos, e talvez já tenhamos cumprido nosso obje-

¹⁰ A Lei para a Proteção da Segurança Cidadã de 2015 foi aprovada pelo Partido Popular, então no governo e com maioria absoluta no Congresso na época. Outros grupos parlamentares fizeram oposição à medida. Várias organizações sociais – algumas delas internacionalmente – criticaram o projeto por limitar o direito à liberdade de expressão e de protesto. A PAH foi especialmente afetada por artigos que criminalizavam a ocupação pacífica de agências bancárias. Um dia antes de a lei entrar em vigor, a PAH ocupou um banco em Barcelona para desafiar a polícia, que realizou o despejo antes da meia-noite e, portanto, antes da entrada em vigor da lei, como pode ser visto em: PAH. *#BienvenidaLeyMordaza*. 1 de julho de 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/pbDeg3GgSmc>> (12.02.2023).

¹¹ Cerca de 50 mil reais, em março de 2023. (N. E.)

tivo com a ação”, explica Angelines, mas às vezes isso não evita uma multa. A PAH garante que penalidades impostas a quem participou de uma ação coletiva devem ser assumidas também coletivamente, mesmo que às vezes isso implique coletar somas elevadas. As multas também são questionadas judicialmente. É o caso da ativista da PAVPS, que tem recorrido judicialmente das sanções que lhe foram aplicadas.

Sua companheira Alejandra destaca que o principal é assumir coletivamente essas responsabilidades e as despesas. “É preciso ter cuidado para não colocar a questão antirrepressiva no centro de nossa luta, primeiro, porque gera medo em nossa gente e, segundo, porque é um enfoque que exclui muita gente, sobretudo as mulheres e as pessoas mais idosas.”



COMO GARANTIR DIREITOS POR MEIO DA DESOBEDIÊNCIA

Conferir legitimidade às ações, destacando as injustiças que as tornam necessárias e que as vias oficiais não ofereceram soluções concretas

Assegurar que cada caso em particular se ajusta àquilo que se defende como legítimo

Organizar as ações e distribuir papéis para não deixar a atuação ao sabor do improviso quando há momentos de tensão, como pode ser a interlocução com as autoridades, e também para dinamizar o encontro das pessoas que se concentram solidariamente

Atuar por meio da não violência, evitando confrontos diretos e apostando em estratégias que provocam uma ruptura de forma pacífica e criativa

Comunicar as ações e suas causas para ampliar a denúncia e somar apoios

Dar atenção aos medos e às inseguranças, oferecer informação e ferramentas para poder participar nas ações apesar de tudo. Evitar riscos desnecessários, considerando sobretudo a situação particular de cada pessoa

Construir discursos atrativos e de sentido comum que permitam justificar a ação direta diante de um público amplo

Responder coletivamente à repressão, garantindo assistência jurídica ou fundos para cobrir multas que penalizem quem participa de uma ação coletiva

Evitar colocar os discursos antirrepressivos no centro da luta, mas sempre cuidando das pessoas que sofrem repressão





6. COMO MUDAR NARRATIVAS COM OUTRA FORMA DE FAZER POLÍTICA

VOLTAR AO SUMÁRIO

As pessoas que começaram a Plataforma de Afetadas pela Hipoteca tiveram origem em outros movimentos de luta por moradia e por meio deles levaram suas demandas para a agenda política. Às vezes tiveram mais sucesso, outras vezes menos, mas nunca alcançaram o êxito que encontraram com a PAH, que conseguiu estabelecer a ideia de que a moradia é um direito, algo que passou a fazer parte do senso comum.

Em 2013, reuniram 1,4 milhão de apoio – quase três vezes mais que o necessário – para levar ao Congresso um projeto de lei de iniciativa popular. O objetivo foi definir medidas de urgências para apoiar as famílias que não poderiam seguir pagando suas hipotecas e acabavam sem moradia e endividadas.¹ As medidas propostas pela PAH foram descartadas no debate parlamentar. Apesar disso, uma pesquisa realizada pelo jornal *El País* no início da tramitação mostrava que 87% da população era favorável ao que defendia a plataforma.

“A PAH conseguiu reverter a narrativa sobre a crise da moradia. Com muito trabalho, mudou a ideia difundida pela mídia e pela classe política de que as pessoas eram responsáveis por não conseguir pagar a hipoteca, de que tinham se endividado porque queriam viver acima de suas possibilidades; a PAH contribuiu para transformar a percepção da sociedade sobre essa crise, que agora se percebe muito mais como uma crise estrutural ou uma fraude”, destaca Gabriele, da PAH de Barcelona.

Esse discurso é feito no assessoramento coletivo, para se contrapor aos sentimentos de culpa ou fracasso, mas também direcionados para fora. As pessoas que não podiam mais pagar suas hipotecas haviam seguido um caminho traçado para elas, avalizado pelas políticas públicas e pelos bancos que lhes concederam créditos. Os casos individuais, tomados em conjunto, são uma mostra de flagrante injustiça e por isso a PAH os evidencia como uma questão coletiva.

¹ O projeto de lei proposto pela PAH previa que a família poderia quitar sua dívida com a entidade financeira com a entrega da propriedade do imóvel, mas seguiria vivendo no mesmo local por cinco anos pagando um aluguel social equivalente a 30% de seus rendimentos. (N. E.)

“Por meio de situações concretas na luta por moradia, a PAH enfatiza um conflito e contradições que são estruturais. Aproveita a brecha que gera esse desajuste vital entre a propriedade e a vida das pessoas trabalhadoras para destacar a contradição através de situações concretas, de pessoas concretas que vivem esta violência na própria pele”, expõe Àlex, da PAHC do Bages. Ou seja, a PAH denuncia casos particulares, que é o que costuma chamar a atenção pública, mas sempre apontando para as causas estruturais e as possíveis soluções.

COMUNICAR PERMANENTEMENTE

A comunicação é chave para qualquer ação da PAH. Comunicar constantemente o que se faz é útil para chegar a novas pessoas com problemas de moradia e para incidir no discurso público para construir legitimidade. Em outras palavras, a polícia tem muito mais dificuldade para utilizar a violência contra uma ação de desobediência que está sendo seguida por meio de redes sociais, que é acompanhada por câmeras de televisão e que defende direitos de uma pessoa que vive uma situação de injustiça como fora publicamente denunciado.

Costuma-se preparar um documento explicando a situação denunciada e o motivo da ação realizada; a mensagem é difundida anteriormente ou então preparada previamente se for uma ação surpresa. Outras PAH e coletivos são avisados para que participem, ajudem na difusão ou para que estejam atentos para atuar quando chegar o momento. Uma vez detonada a ação, as redes sociais são regularmente abastecidas de informação, bem como retomam o motivo de estarem ali e os responsáveis pela situação.

Ao mesmo tempo, a PAH mantém uma relação com os meios de comunicação, que muitas vezes não são apenas uma maneira de chegar à opinião pública, mas cujo impacto também se torna uma ferramenta de pressão para o poder público e as entidades financeiras.

A presença nos meios requer um esforço de criatividade e inovação permanente, já que a novidade é um fator que alimenta a cobertura informativa. Os grupos bloqueando um despejo tiveram um impacto nos meios e na opinião pública enquanto eram uma ação nova. Com o tempo, mesmo que a ação continue sendo necessária, apenas aparecem em notícias pontuais, em casos muito flagrantes ou por determinado contexto informativo.

Mesmo parando despejos a cada semana, a PAH precisa gerar novas imagens potentes para conseguir impacto midiático. E isso pode ser poucas pessoas acampando diante de um pequeno posto bancário ou um grupo grande ocupando o interior de uma sucursal de um banco, podendo passar a noite lá dentro se não for removido pela polícia. No caso de despejo, a própria intervenção policial pode chamar a atenção dos meios de comunicação, embora a plataforma procure evitar situações de violência e às vezes sai por vontade própria diante do olhar da Tropa de Choque. Quando se quer denunciar

uma entidade bancária que vendeu as moradias das famílias despejadas a um fundo de investimento, a opção pode ser manifestar-se em sua sede com algumas pessoas fantasiadas de abutres, chamando a atenção para a denúncia, com humor, dos fundos abutres. Se uma mudança na lei penaliza as ocupações das entidades financeiras, a melhor alternativa pode ser convocar a fazer grandes filas de “clientes” para serem atendidos, bloqueando o funcionamento da entidade com lentas demandas absurdas. O repertório e a criatividade da PAH parecem não ter fim.²

A CONFIANÇA DOS MEIOS

Para ter acesso aos meios de comunicação, para além da criatividade, é importante cuidar das relações, especialmente por parte das pessoas que exercem a tarefa de porta-vozes ou ficam a cargo da comunicação. “A relação precisa ser muito trabalhada, deve ser fluida e que saibam que quando você envia algo é porque tem relevância”, explica Alejandra, da PAVPS de Madri.

Oferecer informações e histórias bem fundamentadas e justificadas, antes de buscar gerar manchetes de grande impacto a qualquer custo, fortalece a relação com a imprensa e rende mais frutos no longo prazo.

O fato de que a PAH se estabeleça como um ator confiável e que entende a linguagem dos meios promove um respeito mútuo e faz que jornalistas recorram ao movimento para além das informações que se queira divulgar na imprensa. “Eu, como porta-voz, falo constantemente com jornalistas, também respondendo quando escrevem a você procurando um caso com uma situação concreta, mas é uma relação recíproca e noutra oportunidade podemos dizer que uma convocação que fazemos é muito importante”, explica Alejandra.

A história de uma pessoa da plataforma pode servir para ilustrar uma reportagem que está sendo elaborada por um meio de comunicação, por exemplo, a partir de dados que uma outra organização proporciona. Em qualquer caso, é fundamental cuidar e acompanhar as pessoas sem experiência no trato com a imprensa, oferecer ferramentas prévias para lidar com essa situação e protegê-las de abordagens sensacionalistas.

“É preciso tomar cuidado para não cair no sensacionalismo e o sentimentalismo mais asqueroso, porque muitas vezes os meios também têm esse enfoque, mas creio que normalmente conseguimos passar a carga política de nosso discurso; somos Davi contra Golias, mas creio que é melhor ocupar esses espaços midiáticos e levar pequenas

2 Além de suas ações, a plataforma aproveita toda ocasião para expor suas demandas. Por exemplo, quando o cantautor Nacho Vegas, bastante vinculado à PAH, apresentou-se em um importante festival patrocinado por um banco, em Barcelona, aproveitaram a ocasião para denunciar fazendo uma paródia, em um vídeo, sobre os abusos desta entidade bancária e convidar a PAH ao palco, com suas pautas, enquanto cantava sua “Canción para la PAH”: PAH. Nacho Vegas: “Canción para la PAH”. Palau de la Música Catalana, 21 de enero de 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/pAvmlw6gMXc>> (15.02.2023).

mensagens a quem quiser escutá-las, porque se não aparece, aí sim está fora do jogo”, conclui a porta-voz da PAVPS de Madri.

GANHAR SEMPRE

“Em outras experiências em que participei, fizemos coisas que talvez eram muito potentes, mas éramos horríveis comunicando o que fazíamos. Uma virtude da PAH é que há muita preocupação neste sentido, com uma comissão específica de comunicação que se coloca o desafio de pensar como comunicar cada coisa e comunicar sempre como se estivesse triunfando, de uma maneira que convida as pessoas para fazer coisas. O fato de paralisar um despejo é uma vitória parcial, mas chama a atenção para o conflito, permite ver que há vitórias no curto prazo e também faz que as pessoas se animem, se engajem mais, em vez de ficar esperando uma grande mudança que nunca chega”, assinala Bernat, da PAHC do Bages.

Mas há dias, por exemplo, em que uma família acaba sendo colocada na rua, e não há mais o que fazer a não ser denunciar a injustiça, mas a maioria das ações da PAH acabam com alguma vitória a celebrar. Não é que sempre conseguem alcançar seus objetivos, mas sempre procuram conquistar algo. Se ocupam uma agência bancária para buscar uma solução para uma família, às vezes não vão obter nada naquele dia, mas tentam resistir no local ao menos até que tenham uma data para se reunir com alguém que tenha poder de decisão. Em uma situação em que outros poderiam ver uma derrota, a PAH sempre se apega a algo que permita concluir suas ações com um “sim, se pode” e somar forças para a próxima.

“Há muito de narrativa nisso, mas ao final é preciso conseguir vitórias; é importante que a gente ganhe uma estabilidade, porque senão acaba sendo verbosagem. Na PAH se valorizam as pequenas vitórias, mas no final é preciso ganhar o caso. Outra coisa é definir o que é ganhar o caso, porque pode ser que tenha sido despejada, mas não ficou sozinha e outra porta foi aberta, ou conseguiu um aluguel social, e são vitórias também”, destaca Diego da PAH de Vallekas.

CELEBRAR JUNTAS

Para além da mudança na narrativa, no nível interno de cada PAH, o fato de celebrar cada pequena vitória é o que alimenta o crescimento coletivo. “Celebramos cada conquista e quem conseguiu uma solução para seu caso, se está sem dinheiro, leva um bolo caseiro que fez; ou, se está num momento melhor, biscoitos ou uma tortilha de batata.³ Não é uma questão de quanto se gasta, mas sim de celebrar que tivemos uma vitória e compartilhamos entre todos. Você precisa de pelo menos duas, ou três celebrações

3 Prato típico, também conhecido como tortilha espanhola, que se assemelha a uma espécie de torta feita de omelete e batata, fritos em azeite de oliva. (N. E.)

com comes e bebes por ano, porque há coisas que não surgem na assembleia e, além de tudo, somos todos um grupo social e nos conhecer, nos distrair, dançar, é isso que faz nos unir muito mais, aumentar os vínculos”, assegura Jesús, da PAH de Berrioizar.

Delia, da PAH de Barcelona, é uma ferrenha defensora da importância de “celebrar e immortalizar momentos bonitos, porque isso faz você sentir a proximidade das pessoas”, e isso vale tanto para as vitórias conseguidas, como para o simples fato de compartilhar celebrações. Em uma ocasião na assembleia de Barcelona, houve um debate e todo mundo registrou em um papel as três coisas mais importantes para que a PAH funcionasse. Alguém escreveu: “A festa de Natal”. “Eu pensei no início: ‘Tampouco é algo que seja básico’. Mas a verdade que é um momento muito bonito na PAH e às vezes nos esquecemos que é básico poder celebrar o Natal ou o que seja, a vida”, confessa Edu.⁴

E cuidar desses vínculos também é importante nos momentos difíceis. Por exemplo, Berni, da PAHC do Bages, recorda o falecimento de duas companheiras: “Há pouco, quando Carmen nos deixou, fizemos uma homenagem muito bonita e semeamos uma oliveira em sua memória no Ateneu para que seja cuidada; ou quando se foi Marcela, nos colocamos a disposição da família porque não poderiam pagar o enterro e essas coisas... Essas gestões comunitárias também são superimportantes, geram esse sentimento de pertencimento a um movimento”.

OUTRA FORMA DE MILITÂNCIA

As formas da PAH não são as mais habituais no ativismo político. “Eu vinha de espaços de militância mais ortodoxos e me aproximei da PAHC por meio das ações; eu, que vinha de formas muito sérias, de ‘é preciso ter cara de mau’, de repente chega a um banco e encontra uma companheira com alto-falante que tira você para dançar, e as crianças correndo por aí... E você está fazendo uma ação dentro de um banco! Tudo isso deixa você desconcertado. Além disso, está acostumado a lutar com pessoas mais jovens, e na PAHC encontra gente de muitas idades diferentes, muitas realidades diferentes e se dá conta do potencial”, recorda Bernat, da PAHC do Bages. Seu companheiro Berni acrescenta que, “para os que viemos de militâncias ortodoxas, este é um espaço em que sentimos que estamos onde deveríamos estar”.

Um dos objetivos que a plataforma tinha no começo, e que foi um de seus maiores êxitos, é a capacidade de fazer políticas com pessoas que, a princípio, são movidas pelo fato de estarem diretamente afetadas pela problemática. Isso significa que a vinculação

4 As festas de Natal celebradas por muitas plataformas são um momento para confraternizar, como mostra esse vídeo: PAHC de Sabadell. *Sopar de Nadal + Espectacle de la PAHC de Sabadell* (17 de janeiro de 2014). Disponível em: <https://youtu.be/AP_TRWwE_Ag>. Poder celebrar coletivamente é muito significativo para crianças cujas famílias carecem de recursos e há assembleias que organizam distribuição de brinquedos, como se pode ver neste vídeo: PAHC de Sabadell. *Els Reis Mags visiten la PAHC de Sabadell!!!* (6 de janeiro de 2014). Disponível em: <https://youtu.be/0Z1UJ_Jj14Q> (12.03.2023)

à PAH não parte de um compromisso ideológico, mas da vontade de enfrentar uma injustiça concreta. “Uma pessoa que supostamente deveria ser seu inimigo ideológico pode chegar e acabar se tornando um supermilitante”, destaca Bernat. Na PAH podem lutar lado a lado pessoas que talvez em outros espaços ou diante da urna nunca estariam de acordo.

Pode ser difícil entender essa questão em ativismos mais tradicionais. Na PAHC do Bages citam um exemplo particular: um dia, chegou à assembleia uma pessoa que havia concorrido nas eleições por um partido abertamente xenófobo. “Pessoas de outros coletivos vieram nos avisar que um neonazi havia se aproximado de nós e que tínhamos de expulsá-lo, mas discutimos na assembleia onde sempre há muitas pessoas imigrantes e a mensagem foi clara: se tinha um problema com moradia, que ficasse. Expulsá-lo é fácil, mas seguramente é mais contundente tentar que se envolva em um projeto político e entenda algumas coisas”, conta Berni. Isso, sim, um limite fundamental é o respeito às demais pessoas na assembleia e a aceitação das linhas vermelhas que caracterizam a plataforma.



COMO MUDAR NARRATIVAS COM OUTRA FORMA DE FAZER POLÍTICA

Aproveitar os conflitos concretos e individuais para assinalar problemas estruturais e propostas de soluções

Preparar previamente a comunicação das ações, explicando no que consistem e sua razão de ser, comunicando a todo tempo seu desenvolvimento

Pensar ações criativas e inovadoras para gerar imagens que possam ter impacto midiático

Oferecer informações e histórias bem fundamentadas e justificadas que permitam construir relações de respeito mútuo e cumplicidade com os meios de comunicação

Aproveitar as demandas dos meios de comunicação para denunciar os casos particulares e também colocar em evidência o discurso político

Buscar e valorizar pequenas vitórias que permitam alimentar o movimento e o relato de que estão avançando com conquistas

Organizar celebrações e espaços compartilhados que permitam fortalecer os vínculos pessoais dentro do movimento

Acolher pessoas que se envolvam, independentemente de sua bagagem ideológica, desde que sempre respeitem as demais e os critérios básicos que caracterizam o movimento





7. COMO FAZER OS PODEROSOS SENTAREM PARA NEGOCIAR

VOLTAR AO SUMÁRIO

Na PAH de Málaga sorriem quando se lembram de histórias sobre o poder de suas camisetas verdes. “Uma vez fomos ao banco para falar do caso de um companheiro. Ficamos ali com as camisetas e em seguida um senhor muito sério, bem vestido, disse: ‘venham ao escritório, venham’ e nos atenderam rapidamente”, conta Félix. “O segredo está em se postar em um ponto estratégico do banco, para que todo o mundo veja você”, explica Curro. “Ele sabe os lugares mais visíveis da agência. Quando o veem em Unicaja, já o atendem rapidamente; ‘venha você, não ponha a camiseta, mas venha’”, brinca Pilar.

Recordam de sua vida antes da PAH, da ameaça de ficar sem um teto. Félix comenta do “medo de que podem bater na sua porta e não saiba quem pode ser”. “É medo de chegar em tua casa e não saber o que te espera, medo da caixa dos correios, por mais absurdo que possa parecer”, acrescenta Pilar. E aí interrompe Curro: “Tinha medo até de passar em frente da agência do banco, mas agora passo quando tenho vontade”. Eles riem. “Vou entrando ali como se fosse minha casa, nem perguntava, ia diretamente em busca do gerente, sem problemas, mas antes não tinha como ser recebido. Quando hoje veem que somos da PAH, somos rapidamente atendidos”, completa Curro.

De pouco serviria toda a organização da PAH se não conseguissem soluções para os problemas das pessoas afetadas, e isso precisa passar muitas vezes pelas mãos dos banqueiros ou do poder público. Em uma batalha que costumam caracterizar como a de Davi contra Golias, o primeiro desafio é conseguir que se sentem para negociar.

SER UMA PEDRA NO SAPATO

Muitas pessoas afetadas contam que, enquanto podiam pagar, o gerente da agência que lhes vendeu a hipoteca era alguém amável, parecia um amigo. Depois que não podiam mais pagar, ele lhes deu as costas e era difícil buscar alternativas.

Na PAH de Barcelona, não se cansam de repetir que é preciso incomodar e converter-se, como Curro, no pior pesadelo dos bancos, colocando-se ali todos os dias se preciso, porque antes de conseguir um “sim” costumam vir muitos “nãos”. “Somos bastante conscientes disso e não enganamos ninguém dizendo que, uma vez que chega aqui, seu problema está resolvido. Transmitir essa necessidade de que será uma pedra no sapato faz as pessoas entenderem que precisarão assumir um papel pessoal muito ativo”, diz Santi.

As pessoas afetadas da PAH costumam ter uma vantagem importante quando querem provocar incômodo: talvez não tenham trabalho, nem rendimentos, mas possuem tempo. “Eu me lembro uma vez que o ministro da Economia Luis de Guindos veio para um café da manhã no hotel aqui e fomos entregar uma carta. Havia um policial que nos olhava com um semblante nada amistoso e eu disse a ele: ‘Toda a culpa de você estar aqui é de que não temos trabalho. Se eu tivesse, você acha que eu estaria aqui para dar um papelzinho ao ministro? Eu estaria indo trabalhar para ganhar dinheiro, que me faz mais falta que tudo’”, conta Chary, da PAH de Málaga.

Além de dedicar esse tempo para persistir, é importante fazê-lo por meio da ação coletiva. Ganha-se força quando se vai ao banco acompanhada de alguém, mas se mesmo assim não é recebida o melhor que há é voltar não com apenas uma só pessoa, mas com um grupo para protestar, fazer ruídos e colar cartazes. Não costuma ser necessário desenvolver ações com o objetivo de interromper a atividade de um banco, por exemplo, mas simplesmente que seja impossível ignorar a presença da plataforma. Se é de forma festiva, melhor para quem protesta.

Por outro lado, quando um movimento como a PAH passa a ser conhecido publicamente, a pressão coletiva pode ser exercida apenas deixando evidente que você faz parte da plataforma, seja levando a camisa verde ou entregando documentos úteis disponíveis na internet com o logo da PAH. São símbolos que indicam que, mesmo a pessoa parecendo não estar acompanhada naquele momento, na realidade não está sozinha e sabe de seus direitos.

Lídia, que se viu obrigada a ocupar um apartamento vazio no Bages por falta de alternativas, conta que mencionar a plataforma permitiu regularizar sua situação na prefeitura de sua cidade: “Fazia nove meses que aguardava ser cadastrada, como acontece com muita gente, mas quando contei que estava na PAHC, e eles sabem que isso acarreta ações ou denúncias na imprensa, só passaram mais dois dias até ter o cadastro.” “Nós já mostramos às entidades financeiras e ao poder público que, se não nos atendem, nós nos plantamos na porta, montamos um espetáculo, chamamos a imprensa e aí sim acabamos sendo recebidos. Hoje em dia, muitas vezes não precisamos nem fazer isso tudo. Chamamos o responsável e dizemos: ‘Veja, precisamos conversar’”, assegura Rosa, da PAH de Altea.

A insistência se relaciona com incidir sobre a imagem pública do banco, do governo ou da entidade que se tem como objetivo pressionar. “Os bancos investem milhões em *marketing*, mas sabem que provocamos prejuízos para sua imagem se formos protestar na sua porta, isso que analisam, fazem um cálculo de custo benefício e dizem: ‘isso nos custa dinheiro, melhor nos reunir com eles e que não causem confusão’”, assinala Jesús, da PAH de Berriozar.

SENTAR-SE NA MESA

O primeiro passo é fazer as instituições abrir as portas para as famílias afetadas que antes eram ignoradas. Já é uma vitória e vale a pena celebrá-la, mas em seguida vem a negociação. E é necessário obter soluções no longo prazo.

No início, apenas se costuma conseguir que a família permaneça em casa enquanto se negocia, o que é uma vitória. “Tentamos ampliar todos os processos para ganhar tempo e negociar uma solução melhor para nosso caso. Vamos colocando pedrinhas no caminho para que não possam seguir avançando. E, mesmo que sejamos uma plataforma pequena, nesse tempo vamos incomodando com a força de todas as PAH”, aponta Chary, da PAH de Málaga. “Há casos que não nos interessa resolver no momento porque a solução não é boa, então é mais prudente esperar”, acrescenta Rosa, da PAH de Altea.

Em qualquer caso é fundamental chegar à mesa de negociação com tudo bem preparado, considerando todo o histórico do caso e apresentando soluções concretas. “Analisamos bem o que é viável para pressionar a entidade, para que existam várias alternativas na mesa e que seja a pessoa afetada que decida o que mais lhe interessa”, diz Nicola da PAH de Castelló. “Tentamos levar uma proposta, encontrar o que está bloqueando o caso e às vezes encontramos fórmulas na plataforma em que o negociador do banco nem havia cogitado, ele as analisa e diz que, sim, é possível”, conta Juan Luis, da PAH de Torrevieja.

É fundamental que a pessoa afetada seja protagonista e tome as decisões na negociação de seu caso, mas também que esteja acompanhada e protegida. “Na maioria das vezes tentam incomodar as pessoas e queremos evitar que sejam mal tratadas”, diz Nicola. “O acompanhamento serve para evitar que a pessoa seja prejudicada porque aproveitamos para criar um ambiente em que eles podem administrar e conduzir a situação para que se tomem decisões prejudiciais para a pessoa afetada”, acrescenta Juan Luis.

“Quando se acompanha uma afetada a uma negociação, alguém precisa fazer o papel de mau, e se for preciso indignar-se ou falar uma barbaridade, isso cabe a quem acompanha porque se essa for a postura da pessoa diretamente envolvida, a negociação vai por um caminho difícil. Mas se esse mal-estar fica direcionado para mim, na próxima reunião outro pode acompanhar a afetada, e isso acaba sendo superado”, aponta Jesús,

da PAH de Berriozar. Juan Luis conta que na PAH de Torrevieja, além da afetada, procuram ir nas negociações uma pessoa com experiência em situações deste tipo e outra que não tenha, “para irmos empoderando outros e outras nas negociações bancárias”.

O caso de Francisco, da PAH de Barcelona: “No começo, quando ia a um banco e estava diante do gerente, eu o recebia até um pouco intimidado, como se ele fosse superior. Mas quando passa a acompanhar pessoas afetadas vai aprendendo que quem está do outro lado faz um trabalho que pode ser tão importante quanto o seu. E, sem perder o respeito, você o trata de igual para igual. Isso vale para o gerente bancário ou para um segurança, aprende que pode tratá-los igualmente e isso dá força para lutar por suas coisas”.

REINVENTAR A PRESSÃO

Como em toda ação da PAH, a capacidade de se reinventar é importante para conseguir negociações. Por exemplo, se os meios de comunicação deixam de cobrir um tipo de ação determinada, talvez seja preciso pensar uma nova estratégia para voltar a gerar a pressão midiática. Também pode ser que seja necessário alterar a maneira de pressionar: o que funciona para um banco pode não servir para outro tipo de instituição.

As pessoas que integram a PAVPS de Madri, de fato, não têm problemas com os bancos, mas com o poder público. Ainda assim, Alejandra considera que as estratégias da PAVPS são muito parecidas com as usadas contra os bancos: “Contatamos os responsáveis para negociar e quando não nos respondem vamos protestar na sede do governo ou colamos cartazes... São as mesmas ferramentas, com o acréscimo de que às vezes, quando se trata do poder público, pode criticar ainda mais a conduta deles, porque o problema tem a ver com falta de vontade política”.

Mais problemático é quando as moradias das famílias hipotecadas acabam nas mãos dos fundos abutres. “Nestes casos é muito diferente porque quase sempre não há uma sede física onde você pode ir protestar, isso exige outras formas de lutar”, assinala Paula, da PAH de Elx-Crevillent. Se a entidade responsável não possui um escritório aberto ao público e não é acessível, uma alternativa é percorrer caminhos paralelos, pressionar quem vendeu a hipoteca. Às vezes a resposta pode estar em procurar outro ator que faça a entidade cumprir tal responsabilidade: “É preciso pressionar o poder público para que crie dificuldades para esses fundos”, assegura Alejandra.



COMO FAZER OS PODEROSOS SENTAREM PARA NEGOCIAR

Persistir na busca de respostas e assumir que é comum receber muitos “nãos” antes de conquistar uma solução

Deixar claro que os problemas individuais fazem parte de uma luta coletiva, seja por meio do acompanhamento de uma pessoa, de um grupo ou demonstrando que faz parte de um coletivo

Pressionar com ações que, mesmo que não tenham a finalidade de paralisar as atividades de uma entidade, provoquem impacto e sejam impossíveis de serem ignoradas

Desenvolver ações dirigidas para provocar impactos na imagem pública da entidade e assinalar sua responsabilidade

Ampliar os tempos das negociações quando isso for útil para buscar a melhor solução e organizar a pressão coletiva

Estudar o caso em detalhe e levar propostas de soluções concretas para adiantar-se a possíveis travas

Proteger a pessoa afetada nas negociações para evitar que receba ataques ou pressões, bem como assumir papéis no processo que poderiam prejudicá-la se ela própria os desempenhasse

Incorporar pessoas com menos experiência nas negociações para que possam adotar ferramentas e assumir esse papel no futuro

Pressionar outros atores para que assumam a responsabilidade quando não é possível pressionar diretamente a quem deveria responder em primeiro lugar





VOLTAR AO
SUMÁRIO

8. COMO TRANSFORMAR AS POLÍTICAS A PARTIR DAS RUAS

Quando se aposentou como professora, Maria Antònia tinha claro que queria dedicar seu tempo a uma ação social e optou pela PAH que estava em sua cidade, Cardedeu. Ela pretendia no início apenas dedicar parte de seu tempo, mas acabou se envolvendo até o último fio de cabelo, primeiro acompanhando casos e depois, quando lançaram a iniciativa legislativa popular (ILP)¹ na Catalunha, integrou a comissão que coordenava o processo.

A lei proposta pela PAH e outras entidades aliadas foi aprovada em 2015. “Foi uma experiência muito forte para mim, ver a força que temos as pessoas quando nos unimos, ver como podemos não apenas falar com os políticos, mas escrever uma lei e fazer que seja aprovada”, relata Maria Antònia. A experiência não parou aí e ela seguiu participando na negociação de mais processos legislativos.

Um dia, quando saía com a camisa da PAH de uma reunião com integrantes do Parlamento da Catalunha, o presidente da Casa parou para cumprimentá-la. Era justamente um dos deputados com quem havia negociado a aprovação da lei em 2015. Seus companheiros fizeram piadas sobre a influência que possuía, mas ela não riu tanto quando no dia seguinte lhe pediram que entrasse em contato com o presidente para perguntar a ele como estava a tramitação de um outro processo. “Eu tenho 70 anos e, queiram ou não, um deputado é uma figura que me provoca certo respeito. Como vou ligar para o presidente do Parlamento?”, respondeu aos companheiros. Mas ela acabou sendo convencida. “Não o localizei porque era sexta-feira pela tarde e, quando pensava que havia sido poupada da situação, insistiram que eu mandasse uma mensagem a ele.

¹ No Estado espanhol, a iniciativa legislativa, ou seja, a proposta de uma nova lei, cabe ao governo federal, ao Congresso e ao Senado e, na escala das regiões autônomas (correspondentes aos Estados brasileiros), aos governos e respectivos parlamentos. A iniciativa legislativa popular é o único mecanismo que permite a participação direta dos cidadãos e das cidadãs no processo legislativo. A proposta de lei precisa ser aceita pela mesa da Câmara (nacional ou regional) e também deve conter um certo número de assinaturas, 500 mil no caso das leis federais e 50 mil no caso da Catalunha.

No dia seguinte, sábado, o presidente respondeu pedindo desculpas por não ter lido meu recado no dia anterior e dizendo que iria verificar a questão em seguida.”

Às vezes ela acha difícil de acreditar, mas sempre que compartilha com a assembleia todos os avanços no âmbito legislativo, Maria Antònia insiste: “Todo este poder, ir ao Parlamento e ser recebida imediatamente, tudo isso não é obra daquelas que vão lá, esta é a força da luta coletiva, de estar na rua”.

Desde o princípio, a PAH estabelece a necessidade de mudanças na legislação. “Fomos obrigados a aprender que é preciso mudar as leis, porque podemos senão apenas resolver os casos concretos das pessoas que vêm à assembleia, precisamos de mudanças estruturais”, assegura Paco, da PAH de Murcia.

PROPOR UMA LEI

Três anos depois de sua criação, a plataforma apresentou sua primeira proposta legislativa; uma ILP para reformar a lei hipotecária e garantir a paralisação de despejos, a entrega da moradia para quitar a dívida e a criação de um conjunto habitacional para aluguel social. Para a proposta, fizeram alianças com sindicatos e organizações sociais que, em princípio, teriam mais capacidade do que a PAH para reunir as 500 mil assinaturas necessárias. Mas alguns meses depois veio o 15M e daí a criação de dezenas de plataformas, de modo que a PAH teve uma força inesperada que lhe permitiu recolher quase um milhão e meio de assinaturas para levar a proposta ao Congresso em 2013.

O passo seguinte era obter a aprovação da Câmara e, com uma maioria conservadora, não era fácil. A primeira ação da PAH foi enviar uma carta a todos os grupos parlamentares exigindo que se posicionassem.² Deram um prazo para que respondessem até que tornassem públicas suas opiniões. Dessa forma deixariam claro para a opinião pública quem estava a favor da lei e quem impedia sua aprovação, estando contrário aos direitos que procuravam garantir.

Não conseguiram que se posicionasse o partido de sustentação do governo, o Partido Popular (PP), que tinha maioria absoluta e era fundamental para a aprovação. Assim começou uma campanha de escrachos, ou seja, de constrangimentos públicos aos deputados para que se responsabilizassem sobre como iriam votar.³ As plataformas

2 PAH. *Carta abierta a los diputados*. 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<https://escrache.afectadosporlahipototeca.com/2013/02/26/carta-abierta-a-losdiputados>> (12.03.2023).

3 A PAH adota a estratégia dos escrachos do coletivo argentino HIJOS (sigla em espanhol para Filhos e Filhas pela Identidade e pela Justiça contra o Esquecimento e o Silêncio). O escracho surge na Argentina com o desejo de fazer justiça diante da impunidade dos responsáveis pelos assassinatos, torturas e desaparecimentos forçados durante a ditadura militar. Mesmo que essas pessoas não tivessem que responder aos tribunais, eram constrangidos publicamente para romper com a impunidade social. A aposta da PAH é constranger deputados e deputadas para que se saiba que pretendem votar contra uma lei que tenta garantir direitos básicos. Mais sobre o escracho no contexto argentino em: MIR, J. *Escraches: justicia popular y construcción de la ciudadanía en Argentina*, *Viento Sur*, 101, 64-72, 2008. Disponível em: <http://cdn.vientosur.info/Vscompletos/vs_0101.pdf> (12.02.2023).

convidaram os integrantes do Congresso para suas assembleias a fim de que conhecessem a realidade sobre a qual teriam de legislar e, diante da falta do comparecimento, anunciaram que iriam contar pessoalmente suas histórias aos que pretendiam votar contra a lei.⁴

Os escrachos consistiam em procurar os deputados nos seus locais de residência, em momentos de ócio ou trabalho, e uma vez ali expor a eles, pacificamente, a situação em que as pessoas afetadas estavam vivendo e por que era necessário mudar a lei.⁵ Além disso, a PAH compartilhava com a vizinhança e o comércio local que ali vivia uma pessoa que tinha em suas mãos o poder de aprovar essa lei e pedia que se a vissem na rua perguntassem como iria votar.⁶

A campanha da plataforma se sustentou na legitimidade social conquistada, na ação não violenta e no fato de que, com a proposta de lei, praticamente se estavam todas as vias que a institucionalidade oferecia para conseguir mudanças legislativas. Mesmo assim, com a posição contrária do PP, o Congresso descartou as medidas defendidas pela plataforma. À primeira vista, foi uma derrota, mas houve também avanços. “A proposta de lei de iniciativa popular era uma campanha em si própria, com os escrachos e tudo mais; não era apenas fazer *lobby*, mas articulava outras coisas”, lembra Diego, da PAH de Vallekas. O fato é que foi uma campanha que permitiu levar ao conhecimento da maioria da população quais eram as demandas da PAH e o próprio processo de obtenção de assinaturas foi o primeiro passo para estabelecer mecanismos de coordenação estáveis para um movimento de alcance nacional.

ROMPER POR BAIXO

“Diante de frustrações quando não se obtêm as coisas que deseja, a PAH sempre se repensa. Não cai em desânimo, mas sim são geradas energias para buscar outras fórmulas. Então se diz: ‘Já que não conseguimos romper por cima, vamos romper por

4 Foi anunciado com um vídeo: PAH. *De afectado a diputado* (12 de março de 2013). Disponível em castelhano em: <<https://youtu.be/d4sequ8gw4s>>. Versão legendada em inglês: <<https://youtu.be/Pqw3iflNh9c>> (12.03.2023).

5 Um exemplo de escracho: PAH. *Escrache a Antonio Gallego, diputado del PP*. 18 de março de 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/E0nxTmsk7RA>>. A resposta à campanha de escrachos foi acusar a plataforma de ser violenta, por isso elaboraram um protocolo para deixar claro qual ser seu modelo de ação: PAH. *Protocolo de escrache y acciones contra los bancos*. 2013. Disponível em: <<https://escrache.afectadosporlahipototeca.com/wp-content/uploads/sites/2/2013/03/Protocolos-de-acciones-y-escrache.pdf>> (12.02.2023).

6 A campanha de escrachos contava com uma identidade visual simples e de impacto desenvolvida pelo coletivo artístico Enmedio. Eles se inspiraram nos botões que os deputados usam para votar, o verde com o lema “sim, se pode” e o vermelho com a mensagem “mas não querem”, e os reproduziram para todas as ações em um tamanho de um metro de diâmetro. Na sua página na internet contam como foi o processo: Enmedio (24 de abril de 2013). *Si se puede pero no quieren*. Disponível em: <<https://enmedio.info/si-se-puede-pero-no-quieren-asi-se-hizo-la-campana-grafica-de-los-escraches>> (12.02.2023). Versão em inglês disponível em: <<https://enmedio.info/en/yes-we-can-but-they-dont-want-to-the-making-of-the-escraches-graphic-campaign-2>> (12.02.2023).

baixo”, aponta Santi, da PAH de Barcelona. Depois de chegar ao máximo nível legislativo, a PAH voltou a direcionar suas demandas para o poder local e regional.

Nesses níveis administrativos – e depois novamente na escala nacional, quando a maioria absoluta do PP no Congresso se fragilizou –, a recepção do Executivo e dos partidos foi melhor. “Creio que eles não tinham outra alternativa, a PAH demonstrou solidez, tinha reconhecimento em nível nacional e internacional, além disso, somos um movimento propositivo. Sabem que nossas propostas vêm do conhecimento da realidade, de uma luta cotidiana”, assegura Paco, da PAH de Murcia. Sobre a importância de combinar a luta na rua e a incidência política, Santi acrescenta que “parar despejos ou recuperar moradias é, evidentemente, uma maneira de responder à emergência, mas também nos ajuda para avançar em direção a mudanças na legislação”.

Nesse “romper por baixo”, uma das iniciativas foi gerar documentos para que cada PAH exigisse de seu poder local que aprovasse uma moção que assumisse o compromisso de aplicar as competências que já possui em matéria de política habitacional. “Mesmo que as prefeituras aqui tenham menos capacidade legislativa e de atuação que outros países, ainda podem fazer muito mais, e é preciso envolvê-las para que pressionem também o governo regional e também o federal”, aponta Jesús, da PAH de Berriozar. Uma estratégia útil é colocar em contradição os partidos em nível local, normalmente mais inclinados a responder às demandas de cidadãos e cidadãs, com sua posição nacional.

O nível local é um bom ponto de partida para a pressão porque, como explica Emma, de Sabadell, “a PAH ganhou o respeito das instituições porque passamos anos facilitando a vida das prefeituras e do serviço social. Estão repletos de demandas, mas se a PAH não existisse estariam ainda piores”. De fato, muitas pessoas chegam à plataforma por indicação do próprio serviço social, que não tem capacidade para responder ao seu problema habitacional.

“Conquistamos políticas públicas em nível local e, por exemplo, Manresa tem um plano local de habitação, que é totalmente insuficiente, mas só o criaram porque a PAHC esteve presente e apontou as contradições da própria prefeitura, que foi obrigada a responder”, assegura Àlex, da PAHC do Bages. “Além das 250 pessoas que alojamos em nossos blocos, poderíamos dizer que a PAHC conseguiu também reacomodar 400 famílias a mais de Manresa, que não passaram por nossa assembleia, mas se beneficiaram de uma mudança na política pública que responde à nossa pressão.”

Seu companheiro Berni alerta, no entanto, que as instituições também sabem se aproveitar da plataforma. “Manresa aprovou uma moção dizendo que é uma cidade livre de despejos, virou manchete nos jornais; serve para sair bem na foto, mas sabem que isso não acontecerá.” Um desafio sempre presente na relação com a institucionalidade é

calcular quando uma medida é mais positiva para o movimento ou para quem governa, mesmo que possa ser para ambos.

NEGOCIAÇÃO POLÍTICA

Para além da pressão em escala local, a grande aposta depois do fracasso da proposta de lei nacional de iniciativa popular foi adaptar suas demandas para as competências dos governos estaduais. As PAH catalãs fizeram esse ajuste e apresentaram um novo projeto de lei em escala regional. O parlamento da Catalunha aprovou a nova legislação dois anos após o fracasso no Congresso federal.⁷ Essa vitória estimulou outras leis em outros estados, que não partiram do projeto rejeitado pelo Congresso, mas sim do exemplo da Catalunha que fortalecia a pressão sobre parlamentos e governos regionais.

Com a lei nacional, ficou evidente que não bastava recolher assinaturas, pois a aprovação depende da tramitação parlamentar, um ponto chave para a incidência da PAH. No caso catalão, uma comissão se encarregou de negociar com partidos políticos. Para o processo funcionar é importante que a comissão seja transparente e comunique os avanços ao conjunto das assembleias, mas também que tenha confiança do coletivo para tomar decisões, observando as linhas vermelhas que definem o movimento. O importante é que o grupo negociador funcione como um espaço de confiança, em que pessoas fiquem encarregadas para dialogar com os distintos partidos, mas que a interlocução e as demandas possam ser preparadas coletivamente dentro do grupo. Também é preciso contar com diferentes perfis, para poder trocar a pessoa interlocutora quando a negociação se paralisa com determinado partido, e refletir quando é necessária uma postura mais amável ou mais dura. E ao contrário do que é habitual na PAH, nesse espaço é importante ter alguém com perfil de jurista.

No contexto da negociação, além da legitimidade e do apoio de grande parte da sociedade, a aprovação da lei se relaciona com aproveitar a oportunidade política. “Quando a apresentamos era um momento em que as eleições estavam próximas, o que nos permitiu pressionar, mas também participamos de certa forma do jogo entre Catalunha

7 A “lei de medidas urgentes para enfrentar a emergência no âmbito da moradia e da pobreza energética”, aprovada pelo parlamento catalão em julho de 2015, como resultado da ILP encampada pela PAH, pelo Observatori DESC e pela Aliança contra a Pobreza Energética (APE), foi pioneira em algumas medidas, como reconhecer o direito ao realojamento das pessoas despejadas que não têm onde morar. Também é uma novidade que, no caso em que a moradia seja propriedade de uma entidade financeira ou de um grande proprietário, é a propriedade e não o poder público que tem a obrigação de oferecer um aluguel social, estipulado entre 10% e 18% dos rendimentos da família. Aprimoramentos posteriores incorporaram na lei o reconhecimento dos mesmos direitos para pessoas cujos contratos de aluguel terminavam e também para as que estavam ocupando um apartamento de uma entidade financeira por não ter para onde ir. Para o texto original da lei: Ley 24/2015, de 29 de julio, de medidas urgentes para afrontar la emergencia en el ámbito de la vivienda y la pobreza energética, em: *Boletín Oficial del Estado*, 9 de setembro de 2015. Disponível em: www.boe.es/eli/es-ct/l/2015/07/29/24 (12.02.2023). Um resumo da lei em inglês se pode encontrar em: ALONSO, J. I.; ALBÓS SÁNCHEZ, J., BENITO, A. *Housing Leases in Catalunya*. 30 de maio de 2019. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20201215191752/https://www.dentons.com/en/insights/alerts/2019/may/30/housing-leases-in-catalunya> (12.02.2023).



e Espanha, já que aos daqui interessava dizer que os maus estavam lá”, assegura Maria Antònia. A plataforma soube explorar o conflito em seu favor, pressionando os partidos catalães para se posicionarem positivamente sobre os direitos a fim de demarcar a diferença, mesmo que em alguns casos a lei fosse contrária a seus interesses. A PAH sempre procura aproveitar os tempos e, por exemplo, sabe que tem mais capacidade de incidir quando as eleições estão perto. Além de apresentar suas próprias propostas, como faz em algumas ocasiões, sempre procura incidir nas campanhas eleitorais para destacar na agenda a pauta do direito à moradia.

Mesmo que sempre existam partidos mais ou menos favoráveis à plataforma, é chave manter sempre a necessária distância. Aos governos e partidos pode ser interessante ter uma foto com as pessoas da PAH, mas a plataforma deve saber cobrar o preço dessa imagem e quais são os compromissos correspondentes. Na PAH de Barcelona, depois de passar por situações em que os políticos saíram mais fortalecidos que a plataforma, são muito cuidadosos com a questão da imagem. “Você pode deixar os partidos atrás quando está falando, isso confere legitimidade e reforça sua mensagem, mas não se deve nunca ficar atrás quando falam os partidos, porque não controla o que será dito, e o que fica na imagem é que estava atrás”, explica Santi.

“O apartidarismo é uma de nossas senhas de identidade; não estamos com nenhum partido e somos muito cuidadosos com o apartidarismo; mesmo que tenhamos uma reunião bastante satisfatória, nos limitamos a contar os compromissos a que chegamos e os prazos para executá-los, e estamos novamente com a faca nos dentes quando se termina o prazo e precisamos denunciar o não cumprimento”, assinala Paco, da PAH de Murcia. E fazem isso sem prejuízo de poder identificar quais partidos são os que tornam tudo mais difícil.

DISPUTA ELEITORAL

A resposta da PAH à derrota do projeto de lei de 2013 foi romper por baixo e procurar respostas em outros níveis administrativos, uma estratégia que deu frutos como a lei aprovada na Catalunha. No entanto, em paralelo, algumas pessoas no movimento também consideraram que era preciso ocupar espaços de decisão que bloqueavam as propostas que vinham das ruas com grande apoio popular.

O apartidarismo da PAH define que nenhuma pessoa vinculada a um partido ou candidatura pode ser a face pública da plataforma e algumas deixaram de ocupar esse papel justamente porque decidiram apostar em fazer política nas instituições. O caso mais conhecido é o de Ada Colau, uma das fundadoras e principal porta-voz da PAH durante anos, eleita prefeita de Barcelona. Não foi a única. Especialmente a partir de 2014, pessoas de várias plataformas entraram nas listas de partidos e de candidaturas existentes em nível local, regional ou nacional.

Embora possa ser bom contar com interlocutores no poder público e nos partidos afinados com as bandeiras defendidas pela plataforma, há também alguns riscos para o movimento. De primeira, foi preciso responder a quem aproveitou essa situação para questionar o apartidarismo da PAH. E, por outro lado, houve um impacto nas próprias assembleias.

“Gerou desconfiança interna em muitas assembleias e em muitas pessoas, porque agora, se alguém se destaca ou fala muito, há aqueles que pensam que querem ‘passar para o outro lado do balcão’, diz Berni, da PAHC do Bages. “Às vezes, também se confunde uma posição não partidária com uma posição apolítica, quando sabemos que na PAH fazemos política o tempo todo. Mas se em uma assembleia você usa certa linguagem, há pessoas que voltam para casa pensando ‘Berni quer disputar as eleições em Manresa’, também com esta ideia implícita de que o institucional é mais importante”, lamenta.

Em Barcelona, onde figuras com muita visibilidade fizeram esta transição, Santi nos assegura que “o movimento poderia ter desaparecido quando algumas de suas referências com mais visibilidade passaram para a política institucional. Houve já muitas ocasiões em que movimentos desaparecem ou são desativados porque pensam que chegaram ao poder, mas a PAH viu com muita clareza que, mesmo que essas pessoas estivessem na prefeitura, nós tínhamos que continuar a pressionar igual sempre fizemos, porque as mudanças só chegam com pressão das ruas”. E, como a realidade que enfrentam está em constante mudança, Diego, da PAH em Vallekas, adverte que a pressão é sempre necessária, pois as mudanças legislativas também não são soluções definitivas: “Talvez mudemos a lei e mudem o problema”.

Os partidos ou governos mais próximos também devem ser submetidos a um julgamento rigoroso. Diego dá o exemplo de “As cinco da PAH”, uma campanha que exigia o compromisso dos partidos com cinco propostas mínimas apresentadas pela plataforma. “Nós apresentamos um pacote mínimo para que aqueles que disseram ‘sim, se pode’ nas eleições soubessem exatamente o que estavam defendendo, porque dizer que você vai parar os despejos não é suficiente, por isso apresentamos as medidas concretas que consideramos urgentes”, diz ele.

A PAH tenta arrancar compromissos dos partidos, mesmo que não tenham responsabilidades de governo para poder reivindicar futuramente do poder público. Isso foi chave, por exemplo, na implementação da lei que surgiu do projeto aprovado na Catalunha. Como previam, o governo federal recorreu ao Tribunal Constitucional e a suspendeu de forma cautelar. “Tivemos a brilhante ideia de ir até o Congresso e recolher assinaturas de todos os partidos que, se chegassem ao governo, retirariam essa suspensão, e essas assinaturas nos serviram para pressionar os socialistas quando chegaram ao governo”, assinala Maria Antònia.

LITÍGIO ESTRATÉGICO

Quem chega pela primeira vez à PAH é logo avisado de que é difícil encontrar respostas apenas pela via legal, uma vez que a lei costuma defender os direitos de propriedade. Mesmo assim, há ocasiões em que é possível recorrer a pactos e acordos internacionais que defendem o direito à moradia de maneira mais garantista do que expressam as leis ou as políticas nacionais. Nesse sentido, a plataforma exerce litígio estratégico, ou seja, leva casos concretos particularmente flagrantes para instâncias supranacionais com o fim de denunciar violações de direitos humanos, bem como os direitos econômicos, sociais e culturais (Desc). O objetivo não é apenas dar resposta a esse caso específico, mas principalmente gerar mudanças nas políticas do Estado.

“Em determinados momentos acreditamos que abrir uma brecha com uma questão muito simbólica ou paradigmática pode ser muito produtivo para conseguir derrubar certos muros jurídicos ou institucionais que aparentemente eram intransponíveis”, explica Alejandra, da PAVPS de Madri, que também faz parte da Comissão Jurídica da PAH. “É preciso ter cuidado para explicar bem às pessoas porque vamos a um litígio estratégico, que vamos usar um caso específico e que não vamos levar às Nações Unidas os casos de todas as pessoas que chegam à PAH.”

Quando obtêm uma decisão favorável, compartilham a ferramenta para que sirva ao movimento e a quem interesse. Por exemplo, uma decisão do Comitê Desc das Nações Unidas (CESCR, sigla em inglês) contrária a despejos sem alternativa habitacional estimulou a criação de modelos de recursos para solicitar a paralisação de desocupações. Também se criou um guia com indicações para quem quiser repetir o processo.⁸ “Mas é preciso advertir que o litígio estratégico é uma ferramenta que funciona quando se usa a conta-gotas porque, se todos os dias houvesse uma condenação das Nações Unidas à Espanha, esse recurso perderia força”, alerta Alejandra.

FAZER CUMPRIR

A PAH conseguiu o reconhecimento de muitos direitos, mas também comprovou que reconhecer um direito não é o mesmo que garanti-lo. “As leis são aprovadas e colocadas em uma gaveta”, assegura Maria Antònia, da PAH de Cardedeu. Sobre a lei catalã, ela afirma que a “diferença é que esta lei nos tem na retaguarda, estamos todo dia exigindo, porque senão o poder público não a aplica”. “Com o processo de coleta de assinaturas, que envolveu todo o movimento, sentimos essa lei como nossa, deixamos

8 COORDINADORA de Vivienda de Madrid. *Defendiendo el hogar: Guía para la solicitud de medidas cautelares ante el Comité Desc de Naciones Unidas por casos de desalojo sin alternativa habitacional*. 2018. Disponível em: <https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2018/12/DEFENDIENDO_EL_HOGAR.pdf> (12.02.2023).

claro que precisam contar conosco para qualquer coisa que tenha relação com a lei”, destaca.

Depois da aprovação da lei, foram feitas oficinas de formação para o movimento e documentos úteis para que pudessem utilizá-la e exigir seu cumprimento. Dessa maneira a defenderam em cada município da Catalunha. “Depois de cinco anos da aprovação ainda nos encontramos com prefeituras que dizem que não possuem apartamentos, e estamos ali para dizer a eles que utilizem os recursos existentes para recuperar apartamentos vazios”, conclui Maria Antònia.

Em todos esses processos é preciso ter atenção também para não se deixar levar pela lógica institucional. “Nesse sentido, por exemplo, as pessoas que encontram mais dificuldade para conseguir uma solução institucional, como pode ser para todas que não têm permissão de residência na Espanha, são as que terão mais direito no momento de acessar a uma moradia com a Obra Social la PAH. Mudamos muito as lógicas da instituição e criamos nossa própria institucionalidade”, assegura Bernat, da PAHC do Bages.

Isso pode ser visto com exemplos tão simples como significativos para o cuidado do movimento. Em um processo de proposta de lei de iniciativa popular apenas são válidos os apoios de pessoas com nacionalidade espanhola, mas, apesar disso, em sua primeira ILP, a PAH teve claro que não poderia desprestigiar as pessoas migrantes, que eram parte significativa das assembleias. Organizou, assim, uma coleta de assinaturas em paralelo à iniciativa oficial, que seguia estritamente a norma, para expressar esses apoios de forma que, apesar da exclusão do poder público, ninguém se sentiu fora desse processo.



COMO TRANSFORMAR AS POLÍTICAS A PARTIR DAS RUAS

Fazer que os partidos políticos se posicionem diante de propostas concretas e divulgar quem se posiciona a favor da garantia de direitos e quem é contrário

Uma vez esgotadas outras vias para conseguir respostas, expor pacificamente, mas de forma pública, as pessoas responsáveis por impedir que se aprovem medidas que garantem direitos

Explorar as possibilidades de defender as demandas em todos os níveis legislativos e adaptar as propostas às competências de cada instância

Analisar até que ponto as medidas beneficiam mais o movimento ou mais as instituições que se posicionam em seu favor

Criar um grupo negociador que possa tomar decisões de maneira autônoma sempre que sigam as linhas gerais estabelecidas pelo movimento e garantam a transparência

Aproveitar os contextos políticos que permitam exercer mais pressão sobre os partidos, como os processos eleitorais ou disputas em que seja conveniente demarcar um perfil favorável aos direitos sociais

Preservar o apartidarismo, por mais que alguns partidos sejam mais próximos ou que tenham membros que estiveram vinculados ao movimento, e atuar em função de sua posição, favorável ou contrária, a medidas concretas

Exigir compromissos aos partidos independentemente de estarem ou não no governo e reivindicar o cumprimento desses acordos caso venham a exercer a administração pública

Levar casos concretos para instâncias supranacionais a fim de denunciar violações de direitos e conseguir resoluções que abram caminho para outros casos





VOLTAR AO
SUMÁRIO

9. COMO ADMINISTRAR OS CONFLITOS

Evidentemente em uma organização grande e diversa como a PAH surgem conflitos de toda a natureza: interpessoal, de convivência, política e com pessoas que se aproveitam do movimento. A plataforma não tem soluções para todos os conflitos, bem longe disso, mas vai incorporando ferramentas e estratégias para abordá-los conforme vão surgindo.

Uma das características da PAH é a vontade de colocar os conflitos na mesa e administrá-los coletivamente. “Os conflitos afloram, e isso é normal; conflitos cotidianos, que em outros lugares vão sendo calados, na PAH acabam se revelando de um jeito ou de outro, seja um incômodo durante um despejo, ou o que for”, assegura Berni, da PAHC do Bages.

Como vimos, a plataforma favorece a criação de conexões muito fortes. “Esse vínculo, que é como de família, gera conflitos que são distintos aos que haveria em movimentos sociais mais clássicos, e é uma relação tão intensa que quando eclode algo também é da mesma intensidade”, acrescenta Berni, da PAHC do Bages. Trabalham para administrar esses conflitos na assembleia, “mas já aprendemos que, quando temos um inimigo externo fácil de identificar, as pessoas estão direcionando sua raiva contra um banco ou paralisando despejos, essa raiva e essa angústia vital se canaliza para outro lado”, assegura ele.

CONVIVÊNCIA E CONFLITO

Os espaços onde costuma haver mais conflitos interpessoais são aqueles em que há uma convivência mais estreita, nos prédios da Obra Social la PAH. Cada unidade tem sua própria assembleia, mas às vezes não consegue resolver ali seus conflitos, como ocorre em tantas comunidades de vizinhos.

Em Sabadell há uma comissão de Obra Social formada apenas por pessoas que não vivem nos prédios, para evitar possíveis conflitos de interesses. São eles quem selecio-

nam, segundo critérios aprovados na assembleia, as famílias que ocuparão as moradias recuperadas e às vezes também se encarregam de fazer mediação. “Uma pessoa desta comissão participa das assembleias dos prédios e há todo o tipo de conflitos. Se são questões de convivência, como em todas comunidades de vizinhos, é feita uma gestão de mediação, mas podem haver outros problemas, como violência de gênero, e casos como esses levamos para coletivos feministas ou organizações especializadas que nos ajudam e acompanham tais processos”, Emma.

As assembleias da PAH não estão isentas desse tipo de violência, como qualquer outro espaço de relação social. Há assembleias em que uma má gestão serviu para revelar algo e ressaltar a importância de estar atentas e atuar. Muitas contam com o apoio de outros coletivos para tratar disso.

O movimento estabelece entre seus critérios básicos que “nas PAH não se toleram atitudes xenófobas, violentas, sexistas, nem discriminação por crenças religiosas, opinião ou qualquer outra condição ou circunstância pessoal ou social”. Mesmo assim, algumas vezes é necessário tomar uma atitude mais pró ativa e algumas já organizaram oficinas de formação para tratar dessas realidades.

São tantas pessoas distintas que se aproximam do movimento que há situações difíceis de evitar no início e é preciso tratar dos casos conforme vão ocorrendo. “Há gente que tem atitudes de merda que não gostamos, homofóbicas, racistas, machistas... mas tentamos lidar com elas e fazer um trabalho de pedagogia para que não aconteçam em nossos espaços. Mas é complexo, há situações diversas, não só de violência machista, de violência contra os filhos, tratamentos inadequados entre nós nas assembleias..., graus de violência derivados também das situações que foram impostas às pessoas e como se socializaram, assim que não podemos ter o nível de exigência que possuem alguns coletivos mais ortodoxos”, conclui Bernat, da PAHC do Bages.

PROTEGER O MOVIMENTO

Por outro lado, o fato de ser um movimento aberto a qualquer que chega pode colocar em risco, às vezes, seu espírito. Em muitas PAH há casos de quem quis apenas aproveitar-se da plataforma para seu benefício pessoal.

“Há pessoas que chegam à PAH e rapidamente, com o que aprendeu, vai embora e monta outra história”, às vezes vinculada a partidos políticos, critica Pilar, da PAH de Málaga. A plataforma se preocupa com quem se aproveita de seu nome ou do Stop Desahucios para montar coletivos que não funcionam como uma PAH, causando constrangimentos, e por isso a comunicação pública costuma destacar na internet que é preciso consultar a lista das plataformas que cumprem os critérios.

As atitudes mal-intencionadas geram mais preocupação. “Aqui, por exemplo, houve um caso de alguém que recolhia dados das pessoas novas que chegavam e depois

telefonava, dizendo estar em nome da PAH e, por meio de um advogado, cobrando mil euros para resolver o problema”, conta Nicole, da PAH de Castelló. Histórias similares ocorreram em muitas assembleias. “Há gente que monta associações e cobra uma contribuição regular, defendem interesses que não são os da PAH e muitas estão vinculadas a máfias de ocupações”, acrescenta Rosa, da PAH de Altea. Por isso desde o primeiro dia reforçam as características da PAH, que é gratuita e baseada no assessoramento coletivo.

Casos tão flagrantes, logo que descobertos, têm uma solução clara: “Conforme definem as linhas vermelhas da PAH, essas pessoas são expulsas de forma direta, mesmo assim não é agradável, é doloroso”, comenta Nicole. Em outros casos não foi uma pessoa, mas toda uma PAH que acabou sendo expulsa do movimento por não cumprir com os requisitos básicos.

RESOLVER DIFERENÇAS

A organização política está pensada para colocar as diferenças políticas em cima da mesa. Uma dinamização que conduza o processo com o cuidado e o respeito no centro evita que essas diferenças sejam algo problemático. “Mesmo que brigamos de vez em quando, temos uma boa comunicação: há um grupinho que vem desde 2013 e essa comunicação não se quebrou em nenhum momento”, exemplifica Sole, da PAH de Segovia. Sua companheira María atenua: “Não são brigas, são diferentes opiniões, rusguinhas, mas ao final tudo sai bem e seguimos unidas”.

Em outros lugares nem sempre são “rusguinhas” e às vezes é preciso trabalhar mais a fundo para resolvê-los. Na PAH de Valência, por exemplo, Psicólogas e Psicólogos sem Fronteiras desenvolveram um protocolo de atuação para conflitos internos. “Houve um conflito entre dois companheiros na assembleia federal, quando ninguém mais estava presente da nossa assembleia, e não havia forma de resolvê-lo. Convidamos essa organização que fez um diagnóstico e sugeriu medidas. Mesmo que uma das partes não quis escutar o que se propunha, isso nos serviu muito para resolver conflito”, conta José Luis.

O modelo que a PAH aplica é o da mediação, com pessoas que sejam neutras e não tenham capacidade de tomar decisões, que procuram escutar e compartilhar as perspectivas das partes afetadas. O objetivo é facilitar que as próprias partes cheguem a um acordo, mas se isso não é possível quem se encarrega da mediação propõe uma estratégia de resolução.

Ao detectar um conflito, a primeira medida é deixar que as pessoas envolvidas falem entre si e ver se conseguem resolvê-lo. Se não houver sucesso, o conflito é abordado na instância em que surgiu, em uma comissão, por exemplo. Se mesmo assim não houve solução, a questão é levada para a assembleia. Nesses casos é importante avisar

a pessoa responsável por dinamizar a assembleia do tema que será tratado, para que se prepare. E ainda que não se deva deixar de lado a problemática também é muito importante que a resolução de conflitos não ocupe todo o tempo do funcionamento da assembleia e da atividade habitual, porque isso poderia acabar desmotivando o restante das pessoas.

Quando um conflito não pode ser resolvido no espaço da assembleia local ou se refere a algo entre plataformas, o tema vai para a assembleia territorial. Há quem critique por não haver uma instância ainda superior de mediação, mas reconhece que é algo difícil. "Aqui não pagamos contribuições, nem recebemos ajuda financeira; então, se eu tivesse que ir mediar um conflito entre as PAH galegas, teria que abandonar meu trabalho e passar uns dias nisso. Quem pagaria? Sempre defendemos a resolução no âmbito em que se produz o conflito, procurar uma solução de consenso que não vai deixar nenhuma das partes 100% satisfeitas, mas que seja capaz de contemplá-las de forma que sigam trabalhando juntas", afirma Paco, da PAH de Murcia.



COMO ADMINISTRAR CONFLITOS

Dar espaço para os conflitos ficarem evidentes e abordá-los coletivamente

Desenvolver ferramentas para dar respostas a situações de violência e fazer alianças para contar com apoio externo se necessário

Ter presente que muitas violências detectadas nas assembleias podem resultar das situações vitais impostas aos participantes

Responder com firmeza diante de pessoas que aproveitam a horizontalidade do movimento em benefício próprio e em prejuízo de outras afetadas

Abordar os conflitos por meio da mediação, facilitando que as partes afetadas cheguem a um acordo de consenso que permita seguirem trabalhando juntas





VOLTAR AO
SUMÁRIO

10. COMO E POR QUE TECER REDES COM OUTROS COLETIVOS

Uma das primeiras interações da PAH com fundos abutres foi quando o fundo estadunidense Blackstone comprou a carteira de habitações do banco catalão CatalunyaCaixa. Nesse momento, poderiam seguir protestando nas sedes do banco, mas viram que a pressão precisava chegar mais acima. Para surpresa de muitos, um dia as concentrações diante das agências do banco foram acompanhadas por outras diante das sedes do fundo abutre em Nova York, Londres, Tóquio ou Atlanta. A PAH demonstrava capacidade de tecer alianças não apenas na luta diária, mas também onde era preciso.¹

Na mesma época se criou a Comissão Internacional da PAH. No começo sua razão de ser era responder às demandas que vinham de fora do país. “Chegavam muitas perguntas ao email geral da PAH ou a distintas assembleias sobre o nosso funcionamento, pediam entrevistas ou nos convidavam a participar de eventos. Respondia quem podia, até que se criou uma comissão que pudesse responder de forma mais organizada. À medida que essa nova instância foi crescendo e amadurecendo abriram-se espaços para fazer outras coisas, como participar ativamente na criação de espaços de solidariedade e de luta internacional”, conta Maka, da PAH de Barcelona.²

AMPLIAR A LUTA

Com o tempo perceberam que a internacionalização da luta da plataforma também tinha repercussões dentro da própria Espanha. “Ser uma peça importante em espaços internacionais converte a PAH em ator importante em nível local porque, por mais que estejam incomodados, não podem deixar de ouvir um movimento social que está convidado para falar na Conferência Habitat das Nações Unidas, que se celebram a cada dez

1 Nessa ocasião publicaram um vídeo destinado a Blackstone dizendo para eles se prepararem para enfrentar a PAH: Plataforma de Afectadas por la Hipoteca (11 de fevereiro de 2015). #BlackstoneEvicts. Disponível em: <<https://youtu.be/gPGGJpOisel>> (12.02.2023).

2 A Comissão Internacional informa regularmente suas atividades em castelhano e inglês na página da internet da PAH: <<https://afectadosporlahipoteca.com/category/propuestas-pah/internacional>> (12.02.2023).

anos, ou na Comissão Europeia. Como em todas as outras comissões, nosso trabalho é pensar como gerar mecanismos para que a luta da PAH se fortaleça”, assegura Maka.

Por outro lado, também trabalham na construção de alianças, como na Coalizão Europeia por Direito à Moradia e à Cidade, iniciativa da qual a PAH foi um dos coletivos impulsionadores e que serve para compartilhar recursos, estratégias ou campanhas, apesar das diferenças entre países e organizações.³ “O simples fato de encontrar com ativistas de outros países, de saber que estão lutando por questões similares, já cria uma potência muito forte”, conclui.

LUTAS CONJUNTAS

A importância de saber que há lutas compartilhadas tem peso também no âmbito local. De fato, a eclosão do 15M em vários pontos do país foi a semente para muitas PAH, que nasceram justamente como uma maneira de concretizar lutas amplas por direitos sociais. Desde então, e em muitos casos também de relações prévias, surgem alianças com distintos movimentos cuja luta vai além da moradia. É comum ver a PAH também em lutas feministas, de migrantes, por emprego digno, contra a corrupção, pelo direito à cidade... Ao fim e ao cabo, todas essas questões atravessam também as pessoas da plataforma.

Nos municípios pequenos, onde há menos gente mobilizada em distintos movimentos sociais, a PAH pode ser um ator especialmente relevante, como destaca Maria Antònia, da PAH de Cardedeu: “Creio que, para nós, é mais fácil estarmos inseridas no tecido social, nos consideram mais facilmente e também nos colocamos à disposição como movimento para que relacionem outras lutas com o tema da moradia”. “Aqui, por exemplo, houve um ano no 8 de março que o próprio movimento feminista nos procurou para colocar ênfase no tema do direito à moradia na manifestação realizada em Cardedeu. Muitas famílias puderam contar sua realidade, e isso foi forte e bonito”, relembra. E uma das consequências de participar em espaços de outras lutas é que, quando falta um apoio extra para interromper um despejo, comparecem muito mais pessoas do que aquelas diretamente vinculadas à PAH.

Em muitos casos as alianças são as que permitem às plataformas dispor de um espaço semanal de encontro sem recursos econômicos, ou com muito pouco, seja em uma associação de bairro, um espaço coletivo ou em um centro social ocupado. Algumas PAH, no entanto, conseguem gerar mais infraestrutura e nesses casos também é

³ Em 2016 a coalizão editou uma publicação que compartilhava as experiências de luta na região: Coalición Europea por el Derecho a la Vivienda y la Ciudad (2016). *La resistencia a los desahucios en Europa*. Disponível em castelhano em: <<https://www.rosalux.eu/es/articulo/1065.laresistencia-a-los-desahucios-en-europa.html>>. Disponível em inglês em: <<https://housingnotprofit.org/wp-content/uploads/2019/08/Resisting-Evictions-Across-Europe.pdf>> (14.03.2023). Toda a informação sobre a coalizão pode ser encontrada em sua página: <<https://housingnotprofit.org>> (14.02.2023).



importante apoiar outras lutas. Por exemplo, em Manresa, quando se quis organizar manifestações antirracistas, “contribuímos com megafones, explicamos como fazer faixas e cartazes, resolvemos dúvidas... enfim, acompanhamos as pessoas que querem fazer coisas, sem nenhuma necessidade de aparecer como PAH, apenas porque nos parece importante isso que está acontecendo na cidade”, conta Berni, da PAHC do Bages.

GERAR ESPAÇOS

Às vezes é difícil responder a todas as problemáticas que emergem em uma assembleia na própria plataforma. Outros coletivos podem compartilhar seus conhecimentos, por exemplo, em oficinas como as que são organizadas pela PAH de Elx-Crevillent: “Entramos em contato com uma companheira da Marea Blanca em defesa da assistência de saúde e duas trabalhadoras sociais de lá vieram e nos deram uma super lição sobre como solicitar subsídios; gostamos muito e seguimos em contato com elas para resolver dúvidas”, explica Marga.

No entanto, há ocasiões em que não é suficiente aprender e é preciso gerar respostas para além das atividades habituais da PAH. Em Barcelona se aliaram com outros coletivos para criar a Aliança contra a Pobreza Energética (APE). Muitas das pessoas que não

podiam pagar suas hipotecas tampouco conseguiam pagar as contas de água, luz e gás, e assim nasceu essa luta, irmã da plataforma, para trabalhar em paralelo a pressão e a negociação com as companhias prestadoras desses serviços públicos.⁴

Em outras assembleias também fazem outros esforços para ajudar a criar um movimento popular mais amplo em seu território. No Bages criam espaços novos também para permitir que as pessoas se mantenham ativas para além de sua vinculação direta com a plataforma. “A assembleia da PAHC também pode ser dura e monótona, porque é cada semana o mesmo, então há gente que se cansa depois de anos. Por isso procuramos gerar outros espaços para que as pessoas sigam envolvidas”, conta Berni. No seu caso, a rede de movimentos estimulados ou próximos à PAHC inclui uma escola popular para apoiar crianças no processo educativo, uma escola de alfabetização para mulheres, uma academia popular para jovens, um coletivo feminista ou um sindicato popular. Àlex explica que “a assembleia nos faz ver outras necessidades e que precisamos de espaços de luta e auto-organização para abordá-las. Temos uma perspectiva de gerar uma vinculação que vai além da questão da moradia”.

4 As ações da APE seguem a fórmula da PAH, mas em vez de ocupar agências bancárias ocupam escritórios das companhias de luz, água ou gás, como se pode ver neste vídeo: Aliança contra la Pobreza Energética (1 de abril de 2016). #NiTallsNiDeutes – Els nostres drets no es negocien! Disponível em: <<https://youtu.be/xu52hJu0qiQ>> (12.02.2023).

COMO E POR QUE TECER REDES COM OUTROS COLETIVOS

Ter presença nos espaços para além do nível local
que possam ajudar a legitimar o movimento

Compartilhar experiências e ferramentas com outras pessoas
que fazem uma luta similar em outros espaços

Participar em outras reivindicações que se cruzam com as do próprio movimento

Contar com o apoio de outros coletivos para aquelas questões
que a assembleia não pode resolver por si só

Aliar-se com outros coletivos para criar novos espaços de luta paralelos e fraternos





VOLTAR AO
SUMÁRIO

SIM, SE PODE

“Gente sem casa e casas sem gente, não se entende”, diz uma palavra de ordem que popularizou a Plataforma de Afetadas pela Hipoteca. No entanto, o fato é que, sim, se entende. Entende-se segundo a lógica do capital e da acumulação. Entende-se segundo a lógica da moradia como ativo financeiro.

Mas não é possível entender segundo a lógica que a plataforma aplica, uma lógica humana, de garantia de direitos.

Essa humanidade, colocar as pessoas e seus direitos no centro, é o que move a PAH. Colocar as pessoas no centro é escutá-las quando chegam pela primeira vez, é fazê-las sentir que não estão sozinhas e é organizar-se de maneira que possam ser parte de algo que se constrói coletivamente. A lógica da PAH é de empoderar acolhendo, de lutar cuidando – do “sim, se pode” que nasce de um “não está sozinha”.

A PAH denuncia aquilo que não se entende, mas muito de seu mérito está justamente em conseguir que não se entendam certas coisas: que aquilo que antes era senso comum deixou de sê-lo. Por exemplo, algo tão simples como que sua casa jamais deveria valer menos que a hipoteca que lhe deram para pagar, e portanto não tem sentido que siga carregando uma dívida se entrega a própria casa ao banco. Tampouco faz sentido que, uma vez que o banco toma sua casa, não tenha outro lugar para viver porque os preços da moradia não se encaixam no seu orçamento e porque o conjunto de moradias públicas quase não existe.

E quando a maioria da população pode estar de acordo em que nada disso se entende, a PAH conseguiu que tampouco se entenda que os políticos não legissem para mudar essa situação. Fez entender que fazer política não é defender interesses de quem tem mais, mas é outra coisa: que demandas básicas por anos apresentadas como impossíveis são apenas uma questão de vontade política, questão de qual lógica é aplicada e quem é priorizado. Ou como diz o lema da campanha de escrachos da plataforma, que “sim, se pode, mas não querem”.

Queiram ou não os que governam e legislam, a PAH insiste que, sim, se pode. Talvez o mais importante que fizeram entender é que, quando as pessoas se unem, se organizam e lutam, podem garantir seus direitos. Podem conseguir coisas que nunca haviam imaginado.

Coisas tão simples e tão importantes como perder o medo.

O medo faz parte da vida, mas ninguém deveria viver com medo de ficar sem um direito básico como uma moradia digna, com todos os outros direitos que dependem deste. Reconhecer que há coisas que são direitos permite enfrentar cara a cara banqueiros, advogados, juizes, policiais ou políticos.

O “sim, se pode” é o lema do empoderamento, do saber que temos direito a reivindicar o que é fundamental para a vida, e saber que se isso nos é negado temos direito a tor-



ná-lo realidade. Coletivamente. O empoderamento na PAH não é triunfo do indivíduo, mas sim um aprendizado de que a luta coletiva é a maneira de mudar as coisas. É um fazer feminista, com uma luta encarnada sobretudo por mulheres, e que gira ao redor de cuidar-se e sustentar a vida conjuntamente.

Se a PAH se converteu em um movimento de referência em escala global é porque está formada majoritariamente por pessoas que estão afetadas pela problemática. Porque evitou o assistencialismo para construir um movimento coletivo protagonizado justamente pelas pessoas que se dizia que não poderiam ser protagonistas da vida pública, da vida política ou de suas próprias vidas. Pessoas às quais se disse que fracassaram por não poder arcar com um crédito hipotecário.

São muitas as pessoas que afirmam que a PAH mudou sua vida. Deixar para trás a angústia, conhecer seus direitos, começar a ver o mundo em coletivo não é pouco. Que tudo isso seja, além disso, ponto de partida para a ação política tem ainda mais mérito.

A plataforma não tem fórmulas mágicas, mas muita experiência. Ano após ano se reinventa para seguir lutando e acompanhando. Nessas páginas se recolheu um pouco dessa experiência para fazê-la útil para quem busca se organizar, acolher, empoderar, desobedecer, conquistar direitos, mudar relatos, transformar políticas ou tecer redes. Talvez as receitas da PAH não possam ser aplicadas à perfeição em qualquer contexto, mas podem ser uma boa inspiração.

Em qualquer caso, mesmo que pareça difícil – e é – enfrentar discursos, entidades financeiras ou governos que têm muito poder, o que a PAH nos faz entender é que, com criatividade, persistência e em coletivo, *sim, se pode*.

Barcelona, dezembro de 2020.





POSFÁCIO

ESPERANÇA E RESISTÊNCIA

VOLTAR AO
SUMÁRIO

PAH Barcelona

As conversas que deram origem a este livro ocorreram ao longo de 2020, em plena pandemia da Covid-19. Desde então a Terra segue girando e a partir da Plataforma de Afetadas pela Hipoteca seguimos lutando – e aprendendo a lutar. As realidades mudam e nós não deixamos de fazê-lo.

A pandemia impactou nossas vidas de muitas maneiras. Uma delas é a crise econômica que se faz cada vez mais presente desde quando o confinamento começou em março de 2020. Cada dia é mais difícil pagar não só o que nos cobram da hipoteca ou do aluguel para ter um lugar onde viver, como também tudo aquilo que precisamos: alimentos, água, luz, gás... Mas seguimos resistindo.

Por outro lado, a pandemia abriu algumas janelas para que possamos mostrar que, sim, é possível conseguir aquilo que passamos anos reivindicando. Pela primeira vez o governo espanhol decretou moratórias para os despejos, algo que diziam que seria impossível quando fizemos essa demanda ao Congresso em 2013. As medidas tomadas pelo governo para responder à crise social, porém, não foram suficientes para responder aos problemas que vemos a cada semana em nossas assembleias. E mesmo que os despejos sigam acontecendo e que as moratórias deixem pessoas vulneráveis fora, e mesmo que muitos juízes cheguem inclusive a reinterpretar a lei e não aplicá-la, ao menos deixou de ser um tabu o fato de proibir despejos sem apresentar uma alternativa para as famílias. O que nos diziam que era inviável hoje é um compromisso, embora quem governe não o cumpra.

Nesse contexto, vemos que há mais consciência sobre a importância de ter um lugar para viver com dignidade no conjunto da sociedade e também sobre o fato de que o acesso aos nossos direitos não pode estar condicionado a dinâmicas de um mercado global no qual os preços disparam sem levar em conta nossas necessidades. Tal qual aconteceu na crise econômica quando a PAH nasceu em 2009, a dura realidade faz que as pessoas tenham mais claro que nossas demandas são puro senso comum.

Do outro lado do Atlântico, nos alegra poder compartilhar agora nossa experiência e nossas aprendizagens com lutadoras brasileiras. Vemos com esperança a situação política no Brasil. As pessoas que resistimos em todo o planeta devemos celebrar que o povo organizado tenha conseguido barrar o avanço das políticas que atentam contra a vida. No Brasil se sofreu de forma especialmente dura uma dinâmica política que é global e que devemos combater a partir dos lugares em que nos encontramos. Celebrar cada pequena vitória nos parece fundamental, e o final deste 2022 é uma ótima ocasião, porque o que tiveram nas urnas é uma vitória fundamental.

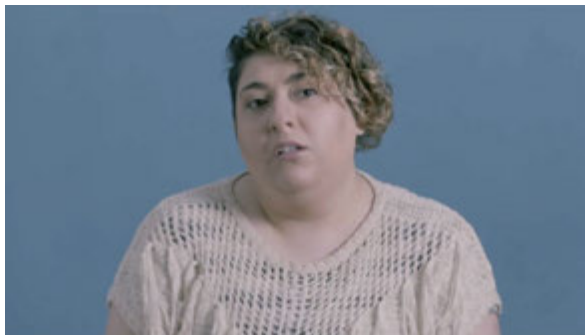
No entanto, e sem querer rebaixar a esperança, também gostaríamos de compartilhar humildemente o que aprendemos com nossa experiência com o Estado espanhol, que não é comparável à brasileira, mas pode servir para que pensemos conjuntamente. A partir de 2011, quando chegamos às praças de nossas cidades e se criaram muitas PAH por todo o território espanhol, vivemos um período de fortes mobilizações na rua, com pouco reflexo em nossas instituições. A partir de 2014, algumas de nossas companheiras deixaram a Plataforma para aventurar-se no terreno eleitoral e algumas delas conseguiram entrar em governos, parlamentos e prefeituras. Depois de anos enfrentando um muro intransponível nesses espaços, pode ser útil encontrar agora do outro lado pessoas com que compartilhamos objetivos. Mas temos claro que nosso trabalho não é abraçar nenhum partido, e sim seguir lutando a partir das ruas.

O terreno institucional é para nós um terreno no qual é preciso lutar. É imprescindível mudar as leis e as políticas para que protejam as pessoas que mais precisam. Mas é um campo de areia movediça, de pactos, equilíbrios e prioridades que muitas vezes se desviam daquilo que é imprescindível para a vida das pessoas. O diálogo com as instituições pode ser produtivo, mas nossa experiência é que o atendimento de nossas reivindicações não depende da vontade de quem está no governo, por exemplo, mas sim da nossa capacidade de organização e mobilização a partir das ruas.

Ver como se abrem janelas de esperança é fundamental, e há que se agarrar a elas para avançar, mas o futuro construímos entre nós, resistindo e empurrando, juntas nas ruas. Nossa aprendizagem é que não podemos jamais esquecer disso. É o que nos permite, governe quem governe, seguir gritando que “sim, se pode”.

Novembro de 2022





VOLTAR AO
SUMÁRIO

DE AFETADA A ATIVISTA

Costuma-se dizer que para entender a PAH basta apenas ir a uma de suas assembleias de boas-vindas. Ali, em poucas horas, se entende não apenas o problema da moradia na Espanha, mas também se descobre que a solidariedade e a organização de base são ferramentas poderosíssimas para transformar a realidade.

Por todos esses motivos, decidiu-se completar este livro com o vídeo *El primer día* (legendado em português), um curta-metragem em que várias pessoas explicam como foi sua primeira vez na PAH. Por meio de testemunhos e de imagens de arquivos dos últimos dez anos, entendemos por que aquelas que um dia pisaram na PAH como “afetadas” se converteram, em questão de meses, em parte do movimento como ativistas.

QR Code do endereço abaixo:

<https://vimeo.com/505006894>



CRÉDITOS

Este livro só foi possível graças à colaboração de 49 ativistas da PAH que compartilharam seus conhecimentos e experiências em debates e entrevistas.

PAH DE BARCELONA

Delia
Edu
Francisco
Gabriele
Lucía D.
Lucía N.
Santi
Tania

COORDENAÇÃO DE VALÊNCIA

Eliseo, PAH Safor
José Luis, PAH Valência
Juan Luis, PAH Torreveija
Lorenzo, PAH Elx-Crevillent
Marga, PAH Elx-Crevillent
Nicole, PAH Castelló
Paula, PAH Elx-Crevillent
Rosa, PAH Altea
Saskia, PAH Torreveija

PAHC DO BAGES

Àlex
Aziza
Bernat
Berni
Diego
Ishaan
Lídia
Yaqoubi

PAH DE MÁLAGA

Asun
Chary
Curro
Félix
Pilar

PAH DE SEGOVIA

Amanda
Faustino
María
Sole
Teresa
Wences

PAH DE BERRIOZAR

Jesús
Virginia

PAH DE MURCIA

Paco

PAH DE CARDEDEU

Maria Antònia

PAH DE VALLEKAS

Diego

PAVPS DE MADRI

Alejandra
Angelines

PAHC DE SABADELL

Emma

COMISSÃO INTERNACIONAL

David, PAH Sevilla Este-Amate
Maka, PAH Barcelona
Marcia, PAH Barcelona
Ricardo, PAH Barcelona
Toñi, Stop Desahucios Móstoles

Este livro foi possível também graças a todas as pessoas que contribuíram para gerar conhecimentos, transmiti-los para suas companheiras e redigir documentos úteis ao longo dos 14 anos da história da PAH.

TÍTULO ORIGINAL

La PAH: manual de uso.

Aprendizajes para la acción colectiva a partir de la lucha por el derecho a la vivienda

DIREÇÃO DO ESCRITÓRIO DA FRL

Andreas Behn (São Paulo)

Anna Schröder (Bruxelas)

COORDENAÇÃO DE PROJETOS E EDIÇÃO

Jorge Pereira Filho (São Paulo)

Vera Bartolomé (Madri)

TRADUÇÃO

Leandro Rodrigues

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL

Taller de Traficantes de Sueños

DIAGRAMAÇÃO

Estúdio Bogari

REVISÃO TÉCNICA

Márcia Falcão

FOTOS

Páginas 4, 18, 38, 42, 52, 72, 86, 92, 98, 110, 112, 114, 117 / PAH Barcelona

Páginas 24, 62, 68-69, 80, 104 / Álvaro Minguito

Páginas 32, 39, 107 / David F Sabadell

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

França, João

A PAH : manual de uso : aprendizagem para a ação coletiva a partir da luta pelo direito à moradia / João França. – 1. ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89834-04-5

1. Habitação – Aspectos sociais – História 2. Habitação – Legislação
– Espanha 3. Moradias – Espanha 4. Movimentos sociais – Espanha –
História I. Título.

23-149829

CDD-303.484



Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva do autor e não representa necessariamente a posição da FRL.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

Rua Ferreira de Araújo, 36 – Pinheiros, São Paulo (SP) / Brasil – CEP: 05428-000
info.saopaulo@rosalux.org



Sí Se Puede!



PAH

FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO